

ROSENI APARECIDA DE MOURA

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE
NORMATIVA, CONCEITUAL E PRÁTICA DOS MONTES VICINAIS EM MÃO
COMUM GALEGOS E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M929n
2016 **Moura, Roseni Aparecida de, 19-**
Novas perspectivas para o desenvolvimento rural : uma
análise normativa, conceitual e prática dos montes vicinais em
mão comum galegos e das unidades de conservação brasileiras /
Roseni Aparecida de Moura. – Viçosa, MG, 2016.
xiv, 122f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

**1. Desenvolvimento rural - Brasil. 2. Desenvolvimento rural
- Legislação. 3. Biodiversidade - Conservação.
4. Sustentabilidade . I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação
em Extensão Rural. II. Título.**

CDD. 22 ed. 331.1981

ROSENI APARECIDA DE MOURA

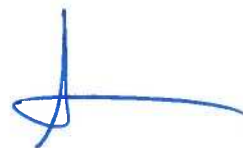
**NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL:
UMA ANÁLISE NORMATIVA, CONCEITUAL E PRÁTICA DOS
MONTES VICINAIS EM MÃO COMUM GALEGOS E DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 27 de junho de 2016.



Sheila Maria Doula



Ana Cabana Iglesia



Marcelo Leles Romarco de Oliveira



Pablo Murta Baião Albino



Maria de Mar Pérez Fra
(Coorientadora)



Ana Isabel Garcia Arias
(Coorientadora)



José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir tantas realizações durante a minha formação acadêmica e concluir meus estudos nesta universidade que outrora não passava de um grande sonho.

A minha família (Lúcia, Divino, Rondon, Aline, Pedro Henrique, Luiz Gustavo, Rosania e Marcinho) que se fez tão presente em meio às tantas ausências que este processo demandou.

Ao Emílio Gonçalves, meu companheiro, pelos incentivos, carinho, amor e companheirismo tão importantes em meio às tantas ausências.

A Efigênia, Sr. Custódio, Cristiane, Eliene, Joao Pedro e Pedro Feital, agradeço o carinho, indispensável durante toda a construção deste trabalho.

Ao meu orientador José Ambrósio, pelos mais de 10 anos de orientação, pelos constantes desafios e por ter me possibilitado alçar voos até então imagináveis.

As minhas co-orientadoras Maria do Mar Perez Frá e Ana Isabel Garcia, pelo acompanhamento diário durante a minha estadia em Lugo, pelo carinho e convivência. Certamente tornaram meus dias mais alegres.

Ao Bernardo Valdez, meu muito obrigada, pela dedicação em tornar meus dias em Lugo mais leve.

A Nathalia Thaís, pelos tantos momentos compartilhados seja no mundo da vida ou no mundo acadêmico. Aproveito para agradecer Áurea Dayse, pelo carinho e contribuição neste processo e em outros da minha vida.

Ao meu “super” amigo Diego Camelo e minha “super” amiga Poliana Cardoso por acreditarem no meu trabalho e pelas mais diversas ajudas durante o processo. Estendo este agradecimento a Carla Toledo.

A Fernanda Machado e Thaís Helena pela disponibilidade em contribuir em momentos de dificuldades.

A Manuel Carballal, pelo convívio e ajuda com os mapas.

A Natália Aragão que se fez e faz presente nos mais diferentes projetos da minha vida.

A Valdineia Rhodes, que por muitas vezes fez correções em meus textos, e, também pela amizade. Estendo meus agradecimentos ao primo Itamar e a priminha Rebeca.

Aos meus tios (as), primos (as) agradeço pelo carinho e também por tantos ensinamentos sobre o mundo rural.

Aos membros do grupo de pesquisa “Assentamentos” pelo convívio e troca de experiências.

Aos amigos e amigas Palloma Rosa, Marcia Eliana, Valéria Oliveira, Ambrozina, Carlos, Alexandre Vitor, Sassa, Jander, que acompanham de pertinho toda minha história.

Aos amigos (as), Jeferson, Rosi Martins, Luciana Vilela, Osvani e Ariel, que me visitaram na estadia em Lugo matando um pouco da saudade do Brasil.

A Marlene Pereira, por ter dividido as angústias e vitórias durante o processo de doutorado.

Aos moradores da Resex Riozinho da Liberdade, pela contribuição generosa neste trabalho. Ao Pablo e Júlia, representantes do ICMBio, pela receptividade no momento da pesquisa. Estendo meus agradecimentos a Maria Silva e Sr. Anselmo que estiveram presente no momento da coleta de dados.

Aos usuários dos MVMC que disponibilizaram tempo e paciência para participarem da pesquisa realizada por uma estrangeira.

As minhas amigas Flávia e Tânia, pelos mais diversos telefonemas de apoio.

Aos amigos Cleiton Milagres e Diego Neves, pela parceria de longa data.

Aos funcionários do DER, de maneira especial, Dona Maria, Brilhante, Helena, Miriam e Cassiana, Carminha, por me tratarem com tanto carinho e terem tanta disposição em me ajudar.

A Júlio Cezar Sant'anna, pela amizade e confiança.

Aos professores do DER, obrigada, pelos longos anos de convivência.

Ao LaboraTe, meu muito obrigada, pelas diversas parcerias estabelecidas com o grupo Assentamentos.

A Capes, por ter financiado este estudo, inclusive no exterior.

SUMARIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE SIGLAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO 1. REFERENCIAL CONCEITUAL	5
<i>1.1. A polissêmica ideia de Desenvolvimento</i>	<i>5</i>
<i>1.2 A emergência e as diferentes articulações entre grupos</i>	<i>15</i>
CAPÍTULO 2. “O MONTE NÃO NOS PERTENCE, NÓS PERTENCEMOS AO MONTE”: AS DIFERENTES RELAÇÕES CONSTRUÍDAS EM TORNO DO USO DAS ÁREAS COMUNAIS NA GALÍCIA.....	23
2. 1. <i>Metodologia</i>	<i>23</i>
2.2. <i>Galícia.....</i>	<i>25</i>
2.2.1 <i>O rural galego e as consequências do processo de modernização.....</i>	<i>29</i>
2.3. <i>A PAC como ferramenta básica de política pública para as áreas rurais.</i>	<i>32</i>
2.4. <i>Propriedades de uso comum na Galícia.....</i>	<i>35</i>
2.4.1. <i>Marco Regulatório dos MVMC</i>	<i>37</i>
2.4. 2. <i>A evolução histórica dos MVMC</i>	<i>40</i>
2.4.3. <i>Os municípios de inserção dos MVMC estudados</i>	<i>42</i>
2.4.4. <i>Caracterização dos MVMC estudados</i>	<i>45</i>
2.5. <i>Revisitando memórias: conflitos e dramas sociais na apropriação dos montes comunais pelo Estado e seus desdobramentos</i>	<i>50</i>
2.6. <i>“Eres titular não por ser, mas por estar”: as diferentes relações construídas entre os Comunheiros.</i>	<i>54</i>
2.7. <i>“Ovelha de muitos, comida de lobo”: a gestão das áreas de recursos comuns na Galícia</i>	<i>58</i>
CAPITULO 03. A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS COMUNS NA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE, ACRE, BRASIL.....	64
3.1. <i>Metodologia</i>	<i>64</i>
3. 2. <i>O Estado do Acre</i>	<i>66</i>
3.3. <i>O processo de criação de Unidades de Conservação no Brasil</i>	<i>69</i>
3.3.1. <i>A Resex Riozinho da Liberdade.....</i>	<i>76</i>
3. 4. <i>Do invisível ao visível: a transformação da área do Rio liberdade em Unidade de Conservação de Uso Sustentável</i>	<i>80</i>

3.5. <i>“Eu nasci e me criei aqui”</i> : as relações construídas entre moradores na Resex Riozinho da Liberdade.....	83
CAPITULO 4. SIMETRIAS E ASSIMETRIAS ENTRE OS MVMC E A RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE E A NOVA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	92
5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6. REFERENCIAS.....	109
APÊNDICE 1. DADOS DOS ENTREVISTADOS	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Base conceitual para análise das realidades empíricas dos MVMC (galegos) e a Resex (brasileira)	22
Figura 02. Localização geográfica da Galícia tendo como referência o território Espanhol. 25	
Figura 03. Localização das 07 principais cidades galegas e do Eixo Atlântico.....	27
Figura 04. Evolução da população ocupada com agricultura no período de 1985 a 2013.....	30
Figura 05. Percentagem de afiliações à Seguridade Social por setores econômicos nas áreas rurais (ZPP), 2014.....	32
Figura 06. Áreas de MVMC galegos	38
Figura 07. Processo formal de constituição de um MVMC	59
Figura 08. Imagens de momentos da realização do DRP realizado na Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2013.....	65
Figura 09. Localização do estado do Acre no Brasil, 2016	67
Figura 10. Mapa da Reserva Riozinho da Liberdade tendo como referência o Estado e os municípios de inserção, AC, 2016.....	77
Figura 11. Imagens da Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2013	78
Figura 12. Lavoura de mandioca no sistema Roça de Toco e casa de farinha na Resex Riozinho da Liberdade, AC, 2013	79
Figura 13. Fases de criação e implementação de uma reserva extrativista	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Percentagem da população de acordo com a faixa etária e idade média, Espanha e Galícia, 2013.....	28
Quadro 02. População ocupada por atividade no território galego, 2015.....	28
Quadro 03. Aproveitamentos das terras na Galícia, 2011	29
Quadro 04. Idade média da população galega tendo como referência a classificação por sub grau de urbanização, 2014.....	31
Quadro 05. Dados demográficos dos Concellos de Folgoso do Courel, A Pastoriza, Viveiro, 2016.....	42
Quadro 06. Representação por faixa etária da população dos municípios de inserção dos MVMC, 2011.....	43
Quadro 07. Distribuição de terras, Concello os, de Folgoso do Courel, A Pastoriza, Viveiro, 2012.....	43
Quadro 08. Número de propriedades agrárias segundo a superfície agrícola utilizada, 2009.....	44
Quadro 09. Comunidades de Monte Vicinal em Mão Comum em Folgoso do Courel, 2014.....	46
Quadro 10. Comunidades de Monte Vicinal em Mão Comum em A Pastoriza, 2014.....	48
Quadro 11. Montes Vicinais em Mão Comum, Concello de Viveiro, 2014.....	49
Quadro 12 – Categorias analíticas empregadas para análise das relações entre antigos e novos Comunheiros dos MVMC	54
Quadro 13. Definições das modalidades de Unidades de Conservação no Brasil, 2015.....	73
Quadro 14. Área das Unidades de Conservação por bioma, 2015	75
Quadro 15. Categorias analíticas propostas por Granovetter e a realidade da Resex Riozinho da Liberdade, 2015.....	84
Quadro 16. Similitudes e diferenças nos arranjos sociais e formas de uso dos recursos naturais nos MVMC e na Resex Riozinho da Liberdade, 2016	92
Quadro 17. Sistema classificatório de regras proposto por Ostrom (2013) para análise dos MVMC e Resex Riozinho da Liberdade	98
Quadro 18. Entrevistados dos MVMC do Concello de Folgoso do Courel, 2014.	119
Quadro 19. Entrevistados dos MVMC do Concello de A Pastoriza, 2014.....	120
Quadro 20. Entrevistados dos MVMC do Concello de Viveiro, 2014.....	120
Quadro 21. Representantes institucionais entrevistados no contexto galego, 2014.	121
Quadro 22. Locais de realização das oficinas de DRP na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, AC, 2013.....	121

Quadro 23. Entrevistados de acordo com as diferentes comunidades existentes na Resex Riozinho da Liberdade, AC, 2015.	122
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

AL – Áreas Locais

ASAREAL - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho da liberdade

CA – Comunidade Autônoma

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

EU – União Europeia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FLONA- Floresta Nacional

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGE – Instituto Galego de estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística

MVMC – Monte Vicinal em Mão Comum

PAC – Política Agrícola Comum

PFE – Patrimônio Florestal do Estado

RESEX – Reserva Extrativista

RDS – Reserva Desenvolvimento Sustentável

SITGA – Sistema de Informação Territorial da Galícia

UC – Unidade de Conservação

UFV – Universidade Federal de Viçosa

ZDP – Zonas Densamente Povoadas

ZIP – Zonas Intermediárias

ZPP – Zonas Pouco Povoadas

RESUMO

MOURA, Roseni Aparecida de, D.Sc. Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2016. **Novas perspectivas para o desenvolvimento rural: uma análise normativa, conceitual e prática dos Montes Vicinais em Mão Comum galegos e das Unidades de Conservação brasileiras.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Coorientadoras: Maria do Mar Perez Fra e Ana Isabel Garcia Arias.

O trabalho se dedicou à realização de uma análise, de caráter comparativo, das novas perspectivas para o desenvolvimento rural na Espanha e no Brasil, considerando para tanto, o caso dos Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) e das Reservas Extrativistas (Resex), respectivamente. A ideia central foi entender como o processo de desenvolvimento rural demanda da construção de arranjos normativos, conceituais e práticos visando à garantia de acesso aos recursos comuns e à sustentabilidade. O trabalho analisou como o papel desempenhado pelo Estado se relaciona com as transformações dessas áreas no âmbito jurídico, nos seus diferentes usos e na forma de gestão. Considerando essas questões, buscou-se entender como transcorreram as mudanças em relação ao uso e ao acesso aos recursos dessas áreas ao longo do tempo, além de observar como se conformam as relações estabelecidas entre os grupos de usuários. Para o caso Espanhol, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, coleta de dados secundários em sites oficiais, participação em palestras e eventos relacionados aos MVMC, entrevistas semiestruturadas com usuários de 07 Comunidades de Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) nos Conscellos de Folgoso do Courel, A Pastoriza e Viveiro situados na província de Lugo - Galícia, totalizando 55 entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2014. Já em relação ao caso brasileiro, a pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no Estado do Acre. Os dados foram coletados em três momentos distintos. O primeiro deles foi mediante aplicação de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), realizadas no mês de maio de 2013. Utilizou-se também da base de dados produzida a partir do termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade intitulado “Apoio ao Processo de Identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Sócio Produtivo em Unidades de Conservação Federais”, por meio do qual foi realizado um censo com as 283 famílias identificadas como residentes na Resex e, de forma específica, em entrevistas com moradores da Unidade de Conservação, realizadas em fevereiro de 2015. Os principais resultados da pesquisa demonstram que, tanto no espanhol, quanto no brasileiro as ações do Estado são de forte interferência, à medida que é o mesmo que estabelece as normativas que regulamentam as condições de usos e implementam o modelo de gestão destas áreas. Um ponto em comum entre as duas realidades é a importância econômica dada aos recursos naturais, ou seja, em ambos os casos os recursos naturais são vistos como um elemento econômico, ainda que a apropriação deste recurso se efetive de forma diferenciada. Considerando tanto as realidades dos MVMC quanto da Resex, existe uma importância da garantia do acesso à terra para liberdade e

autonomia do grupo de usuários, o que deve ser visto como um fator de desenvolvimento. Pôde-se concluir também que os arranjos tanto normativos quanto práticos encontrados nos MVMC e na Resex representam uma boa estratégia para o Desenvolvimento Rural, tendo em vista as relações construídas ente os grupos de usuários e a forma de organização e gestão do território com foco na gestão compartilhada.

ABSTRACT

MOURA, Roseni Aparecida de, D.Sc. Universidade Federal de Viçosa, June 2016. **New perspectives for rural development: a normative analysis, conceptual and practice of Common lands in Galician and Conservation Units in Brazilian.** Advisor: José Ambrósio Ferreira Neto. Co -advisor : Maria Perez Fra and Ana Isabel Garcia Arias .

This study, aimed to analyze comparatively the novel perspectives for the rural development in Brazil and in Spain, considering the case of Reservas Extrativistas (extractive reserve) and common lands (Montes Vicinais em Mão Comum) respectively. The main idea was understand how the process of rural development demands the normative, conceptual and practical arrangements construction in order to guarantee the access to common resources and sustainability. This work analyses how the role of State is associated with juridical transformations regarding land use and management. Considering this topics, the study aimed to understand how the land use and resources access changed over time, besides that, understand how the relationship established among users groups are conformed. In order to analyze the Spanish case it was proceeded: bibliography research, secondary data collection in official web pages, participations in events and workshops associated with MVMC, interviews semi-structured in 07 communalities of MVMX in the Folgoso do Courel, A Pastoriza and Viveiro, municipalities of Lugo province – Galicia, in total there were realized 55 interviews between April and June of 2014. Regarding as the Brazilian case, the research was realized in the Resex Riozinho da Liberdade, in the Acre state. Data were collected in three different moments. The first consisted in applying techniques of Participative Rapid Diagnostic (PRD), realized in May of 2013. Data produced by the Cooperation between Viçosa Federal University and Chico Mendes Institute for Conservation of Biodiversity named “Support to the identification process of user families and diagnostic socio productive in Conservation Units Federals”, through which was proceeded a census with 283 families identified as living in Resex and, specifically, in interviews with residents of the Conservation Unit, held in February 2015. The main research results demonstrate that, both in Brazilian and Spanish case, there is a strong interference of the State, establishing normative that regulates the conditions of use and implement the management model of these areas. A common point between both realities is the perceived economic importance of natural resources, in other words, in both case the natural resources are seen as an economic element, although the tenure of this resource becomes effective differently. Considering both realities also there is an importance of ensuring access to land for freedom and autonomy of the user group, which should be seen as a development factor. The conclusion also points that normative and practical arrangements found in MVMC and RESEX represent a good strategy for the rural development, once considering the relationship built between groups and users and form of organization and land management with a focus on shared management.

INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto de uma longa trajetória de trabalhos dedicados a entender temáticas envolvendo o mundo rural, inseridas nas constantes discussões do Grupo de Pesquisa “Assentamentos” da Universidade Federal de Viçosa, que tem por tradição mesclar estudos de diferentes áreas de pesquisa e temáticas essenciais na discussão do atual modelo de desenvolvimento sustentável.

A participação neste grupo de estudo, envolvendo, primeiramente, a temática dos assentamentos rurais de reforma agrária, tema este, pesquisado durante a realização do mestrado, e depois discussões com trabalhos referentes a Unidades de Conservação, renovou o interesse da pesquisadora em aprofundar as discussões que associam os elementos da dinâmica socioeconômica da ocupação dos territórios em diferentes realidades. Assim, surgiu a proposta de fazer um estudo comparativo das novas perspectivas para o desenvolvimento rural na Espanha e no Brasil e, considerando tanto os casos dos Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) quanto das Reservas Extrativistas (Resex) pertencentes, respectivamente, à Galícia, Comunidade no norte espanhol e a Amazônia brasileira. Essa proposta de estudo teve como enfoque questões referentes à organização social, ao uso dos recursos naturais e à dinâmica socioeconômica dos grupos de beneficiários, sendo que estas realidades se configuram como áreas de uso coletivo. Por se tratar de contextos distintos, nos quais as regiões estudadas apresentam muitas diferenças em termos de configurações históricas, produtivas e espaciais, a contribuição deste trabalho consiste em colaborar com o debate contemporâneo acerca do desenvolvimento rural, incorporando a esta discussão o tema do uso comum da terra e dos recursos naturais.

Dessa forma, ao se realizar uma análise comparativa, pôde-se apreender que as diferenças entre a realidade galega e brasileira se distinguem pelas dimensões geográficas, aptidões agropecuárias, potenciais naturais, e, sobretudo, pela natureza e forma de implementação das políticas agrícolas e agrárias. Ainda que em contextos diferentes, a análise comparativa permitiu o aprendizado por similitudes, já que a Galícia, mesmo pertencente à União Europeia e beneficiária de suas políticas, apresenta em termos temporais, processos coincidentes com o Brasil, como por exemplo, a mecanização da agricultura que ocorreu de forma mais intensa, assim como no Brasil, a partir da década de 1960. Portanto, entende-se que a realização deste trabalho não só trouxe novos elementos à discussão do desenvolvimento rural na Galícia e na Amazônia, como também despertou a necessidade da

revisão conceitual das discussões vinculadas aos desafios contemporâneos, globais e específicos, em relação ao mundo rural.

Além disso, os trabalhos realizados de forma comparativa têm relevância se considerarmos que o mundo rural é caracterizado por diversidades, tanto em termos de processos, quanto de atores. Assim, o rural é um conjunto de práticas heterogêneas, contrastantes e de tendências de desenvolvimento divergentes. Como argumenta Favareto (2007), para se compreender os fenômenos relativos ao desenvolvimento rural é preciso buscar entendimento da complementariedade conflituosa que cerca a evolução de determinadas configurações territoriais, em que os traços definidores da ruralidade se compõem sob formas distintas e historicamente situadas. Ou seja, o autor argumenta que, embora os fenômenos relacionados ao desenvolvimento rural se configurem pela perspectiva evolutiva, esta nada tem de linear ou predeterminística, mas de maneira oposta, está relacionada ao contexto histórico e processual de cada lugar, não existindo, portanto, uma tendência global quanto ao futuro das regiões rurais. Pelo contrário, argumenta o autor, o mundo rural segue suscitando estudos por conta de sua diversidade, a qual aponta a necessidade de construir conhecimento das mais variadas realidades.

Neste sentido, a ideia central do trabalho foi entender como o processo de desenvolvimento rural demanda a construção de arranjos normativos, conceituais e práticos visando à garantia de acesso aos recursos comuns e à sustentabilidade. Para tanto, o estudo se dedicou à realização de uma análise, de caráter comparativo, das novas perspectivas para o desenvolvimento rural na Espanha e no Brasil, considerando tanto o caso dos Montes Vicinais em Mão Comum quanto das reservas extrativistas. O trabalho desenvolvido nestes dois contextos visou responder à seguinte questão: *Como o processo de desenvolvimento rural, envolvendo realidades permeadas pela apropriação e utilização de recursos comuns e com foco na sustentabilidade ambiental, implica na construção de arranjos normativos, conceituais e práticos específicos?*

Objetivamente, buscou-se verificar a existência de congruência entre as dimensões normativa, conceitual e prática nas duas modalidades de arranjo social de uso de recursos comuns, os Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) e as Reservas Extrativistas.

Em termos estruturais, o trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e as conclusões. O primeiro capítulo expõe diversos debates conceituais, iniciando com a apresentação das teorias clássicas sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, evidenciando o período entre a década de 1960 e o final da década de 1970. Para tanto, procurou-se uma apropriação dos argumentos de Perroux (1967), Hagen (1967), Blumer

(1975), Santos (1993), Stavenhagen (1965) e Gunder Frank (1975). Em um segundo momento, serão expostos os conceitos de desenvolvimento, na perspectiva contemporânea, ligados, principalmente, à incorporação no debate do bem-estar e das liberdades de escolhas, a partir de autores como Cernea (1995), Sen (2000, 2010) e Chambers (2010). Além disso, procurou-se debater sobre a gestão de recursos comuns, a partir da leitura de Diegues (1996, 2010), Ostrom (2009 e 2013) e Sabourin (2010). Outro ponto de discussão refere-se à emergência e à formação dos grupos sociais que compõem essas áreas. Para proceder a tal discussão, baseou-se nos conceitos apresentados por Granovetter (2007) e Nibert Elias (1990, 2000).

O segundo capítulo apresenta, exclusivamente, aspectos da realidade Galega estando subdividido em quatro seções. A primeira seção apresenta a metodologia utilizada para realização da pesquisa naquele contexto, uma vez que em relação à reserva extrativista, por suas características, o desenho de pesquisa foi elaborado de forma diferente. A segunda parte evidencia aspectos que conformam o território da Galícia e também as transformações ocorridas no meio rural Galego a partir da década de 1950. O terceiro tópico retrata as propriedades de uso comum na Galícia e especificamente os Montes Vicinais em Mão Comum (MCMC). Por último, são demonstrados os resultados e as discussões empíricas e conceituais sobre a realidade galega.

O terceiro capítulo tem o objetivo de discutir, exclusivamente, a realidade da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, localizada no Estado do Acre. Desta forma, o capítulo se apresenta subdividido em quatro seções, quais sejam: aspectos metodológicos da pesquisa, conformação do território acreano; o processo histórico de criação das reservas extrativistas brasileiras, principalmente as de uso sustentável, e por fim, apresenta a realidade desta Unidade de Conservação de Uso Sustentável brasileira.

O último capítulo apresenta uma análise de forma comparativa acerca das realidades encontradas nas áreas de uso comum nos territórios galego e brasileiro. Diante de tais realidades, os aspectos que serão abordados são: as simetrias conceituais e práticas em relação ao papel regulador do Estado; a importância econômica dos recursos naturais; o comportamento dos fluxos de usuários; dos usos e dos territórios, trazendo para a discussão as especificidades locais e as formas de articulação e de apropriação desses recursos de uso coletivo em contextos distintos e a relação com o desenvolvimento rural.

Nas conclusões deste trabalho, dentre outras questões, são apresentadas contribuições teóricas e conceituais em relação ao tema de desenvolvimento rural e, dificuldades e

facilidades na realização da pesquisa e, sobretudo, definições de uma nova agenda de pesquisa.

CAPITULO 1. REFERENCIAL CONCEITUAL

1.1. A polissêmica ideia de Desenvolvimento

A ideia que se tinha acerca do que seria o desenvolvimento das nações, entre os anos de 1960 e 1970, esteve muito atrelada às implicações econômicas. Assim, a temática do desenvolvimento sempre aparecia associada a termos como progresso e evolução na tentativa de justificar o crescimento das sociedades, entretanto, se resumia a uma perspectiva muito linear e intimamente atrelada aos aspectos econômicos. A ideia de desenvolvimento, com um forte enfoque no viés econômico, possui equivalência nos trabalhos de François Perroux (1967), Everett Hagen (1967) e Hebert Blumer (1975). Nestas obras encontra-se o enfoque desenvolvimentista pautado, substancialmente, nos aspectos econômicos.

Neste sentido, Perroux (1967) defende que é a renovação das sociedades, principalmente, de seus aspectos culturais, que sustenta o desenvolvimento econômico. Ou seja, nesta visão, para se alcançar o desenvolvimento seria necessária a incorporação de uma nova cultura e racionalidade, orientada pelos países desenvolvidos. Assim, Perroux (1967) sustenta que na cultura dos países subdesenvolvidos faltam elementos que propiciariam o desenvolvimento e, enquanto essas sociedades permanecessem com tal racionalidade continuariam atrasadas, condição que seria superada apenas pela incorporação dos valores e cultura da sociedade ocidental capitalista.

De maneira similar, Hagen (1967) argumenta que somente as mudanças tecnológicas ou econômicas conduziriam ao desenvolvimento, de modo que, os princípios do desenvolvimento são tratados pelo estudioso a partir do modelo de crescimento econômico vinculado à modernização.

Nesta conjuntura, vários estudiosos do tema começaram a considerar que fatores econômicos por si só não eram capazes de proporcionar uma boa avaliação sobre o desenvolvimento de uma sociedade. É nesse contexto que o termo desenvolvimento social começou a ocupar espaço nas discussões e se fundiu à ideia econômica e industrial que compunha os indicadores para o desenvolvimento até então. Entretanto, a falta de consenso teórico permitiu que cada estudioso tivesse uma noção particular em relação ao que seria o desenvolvimento social, dificultando, portanto, a formulação de um conceito científico e a possibilidade de se estabelecer critérios comuns para medir o que realmente significava este termo (MOURA, *et al*, 2013).

Blumer (1975) inicia em sua obra uma discussão sobre a ideia de desenvolvimento social e propõe examinar a forma pela qual essa concepção era tratada na literatura

sociológica. Assim, o autor questiona o fato da noção de desenvolvimento social, naquela época, se limitar ao entendimento daquilo que acontecia entre os povos subdesenvolvidos, somente quando eles se aproximavam dos modos de vida construídos nos anos 1970 pelas nações modernas e avançadas.

Deste modo, a diversidade de ideias acerca da temática do desenvolvimento social e a falta de um ponto de referência para este conceito, permitiram que a referência estabelecida fosse a dos países industrializados, mesmo havendo contradições e assimetria na trajetória de desenvolvimento vivenciados por eles.

De forma complementar e crítica, autores como Gunder Frank (1975) e Machado (1975) se contrapõem a algumas abordagens desenvolvimentistas daquela época. Gunder Frank (1975) examina as modalidades e tendências teóricas apresentadas pelos cientistas sociais do desenvolvimento. O estudioso sistematiza um conjunto de argumentos de autores como Rostow, Bert F. Hoselitz, Manning, Nash, entre outros, para discutir o desenvolvimento. Segundo Gunder Frank (1975) os argumentos desses autores sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento se apresentavam teoricamente inconsistentes, politicamente inviáveis e empiricamente inválidos. Estes teóricos criticados por Gunder Frank (1975) argumentavam que para eliminar o subdesenvolvimento e produzir o desenvolvimento era necessário mudar determinadas variáveis, papéis ou parte do sistema social dos países subdesenvolvidos e que não havia necessidade de alterar o sistema em si.

Nesta perspectiva, Gunder Frank (1975) defendia que estes teóricos que tentaram analisar o desenvolvimento econômico e a mudança cultural falharam ao dirigir a sua análise às origens passadas, às atuais transformações ou às perspectivas futuras do sistema social enquanto tal. Ou seja, o que o autor criticava, substancialmente, era que o enfoque do desenvolvimento apresentado por Rostow, Bert F. Hoselitz, Manning, Nash, dentre outros, atribuía uma história aos países desenvolvidos, mas negava toda a história aos subdesenvolvidos, ignorando sua realidade histórica e estrutural. Na argumentação daqueles autores, segundo Gunder Frank (1975), se os países subdesenvolvidos desejassem seguir o crescimento dos desenvolvidos teriam que encontrar outros povos para explorar. Machado (1975), ao analisar a temática, apresenta um rompimento na teoria que aborda o subdesenvolvimento enquanto estágio inicial do desenvolvimento, no mesmo sentido em que as sociedades tradicionais seriam antecessoras às sociedades modernas.

Neste mesmo sentido, Santos (1993) considera que o modelo principal do desenvolvimento tem referência nos países avançados de acordo com um padrão que priorizava, a princípio, a industrialização e a tecnologia. Em sua visão, a ideia de

desenvolvimento teve suas origens dentro de uma sociedade dual que dividia o mundo entre “desenvolvidos e atrasados”. É nesta direção que o desenvolvimento passou a ser pautado nos padrões de vida e consumo das nações industrializadas e mais fortes economicamente. Sob a ótica de desenvolvimento destes países, os mesmos começaram a difundir suas premissas para aqueles países que permaneciam na condição de subdesenvolvidos. Procurando adequar as nações subdesenvolvidas aos índices ideais e difundindo seus valores, bem como elementos culturais, apoiavam-se na certeza de estar solucionando o que, do ponto de vista dos povos desenvolvidos, impedia a condição de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, países desenvolvidos seriam aqueles que possuem a capacidade autônoma de gerar conhecimento e tecnologia, as quais redefinem permanentemente o que é modernidade, fixando os termos instáveis da competição internacional e os padrões que os modernos devem imitar. Assim, a modernidade seria subproduto do primeiro mundo, mas não vice e versa. Nesta lógica, como afirma Santos (1993), a distância já cristalizada entre nações ricas e pobres é de tal magnitude que o hiato entre as duas nunca será superado. Neste contexto descrito pelo autor, os destinos das nações de primeiro e terceiro mundo são como linhas paralelas que nunca irão se cruzar. Segundo ele, a divisão crucial entre países ricos e avançados e países pobres e atrasados é institucional. Deste modo, Santos (1993) considera que para repetir a trajetória de desenvolvimento dos países desenvolvidos, as nações subdesenvolvidas teriam que, como dito por Gunder Frank, explorar outras nações, já que esta foi uma das condições que durante muito tempo sustentou a economia dos países hoje desenvolvidos. Nesta mesma perspectiva, Stavenhagen (1965) defende que, em termos históricos, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estão ligados e que, com frequência, o desenvolvimento de uma região implicava o subdesenvolvimento de outra.

O que se pode observar dos autores apresentados é que as noções de desenvolvimento foram, ao longo do tempo e das discussões teóricas, incorporando novas dimensões além das meramente econômicas, como as questões sociais, que até então eram desconsideradas. A incorporação dessas novas questões também foi devido ao novo foco das políticas que, nesse novo contexto, se voltara à desigualdade para o combate à pobreza. A adoção pela Organização das Nações Unidas de uma nova perspectiva que além da dimensão econômica incorpora outras variáveis, como saúde e educação, ganhou grande expressão mundial com a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sobretudo, por considerar múltiplas dimensões, tanto econômica quanto social de uma população e que conseguiu ser uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) na mensuração do desenvolvimento. (MOURA, *et al.*, 2013).

Assim, as noções de desenvolvimento, na perspectiva contemporânea, estão ligadas, principalmente, à incorporação do debate de temas como o bem-estar e as liberdades e, principalmente, a necessidade de colocar as pessoas em primeiro lugar, sendo referenciados nas obras de Cernea (1995), Sen & Kliskberg (2010) e Chambers (2010), entre outros. Além destas dimensões, o debate incorpora também novas dimensões como a abordagem territorial e da sustentabilidade.

Cernea (1995) defende que as pessoas deveriam ser vistas como protagonistas dos processos de desenvolvimento, pois, segundo o autor, todos os modelos que não dão primazia às pessoas entram em conflito com os verdadeiros processos sociais de desenvolvimento. Em uma perspectiva semelhante e complementar, Sen (2000) afirma que vivemos em um mundo de privações, como por exemplo, as necessidades essenciais não satisfeitas, a violação de liberdade política, dentre outros tipos de privações que podem ser encontradas tanto em países desenvolvidos e em desenvolvimento como nos subdesenvolvidos, independente do sucesso econômico. O que o autor entende é que, mesmo em condições não satisfatórias de qualidade de vida, o desenvolvimento econômico pode ocorrer, fato que não indica a ocorrência de melhorias em outras esferas da vida social (MOURA, *et al.*, 2013)

Este autor afirma ainda que a superação das privações é parte central do processo de desenvolvimento. Pois, para ele, o mesmo consiste na eliminação de privações de liberdades, que limitam as escolhas e as oportunidades dos indivíduos, deixando claro que é preciso reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate a estes problemas. Neste sentido, a expansão da liberdade é vista como principal fim e meio para o desenvolvimento. Nesta perspectiva, identifica-se como o principal objetivo de Sen (2000) salientar a necessidade de se estabelecer uma análise integrada das atividades econômicas, políticas e sociais que envolvem as instituições (Estado, mercado, mídia, grupos de interesse, dentre outras) e agentes relacionados de forma interativa, garantindo a liberdade dos indivíduos. Nesta conjuntura, o autor explica que as possibilidades de realização das pessoas são intimamente influenciadas por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (MOURA, *et al.*, 2013).

É nesta mesma linha que Chambers (2010) argumenta acerca da importância da consideração do fator humano para que se alcance o desenvolvimento, propondo conceitos e ações para transformar a forma de pensar esse processo. Para este autor, se considerarmos que o desenvolvimento pode significar mudanças positivas, é preciso pensar quais tipos de

mudanças seriam necessárias e desejáveis. Assim, ele defende aquelas que possam incorporar o fator humano em sua definição.

A negligência da dimensão humana no desenvolvimento, à primeira vista, parece estranha e ele defende que parte dessa ausência decorre da cultura acadêmica que busca apenas a objetividade e sua generalização (CHAMBERS, 2010). O autor ilustra essa perspectiva ao apresentar a desconsideração das pessoas como fundamentais no processo de desenvolvimento nos Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1999 e do BANCO MUNDIAL, 1997. A inquietação do autor é pelo fato de nenhum desses relatórios confrontarem a dimensão humana em suas ações de forma substantiva.

Como defende Vachon (2000), para que se tenha outra teoria de desenvolvimento alguns princípios fundamentais devem ser considerados, dentre eles: o desenvolvimento não deriva da função e do valor econômico das atividades e sim da organização social dos indivíduos; o desenvolvimento não depende só de grandes sistemas macroeconômicos e tampouco das instituições centralizadoras, tem muito a ver com as microiniciativas, tendo nas pessoas a sua força motriz. Considerando este último item, o estudioso acrescenta que se deve ponderar que o objetivo do desenvolvimento são as pessoas, a coletividade a que elas pertencem e seu território. Deste modo, na sua visão, o nível de dependência dessas coletividades é proporcional ao seu grau de inadaptação frente às novas conjunturas econômicas e sociais. Ou seja, quanto mais dependente for uma comunidade de uma atividade econômica que não se controla ou da ajuda governamental, programas assistenciais, subsídios, mais submetida está às decisões externas.

Tendo em vista o conceito de “desenvolvimento” da forma como apresentado pelos autores contemporâneos citados, podemos entender que perspectiva de considerar as pessoas como meio e o fim do desenvolvimento pode contribuir como um instrumento de orientação nas ações e políticas públicas a serem formuladas ou mesmo reformuladas. Os tomadores de decisão necessitam buscar o desenvolvimento de uma forma sustentada que alcance todas as esferas da sociedade e considere o fator humano, bem como as especificidades locais. Para tanto, as novas perspectivas precisam considerar o bem-estar das pessoas, o aumento dos horizontes de escolhas, a importância de se dar suporte às capacidades e habilidades individuais e coletivas. Ou seja, ampliando o âmbito de oportunidades e escolhas, ampliam-se as perspectivas de vida e, conseqüentemente, as possibilidades de desenvolvimento. Desta maneira, deve-se considerar que as pessoas são importantes e desconsiderá-las é negligenciar aspectos necessários ao processo de desenvolvimento (FAVARETO, 2007; SEN, 2000; CHAMBERS, 2010).

Uma vertente do desenvolvimento altamente discutida por vários estudiosos é o desenvolvimento rural, que deve ser visto também, como um desdobramento da perspectiva contemporânea, a qual incorpora em seu discurso a questão da liberdade, ambiental e, recentemente, dos territórios. Neste sentido, é necessário um resgate acerca da evolução das diferentes abordagens teóricas, desde o desenvolvimento agrícola pautado em resultados meramente econômicos até o desenvolvimento rural e sua recente abordagem ambiental e territorial.

Para Almeida (1997), no campo da agricultura, a noção de desenvolvimento, considerando a perspectiva econômica, entre as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos da América e na Europa, encontra um terreno muito receptivo, uma vez que, pela ação do Estado, o setor agrícola se insere cada vez mais no sistema econômico. Deste modo, como garante o autor, leis são formuladas nesses países visando transformar a agricultura, considerada até então como setor tradicional e atrasado, em relação ao setor industrial, ampliando sua participação no processo de crescimento econômico. O principal instrumento para essa mudança seria o desenvolvimento agrícola e rural. Assim, para atingir um estágio urbano de modernidade, a agricultura teria que se integrar ao crescimento econômico geral, ou seja, aumentar a produção e produtividade, comprando e vendendo à indústria (ALMEIDA, 1997).

Segundo Almeida (1997), essa ideia era influenciada por muitos economistas de diferentes ideologias, que sustentavam que a agricultura tinha um papel secundário ao setor industrial. Ou seja, fornecer matérias primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. Por isso, a industrialização tornou-se sinônimo de progresso e modernidade na agricultura.

Nos anos 60 e 70 do século XX, os Planos de Desenvolvimento inspirados nesta visão passaram a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico. Desta forma, os órgãos públicos de difusão de tecnologias tinham o objetivo de enquadrar os agricultores no modelo de desenvolvimento idealizado segundo os pilares da modernização. O desenvolvimento era confundido com progresso técnico que elevaria tais atores do atraso ao moderno, que provocava a desvalorização de todas as formas de produção que não estavam embasadas nesse modelo (ALMEIDA, 1997).

Deste modo, em contraposição à ideia de desenvolvimento agrícola, com viés marcadamente econômico, surge a noção de desenvolvimento rural, como tentativa de suprir deficiências teóricas, normativas e práticas, e, assim, trazer elementos ao debate e à capacidade de orientação da intervenção pública por meio das políticas. A incorporação destas

mudanças conceituais é notada na chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural, para a qual o desenvolvimento está além do viés normativo e ideológico (DIAS & FREITAS, 2010).

Por outro lado, van der Ploeg *et al.* (2000) analisando o contexto da União Europeia argumenta que o desenvolvimento rural se configura em um campo de disputa em relação a modernização da agricultura, interpretada como dependência econômica e de insumos externos às propriedades rurais. Para estes autores, o desenvolvimento rural se caracterizaria pela construção de alternativas econômicas para os produtores rurais, por meio das quais a agricultura seria, apesar de importante, umas das diferentes possibilidades para os agricultores, uma perspectiva que valoriza a paisagem, o meio ambiente, a pluriatividade, etc.

Especificamente no caso brasileiro, até a década de 1990, como argumenta Schneider (2010), existia uma forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento. Esse fato fez com que muitos pesquisadores e estudiosos se afastassem deste tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo. Dessa forma, na opinião do autor, o desenvolvimento rural passou a ser identificado com políticas de intervenção no meio rural, principalmente, em regiões pobres.

Segundo Schneider (2010), a forte retomada da temática nos anos 2000 foi influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Favareto (2009) afirma que a ascensão da abordagem territorial do desenvolvimento rural está ligada a ordens de fatores que, primeiramente, implicam no reconhecimento de regiões rurais dinâmicas, não se tomando, neste caso, a dinamização apenas pelo que se passa na agricultura ou pecuária. Em segundo lugar, o fato de que os investimentos em escalas municipais ou regionais precisam salientar estratégias que envolvam as escalas territoriais regionais ou intermunicipais. Como garante o autor, esta abordagem demonstra que não faz mais sentido tomar o rural como sinônimo de agrário, destinado à produção de bens primários e que sua compreensão, sobretudo, deve se fazer a partir de sua natureza territorial.

Dessa forma, para Favareto (2007) a emergência da abordagem territorial nas questões atinentes ao desenvolvimento rural pressupõe um enfoque relacional a essas realidades. O que autor evidencia é que os caminhos para a disseminação desse tipo de abordagem passam por um processo de adição no vocabulário, no discurso e nas políticas. Assim, as questões que

envolvem o desenvolvimento passam por uma necessidade de integração de diversas variáveis territoriais. Nessa perspectiva, a ideia de desenvolvimento pressupõe a fusão entre a necessidade de evolução das configurações sociais e a sua relação de interdependência com o meio ambiente, instituições e as estruturas sociais (FAVARETO, 2007).

Portanto, ainda conforme Favareto (2007), quando se fala em novo rural, também se torna pertinente à compreensão do conceito de nova ruralidade, que está atrelada à definição de uma abordagem territorial. A denominada pelo autor de nova ruralidade diz respeito à integração entre o rural e o urbano de forma relacional. Assim, na visão do autor, o desenvolvimento rural não deve ser considerado como uma evolução unidirecional que culmina tão somente na racionalização da vida rural, e sim na dinâmica de suas articulações entre diferentes racionalidades econômicas, práticas sociais e culturais. Deste modo, para Favareto (2007), a noção de desenvolvimento rural deve ser compreendida como evolução de uma configuração histórica que pode caminhar rumo às inúmeras direções, se opondo, portanto, a ideia atrelada à linearidade evolutiva que se desdobra em projetos normativos do desenvolvimento, os quais abarcam indicadores econômicos, sociais e ambientais de determinado país, região ou grupo social.

Seguindo novamente os argumentos de Favareto (2007), a emergência da abordagem territorial nas discussões sobre desenvolvimento rural favorece o fortalecimento dos mecanismos de participação social nas políticas públicas. O autor defende que, se por um lado, tal movimento ocorre em um momento histórico, também marcado por certo realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento, por outro lado, observam-se as dificuldades do Estado e das sociedades em operar as mudanças de paradigmas contidas na nova ruralidade, de maneira a sustentar a definição e a implementação das iniciativas propostas com esse fim. Deste modo, afirma o autor, nem o Estado nem os atores sociais dão conta da mudança de uma forma radical ou imediata porque estão condicionados a agir de acordo com os paradigmas anteriores de crescimento econômico, de difusão de tecnologias, de exploração dos recursos naturais. Assim, os agentes sociais acreditam que a mudança deve partir do Estado, que, por outro lado, não tem mecanismos eficientes para lidar com esta mudança no paradigma do desenvolvimento.

Wanderley (2009) acrescenta ainda que esta nova abordagem acerca do desenvolvimento territorial, tem como pressuposto a necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, pela valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados as atividades agrícolas.

Nesta perspectiva, pode-se concluir, pelo curso das abordagens apresentadas, que não existe desenvolvimento vindo de “fora”, ele começa internamente a partir do reconhecimento do valor que as pessoas assumem neste processo e do reconhecimento, e, sobretudo, não existe uma cultura homogênea, nem uma única identidade. A questão de se pensar os territórios é um avanço às novas concepções de desenvolvimento rural como processo voltado para as pessoas, ainda que não se possa desconsiderar as limitações envolvendo a questão. Assim, é necessário entender que existem desafios que devem ser superados, como a efetiva participação dos segmentos e o rompimento com as relações precárias e centralizadoras de poder. Além disso, faz-se necessário tentar separar os aspectos científicos, dos normativos, dos ideológicos e até mesmo dos discursivos aos quais a ideia de desenvolvimento territorial/rural se encontra relacionada atualmente. Seria necessário eliminar o caráter eminentemente formal de que se revestem, revelando-se incapazes de abarcar a diversidade desses espaços e a abrangência de atuação e, sobretudo, eliminar as falhas na governança das políticas públicas (FAVARETO, 2007; WANDERLEY, 2009).

Como salienta Almeida e Navarro (1998) o que se percebe, sobretudo na passagem da década de 1990 para a década posterior é, não somente a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento, mas também as pessoas sendo consideradas como cerne desse processo e a intensificação da relação entre o desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável. Assim, para Almeida e Navarro (1998) o conceito de desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a “satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”, e não somente o crescimento econômico indiscriminado da região implicada. Para os autores, a definição oficial de desenvolvimento sustentável se encontra imersa, desde sua formulação, em uma profunda polêmica de natureza multidisciplinar entre o que se define como orientações teóricas do pensamento liberal daquelas relacionadas ao pensamento alternativo. Assim, a discussão acerca da sustentabilidade nasce como critério normativo para reconstruir a ordem econômica e como condição para a sobrevivência humana apresentada, principalmente, pelos questionamentos das bases de produção. Nesse sentido, pode-se dizer que a emergência de um discurso da sustentabilidade nasce na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo no ano de 1972 e no Brasil, especificamente nas Conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (LEFT 2009; ALMEIDA 2007; FUIZA, 2010).

Como bem ressalta Almeida (2007), a sustentabilidade deve ser vista como uma ideia, um conceito em disputa, com limites ainda indefinidos e, sobretudo, com grandes conflitos de interesses. Para o autor, a crise de modelos baseados nos pressupostos do desenvolvimento industrial demonstrou esgotamento, oportunizando, assim, a emergência de proposta de desenvolvimento com base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável. Ou seja, o desenvolvimento sustentável parece abarcar a ideia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Para Almeida (2007) esse novo desenvolvimento, mais sustentável, apresenta alguns desafios e limites, no que se refere à agricultura. Nesse sentido, na opinião do autor, os organismos “oficiais” têm se esforçado em alcançar uma conceituação de desenvolvimento sustentável capaz de ser aceita pela maioria dos atores/agentes econômicos envolvidos.

De forma mais crítica, Left (2009) argumenta que o discurso da sustentabilidade teve como forte pretensão afirmar que existe a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado nos mecanismos de mercado, desconsiderando, portanto, os processos que constituem o ambiente, como, tempos ecológicos de produtividade, regeneração da natureza, valores culturais. O estudioso pondera que, neste processo, a noção de sustentabilidade foi sendo vulgarizada até fazer parte de um discurso oficial e da linguagem comum. Ou seja, em sua visão, o discurso dominante procura incorporar a natureza ao capital e reconciliar os contrários ao desenvolvimento, qual seja, o meio ambiente e o crescimento econômico, de forma que, “seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado, como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social” (LEFT, 2009, p. 26).

Finalmente, o que se percebe pelos debates apresentados é que existem muitos pontos de vista quando se discute o desenvolvimento. Contudo, para esta tese, o conceito de desenvolvimento sustentável parece apropriado para discutir a realidade dos MVMC e das Reservas Extrativistas por abarcar a ideia de integração sistêmica entre as dimensões social, econômica e a ambiental com vista a exploração dos recursos naturais. Além disso, apropria-se da concepção de Sen (2000) que considera as pessoas como centro do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, tendo este conceito como categoria analítica, pretende-se responder, embasado nestas realidades empíricas, se os arranjos normativos e práticos que permeiam as realidades dos MVMC e das Resex (s) podem ser vistos como representativas da estratégia de desenvolvimento sustentável. Para responder a esta questão é preciso entender de

que maneira se dá a formação e as articulações dos grupos; o formato de gestão implementado; e como os recursos naturais são apropriados por estes, o que torna necessário um arcabouço conceitual que retrate estes aspectos, o que será apresentado no tópico subsequente.

1.2 A emergência e as diferentes articulações entre grupos

Esta seção discute temáticas relevantes para o entendimento das relações construídas entre os grupos que compõe determinados territórios. Isso porque, para se entender as dinâmicas de desenvolvimento, é também necessário se atentar para as interações cotidianas, relações de poder que envolvem a composição dos grupos. Para subsidiar a análise da conformação dos distintos grupos envolvidos na gestão de áreas de usos coletivos, como é o caso dos MVMC e das Reservas Extrativistas, este trabalho apropria-se do arcabouço teórico de Ostrom (2009; 2013), Diegues (1996), Granovetter (2007), Elias & Scotson (2000), dentre outros.

Ostrom (2009; 2013) buscou entender como as comunidades fazem a gestão dos recursos comuns, a exemplo de florestas, rios, pastagens, dentre outros, contestando, principalmente, os argumentos de estudiosos que defendiam que a garantia de direitos de propriedade seria uma solução viável para a gestão desses recursos. A estudiosa comprovou que a “autogestão” poderia ser uma solução, desde que houvesse o desenvolvimento de instituições organizadas e conduzidas pelos próprios usuários dos recursos. Ela questiona em sua obra a insuficiência dos modelos dominantes, quais sejam, “a tragédia dos comuns”, “o dilema do prisioneiro” e “a lógica da ação coletiva”, já que esses defendem o argumento de que a lógica autocentrada faria com que os indivíduos agissem contra o interesse coletivo, o que acabaria por provocar a escassez dos recursos de uso comum. Na opinião da autora, estes modelos não são necessariamente errados, são casos específicos que só se aplicam quando os indivíduos agem independentemente, têm pouca confiança mútua e não há meios de vigilância e controle do uso excessivo dos recursos. Por outro lado, na perspectiva da autora, os grupos de pessoas tendem a construir conjuntos específicos de regras, normas e sanções, para assegurar que tais recursos sejam utilizados de forma sustentável (OSTROM, 2009; 2013).

Essa autora defende que para a formação dessas relações entre os grupos é necessário um quadro de cooperação que, por sua vez é fundamentado em escolhas e comportamentos coletivos, em que a norma da reciprocidade é o elemento central. Deste modo, Ostrom

considera a reciprocidade ao mesmo tempo como uma norma moral internalizada e um princípio de intercâmbio social, caracterizado pela vontade de cooperar (SABOURIN, 2010).

Nesta perspectiva, constata-se que a gestão partilhada de recursos funciona melhor em grupos de proximidade, onde existe o interconhecimento ou o respeito de regras comuns. Assim, as relações mútuas funcionam melhor quando cada um sabe que o outro se situa também em um quadro de reciprocidade. É neste sentido que o reconhecimento institucional ou público dos dispositivos de manejo partilhado de recursos, fundado em relações de reciprocidade, pode garantir ou facilitar essas estruturas. Quando os dispositivos de gestão de recursos comuns baseados na reciprocidade são reconhecidos pelo Estado e pelas políticas públicas, as relações de partilha conseguem, de forma geral, reorganizar-se no âmbito de estruturas institucionais novas, mais bem adaptadas ao contexto atual, eliminando contradições nas matérias de propriedade e de uso das terras, entre a gestão local ou comunitária e as políticas de desenvolvimento (SABOURIN, 2010).

Outra contribuição apresentada por Ostrom (2013) é a respeito do funcionamento das estruturas das instituições e seus componentes, evidenciando como podem ser utilizadas para explicar o comportamento humano. Nesse sentido, a autora argumenta que para compreender as instituições é preciso saber quem são, como e por que estão tecidas e sustentadas, e quais consequências provocam nos diversos cenários. Dessa forma, a estudiosa, define como sendo instituições as prescrições que os seres humanos usam para organizar todas as formas de interação, repetidas e estruturadas, incluindo o que acontece nas famílias, empresas, clubes, igrejas. Para Ostrom (2013), todas as oportunidades e as restrições que enfrentam os indivíduos em qualquer situação particular, as informações que obtêm, os benefícios que conseguem ou aqueles dos quais são excluídos, são influenciados pelas regras ou por ausência delas. Deste modo, para a autora o conceito de regras é central na análise das instituições.

Para a autora, a diversidade do comportamento social (regularizado) que observamos, se constrói a partir de componentes universais e organizados em muitas “camadas”. Ou seja, sempre que pensamos em indivíduos interdependentes e organizados, existem diversas “camadas” de comportamentos universais que criam a estrutura e que influenciam seu comportamento e os resultados que alcançam. Igualmente, as regras, o mundo biofísico e material e a natureza das comunidades influenciam, conjuntamente, o tipo de ações que os indivíduos podem efetuar, os benefícios e os custos destas ações e dos resultados que alcançam. A estudiosa ressalta que as regras bem compreendidas operam rechaçando algumas ações e aprovando outras. Nesse sentido, é importante reconhecer que as regras não necessitam de procedimentos formais e legais. De tal maneira, as normas modificam os

valores internos que os participantes atribuem a uma ação ou resultados em uma determinada situação. Está claro que as normas podem modificar o comportamento, mas também podem não o fazer. Portanto, para que tenham influência no comportamento dependem da força do contexto em que operam (OSTROM, 2013).

Como argumenta Ostrom (2013), em um mundo sem regras e nem vigilâncias exteriores podem aparecer normas que respaldem a cooperação. Ou seja, um baixo nível de vigilância exterior pode desestimular a formulação de normas sociais, ainda que também faça com que alguns indivíduos considerem atrativo o descumprimento, devido ao escasso risco de ser descoberto. As comunidades que regulam seus recursos exclusivamente com normas podem se ver expostas a mudanças importantes no comportamento habitual quando recebem uma imigração considerável. Ou seja, a autora considera importantes as normas internas estabelecidas pelos grupos. Contudo, estas regras podem sofrer abalos ou não serem suficientes para regular os usos em casos fortes de entrada de novos indivíduos.

Uma importante contribuição de Ostrom (2013) foi o desenvolvimento de um sistema útil para classificar e dar nomes às regras. Deste modo, a autora classificou as regras em sete subtipos, quais sejam, posição, fronteira, decisão, agregação, informação, recompensa e âmbito. A autora esclarece que:

- Regras de posição: criam posições (membros de um parlamento, comissão);
- Regras de fronteiras: influenciam o modo de atribuir ou retirar posições na forma em que a situação se vincula a outra;
- Regras de decisão: influenciam na atribuição de conjuntos específicos de ações nas posições;
- Regras de agregação: influenciam no nível de controle que os participantes exercem sobre o vínculo entre situações;
- Regras de informações: influenciam no nível de informação disponível em uma situação sobre as ações e a relação entre resultados;
- Regras de recompensa: influenciam nos custos e benefícios atribuídos aos resultados, dadas às ações elegidas;
- Regras de âmbito: influenciam quais resultados devem ou não devem ser afetados em um domínio.

Este sistema de regras se configura como uma fermenta no entendimento do comportamento de determinados grupos. Outro ponto interessante proposto por Ostrom (2013) diz respeito à existência de questões que devem ser pensadas, relacionadas com o

número de usuários que compõem determinados grupos e a heterogeneidade dos mesmos. Nesse sentido, o tamanho de um grupo está relacionado negativamente com a resolução de problemas de ação coletiva. Além desse fator, a heterogeneidade implica que cada um pode operar de modo diverso. Assim, se os grupos procedem de acordo com aspectos culturais e compartilham acesso a um recurso comum, essas características podem afetar a probabilidade de soluções auto-organizadas. Deste modo, quando se diferem os interesses dos usuários, alcançar uma solução de autogoverno dos recursos comunais se torna um problema. Em resumo, nem o tamanho e nem a heterogeneidade são variáveis que tem efeito uniforme sobre a possibilidade de organizar e sustentar empreendimentos de autogestão.

Logo, esses argumentos oferecidos por Ostrom (2013) podem auxiliar no entendimento da construção dos laços e nos modos de conformação dos grupos em determinadas comunidades. Nesse sentido, pode ser também utilizado o conceito da “imersão” (*embeddedness*) proposto por Granovetter (2007), cujo argumento baseia-se na proposição de que os comportamentos e as instituições são influenciados pelas relações sociais, e que não se deve interpretá-los como sendo elementos independentes. Granovetter (2007) concentra suas análises nos impactos das mudanças nas relações sociais em que a vida econômica está imersa. Para tanto, empreende uma discussão sobre preferência e racionalidade na qual se destaca o conceito *embeddedness* inicialmente proposto por Polanyi, que é categorizado pelo autor como imersão e que pressupõe que os comportamentos econômicos se encontravam profundamente imersos nas relações sociais em sociedades pré-mercantis, mas se tornaram autônomos com o advento da modernização (WOOLCOCK, 1998; MOYANO ESTRADA, 2001). Conforme contribuem Schneider & Escher (2011), esse conceito diz respeito à formação de significado para as ações dos atores que estão imersos num contexto ou ambiente institucional historicamente determinado, além de expressar “a ideia de que as estruturas sociais, estabelecidas e enraizadas em regras, normas, convenções, hábitos, etc. condicionam o comportamento social dos indivíduos” (SCHNEIDER & ESCHER, 2011, p.186).

Nesse sentido, Granovetter (2007) contribui neste debate ao argumentar que a maioria dos comportamentos está imersa em redes de relações interpessoais que, na sua opinião, evitam os extremos entre sub e supersocializadas da ação humana. Segundo ele, nos contextos subsocializados, a atomização é fruto das relações utilitaristas que buscam os interesses próprios. Já nos contextos supersocializados impera a ideia de que os comportamentos são, principalmente, orientados por normas e valores consensualmente determinados. Assim, as relações sociais, mais do que dispositivas e institucionais ou de moralidade generalizada, são

as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica. Finalmente, nas análises de Granovetter (2007), é importante considerar a primazia do social sobre o econômico. Assim, o evento da modernização não é por si só capaz de romper com essa inter-relação entre social e econômico criando um ser social atomizado. Pelo contrário, o autor traz a necessidade de se fazer uma síntese entre as duas abordagens. É importante ainda considerar que para Granovetter este processo de “*Embeddedness*” se produz de diferentes formas, a saber: laços sociais, práticas culturais, dentre outras manifestações que oportunizam a construção e projetos de desenvolvimento (WOOLCOCK, 1998; MOYANO ESTRADA, 2001).

As análises de Nobeit Elias (1994) sobre os indivíduos e a sociedade, assim como as questões trazidas por Granovetter (2007), fornece também reflexões importantes sobre a conformação dos grupos, à medida que o estudioso defende que para o bem ou para o mal os seres humanos ligam-se uns aos outros em uma pluralidade (sociedade). Essa articulação apresentada pelo autor reflete nas mudanças, na maneira como a sociedade é compreendida e até mesmo na maneira como as pessoas que compõem essa sociedade entendem a si mesmas. Em suma, a autoimagem e a composição social daquilo que se chama de *habitus* do indivíduo. Ou seja, indica que a relação da identidade “eu” (sujeito individual) com a identidade “nós” (grupo) não se estabelece de forma estática, mas está sujeita a transformações específicas.

Elias (1994) apresenta em sua obra exemplos que possibilitam um melhor entendimento sobre a relação entre a parte (sujeito) e o todo (sociedade), em que se pode fazer uma analogia para o entendimento do indivíduo e o grupo ao qual pertence. Para clarear esse conceito Elias (1994) estabelece a analogia com a relação entre as pedras e as casas. Para o estudioso, não se compreende a estrutura da casa inteira pela contemplação isolada de cada uma das pedras que a compõem, e, sobretudo, não se compreende essa relação pensando na casa como uma unidade somatória, uma acumulação de pedras, ou seja, o todo é diferente da soma das partes. Nesta concepção, as pedras talhadas e encaixadas para compor a casa não passam de um meio, a casa é o fim. Assim, buscando transpor esse exemplo apresentado pelo estudioso para as configurações que compõem os grupos, deve-se considerar que a relação entre a parte e o todo é uma forma de relacionamento, ligada por diferentes laços invisíveis, os quais só podem ser entendidos considerando o contexto local e sua estrutura.

Do mesmo modo, outra contribuição trazida por Elias & Scotson (2000) é o entendimento das configurações de poder que se conformam no contato entre diferentes grupos, em que o mesmo apresenta as categorias “Estabelecidos e *Outsiders*”. Nesse sentido, um importante estudo sobre essas questões foi desenvolvido por eles tendo como base uma

pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. No plano local, esse bairro específico era tido como uma zona de delinquência, embora não possuísse diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, dentre outros fatores. O que basicamente diferenciava os dois grupos era o tempo de residência no local. O quadro apresentado por essa comunidade acaba por fortalecer as relações de poder, *status* e as tensões que lhes estão associadas, fixando, como consequência, os rótulos de inferioridade a um dos grupos. Segundo os autores, a concepção de “*estabelecidos*” refere-se a um grupo de indivíduos que se autopercebe e é reconhecido como a “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. Já os “*outsiders*”, por sua vez, são considerados os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Refere-se a um conjunto heterogêneo e difuso de indivíduos unidos por laços sociais menos intensos (MOURA, 2010). A principal diferença entre os dois grupos era que em um deles estavam os antigos residentes, estabelecidos naquela área há mais de três gerações e o outro grupo composto pelos “recém-chegados”. Assim, o fluxo dos “recém-chegados” era sentido como uma ameaça ao estilo de vida já estabelecido. Como defendem Elias & Scotson (2000), os indivíduos que fazem parte de ambas categorias (Estabelecidos ou *Outsiders*) são ao mesmo tempo separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência.

De forma complementar a estas classificações, as categorias de Laços Fracos e Laços Fortes na perspectiva de Granovetter (1973, 1983 e 2007) são conceitos também passíveis de serem apropriados para o entendimento da conformação e relações estabelecidas nos grupos. Para o estudioso existem algumas variáveis que possibilitam entender de forma mais concreta as relações que se estabelecem nos grupos, quais sejam, a força dos vínculos, o tempo em que se constituem, bem como, a intensidade emocional, confiança mútua, a reciprocidade que os caracterizam. Deste modo, esses aspectos são independentes, ainda que o conjunto esteja inter-relacionado. O autor questiona o porquê de algumas comunidades se organizarem em busca de objetivos comuns, enquanto outras parecem incapazes de se mobilizar. Em sua opinião para se entender essas questões é necessário analisar os vínculos existentes nas redes que envolvem tais comunidades. Neste caso, se cada pessoa está unida a todos os outros membros da comunidade a que pertence, mas não mantém relação com os de “fora”, a organização da comunidade estaria restringida, e com Laços Fortes estabelecidos.

Segundo o autor, os Laços Fortes são aplicados a grupos pequenos e bem definidos, sendo que quanto mais forte é o vínculo que conecta os indivíduos, mais similaridades estes terão. Já os “Laços Fracos” possuem uma importância para a dispersão da inovação,

justamente, pela composição do grupo com pessoas que possuem experiências e formações diversificadas. Nas redes de “Laços Fortes” configura-se uma identidade comum, conformada por relações com alto nível de confiabilidade e influência. Quer dizer, aqueles indivíduos que compartilham “Laços Fortes” habitualmente participam de um mesmo círculo social. Já os com relações de “Laços Fracos” se unem em grupos diversificados, rompendo com o desenho de grupo “fechado” e adotando a configuração de rede social. Os vínculos Fracos são vistos nesta concepção como indispensáveis para as oportunidades individuais e para integração nas comunidades; os Vínculos Fortes que reproduzem a união local, levam a uma fragmentação total. Assim, é necessário considerar a demografia, a estrutura da união e mobilidade como variáveis para se analisar o sistema.

Como se pode ver são muitos os estudos que se debruçam sobre o entendimento das relações estabelecidas entre os grupos, que como apresentado, estão imersas nas relações de poder, e, portanto, não se dão de forma homogênea. Deste modo, os conceitos abordados corroboram para o entendimento das relações sociais e os conflitos que emergem entre os grupos de usuários de áreas de uso coletivo que devem ser apreendidos quando se pretende analisar as perspectivas de desenvolvimento rural.

Por conseguinte, os conceitos apresentados neste primeiro capítulo serão utilizados como categorias analíticas na análise das realidades empíricas dos MVMC e da Resex. O esquema a seguir apresenta as simetrias conceituais e empíricas que serão utilizadas na análise dos dados.

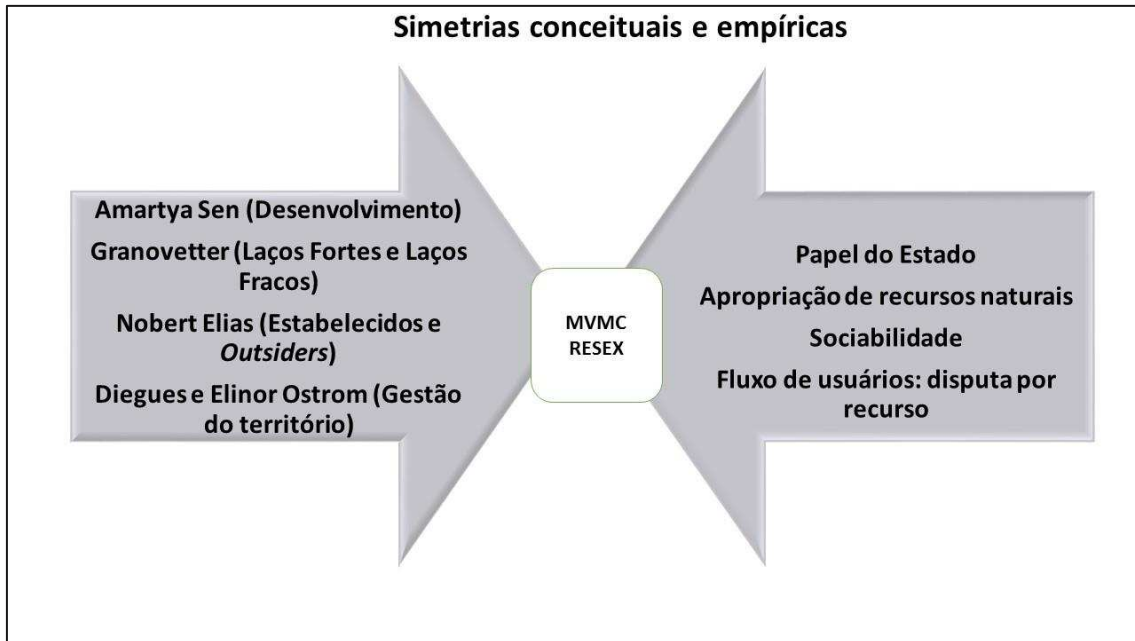


Figura 01. Base conceitual para análise das realidades empíricas dos MVMC (galegos) e a Resex (brasileira)

Fonte: Elaborada pela autora, 2016

O esquema apresentado evidencia que a concepção de desenvolvimento que norteará as análises é a empregada por Amartya Sen (2000), uma vez que este autor entende que as pessoas são o centro do processo de desenvolvimento, tendo ainda o enfoque da sustentabilidade. Já para debater as relações construídas entre os grupos de usuários dos espaços coletivos, seja na apropriação dos recursos naturais e no entendimento do acesso aos recursos, são utilizadas as concepções de Granovetter e Nobert Elias. E por fim, para entender aspectos da gestão do território utilizam-se os argumentos de Diegues e Ostrom. Assim, por se tratar de realidades em contextos distintos, optou-se, para que haja um maior entendimento, apresentar no capítulo dois os MVMC e no capítulo três a realidade das Reservas extrativistas. E, somente no capítulo quatro, apresentar aspectos de convergência e divergência considerando os dois casos.

CAPÍTULO 2. “O MONTE NÃO NOS PERTENCE, NÓS PERTENCEMOS AO MONTE”: AS DIFERENTES RELAÇÕES CONSTRUÍDAS EM TORNO DO USO DAS ÁREAS COMUNAIS NA GALÍCIA.

Este capítulo trata especificamente da realidade galega e será apresentado da seguinte forma: na primeira parte é descrita a metodologia utilizada no levantamento dos dados da pesquisa. Na segunda parte, busca-se demonstrar características da Galícia, sobretudo, o rural galego e de forma específica, a realidade dos Montes Vecinais em Man Comum (MVMC) ficando para terceiro tópico, a decodificação dos resultados da pesquisa, propriamente ditos, que teve como intuito construir uma visão global das formas de acesso e uso dos recursos comunais, bem como as formas de gestão e dos conflitos daí derivados.

2. 1. Metodologia

Como fonte de informação para a construção desta parte do trabalho em relação à realidade galega, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, coleta de dados secundários em sites oficiais, participação em palestras e eventos relacionados aos MVMC, entrevistas semiestruturadas com usuários de 07 Comunidades de Montes Vecinais em Man Comum (MVMC), nos Concellos¹ de Folgoso do Courel, A Pastoriza e Viveiro, situados na província de Lugo - Galícia, totalizando 55 entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2014. As informações sobre os entrevistados podem ser consultadas nos apêndices deste trabalho.

Como preparação para a realização da pesquisa de campo e no intuito de ampliar os horizontes sobre o objeto de estudo em questão, foram cursadas como ouvinte as seguintes disciplinas do Programa Máster Universitario en Gestión Sostenible de la Tierra y del Territorio en la Universidad del Santiago de Compostela (USC): Políticas de Desarrollo Rural; Negociación y Resolución de los Conflictos; Economía Ambiental e Instrumentos de Gestión de la Tierras. Além disso, houve participação em eventos relacionados aos MVMC, a exemplo, o *V Congreso de Comunidades de Montes*, realizado pela Organización Galega de Comunidades de Montes Vecinais em Man Comum – O MVMC; e a *“Xornada Técnica Informativa: Os Nossos Montes Comunais”*.

Para a seleção dos MVMC trabalhados utilizou-se a caracterização estabelecida pelo *Grupo de Estudos dos Montes Vecinais em Man Comum* (2006), já que este grupo realizou

¹ A palavra será sempre utilizada no Espanhol. Assemelha-se a definição de município caso brasileiro.

mapeamento amplo sobre estas áreas. No intuito de abarcar diferentes contextos econômicos e demográficos em que estão presentes os MVMC foram delimitadas as seguintes tipologias territoriais:

1-Tipologia 1: Dinâmicas demográficas regressivas e baixas densidades demográficas unidas a elevados níveis de envelhecimento.

2-Tipologia 2: Dinâmica de modernização produtiva vinculada à especialização pecuária unida a desafios demográficos similares aos do grupo anterior, mas com uma menor intensidade.

3-Tipologia 3: Dinâmica demográfica expansiva, densidades elevadas e índices de envelhecimento próximo à média galega.

A aplicação destes critérios à província de Lugo resultou na eleição dos Concellos² de Folgoso de Courel para a Tipologia 1, A Pastoriza para a Tipologia 2 e Viveiro para a Tipologia 3.

O mencionado grupo de estudo estabelece também a existência de grande heterogeneidade de situações entre as distintas Comunidades de Montes no que tange aos níveis de usos, vinculados, principalmente, ao formato de gestão. Assim, foram delimitadas 3 categorias de MVMC a serem pesquisadas.

- Montes tipo 1: gestão majoritariamente indireta
- Montes tipo 2: gestão majoritariamente direta
- Montes tipo 3: ausência de gestão; abandono

Para escolher quais os MVMC possuíam essas características, nos Concellos onde se realizou a pesquisa, foram realizadas entrevistas com técnicos da Administração Agrária, responsáveis pela gestão florestal e agrária nesta região.

Deste modo, procurando apreender de forma mais completa as características de cada uma destas categorias, foram selecionados para a realização da pesquisa os seguintes MVMC:

-Tipologia territorial 1: Concello de Folgoso do Courel:

- Gestão Indireta: MVMC Froxán
- Gestão Direta: MVMC Seceda
- Abandono: MVMC Sobredo

--Tipologia territorial 2: Concello de A Pastoriza:

- Gestão Indireta: MVMC Saldanxe
- Gestão Direta: MVMC Corvelle

-Tipologia territorial 3: Concello de Viveiro:

- Gestão Indireta: MVMC San Roque
- Gestão Direta: MVMC Buió

Observa-se que no caso das Tipologias 2 e 3 não existem montes que respondam à categoria Abandono.

2.2. Galícia

Galícia é uma das 17 Comunidades Autônomas que integram o Estado Espanhol, está situada no noroeste da Península Ibérica, sendo formada pelas províncias de A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. Galícia conta com uma extensão territorial de 29.574 km² o que representa 5,8% da superfície total do território espanhol. A Figura 02 apresenta a localização da Galícia, tendo como referência o território Espanhol.

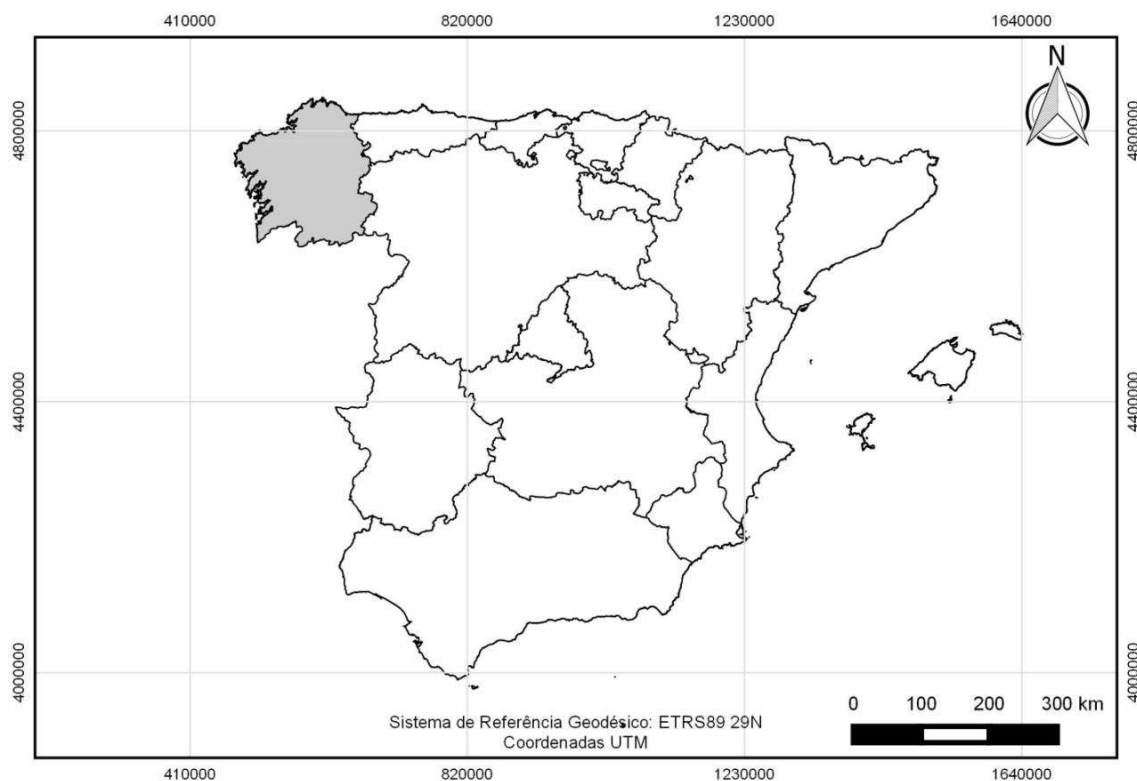


Figura 02. Localização geográfica da Galícia tendo como referência o território Espanhol.
Fonte. Elaboração própria, 2016

De acordo com o INE – Instituto Nacional de Estatística (2016), em 2013, a população residente nesta Comunidade Autônoma era de 2.761.970 habitantes, o que representava 5,9% do total da população Espanhola³. A Galícia foi historicamente um território densamente povoado em que a atividade agrária era a principal fonte de emprego e renda. Ainda na década dos 50 do século XX a sociedade galega era, majoritariamente, rural e agrária; ou seja, 80% da população morava no meio rural e destas 90% trabalhava na agricultura (FERNÁNDEZ *et al.* 2013).

³ A população espanhola era de 46.727.890 habitantes em 2014.

A partir dos anos 60 esta situação começa a mudar radicalmente; dá-se início ao esfacelamento da economia camponesa, cujas expressões mais evidentes foram os fortes processos migratórios (TORRES et al, 1995). Desde então estas áreas rurais sofrem uma intensa perda de população em favor das grandes cidades europeias e espanholas. Perda esta que afeta os extratos da população mais jovem, influenciando, sobremaneira, na capacidade reprodutiva geracional (TORRES, *et al.*, 1995).

É também neste período que começa o processo de urbanização e diversificação econômica, caracterizado na Galícia, por vir acompanhado de um forte desequilíbrio territorial. O crescimento urbano deu-se de um jeito polarizado, o que provocou disparidades inter-territoriais. Atualmente, o espaço urbano galego está conformado por sete grandes cidades, sendo que cinco delas estão situadas entre as duas maiores cidades galegas: A Coruña e Vigo. Este espaço, denominado Eixo Atlântico, concentra hoje o dinamismo econômico e demográfico desta Comunidade Autônoma, sendo uma área com forte investimento público. (ALONSO, *et al.*, 1997).

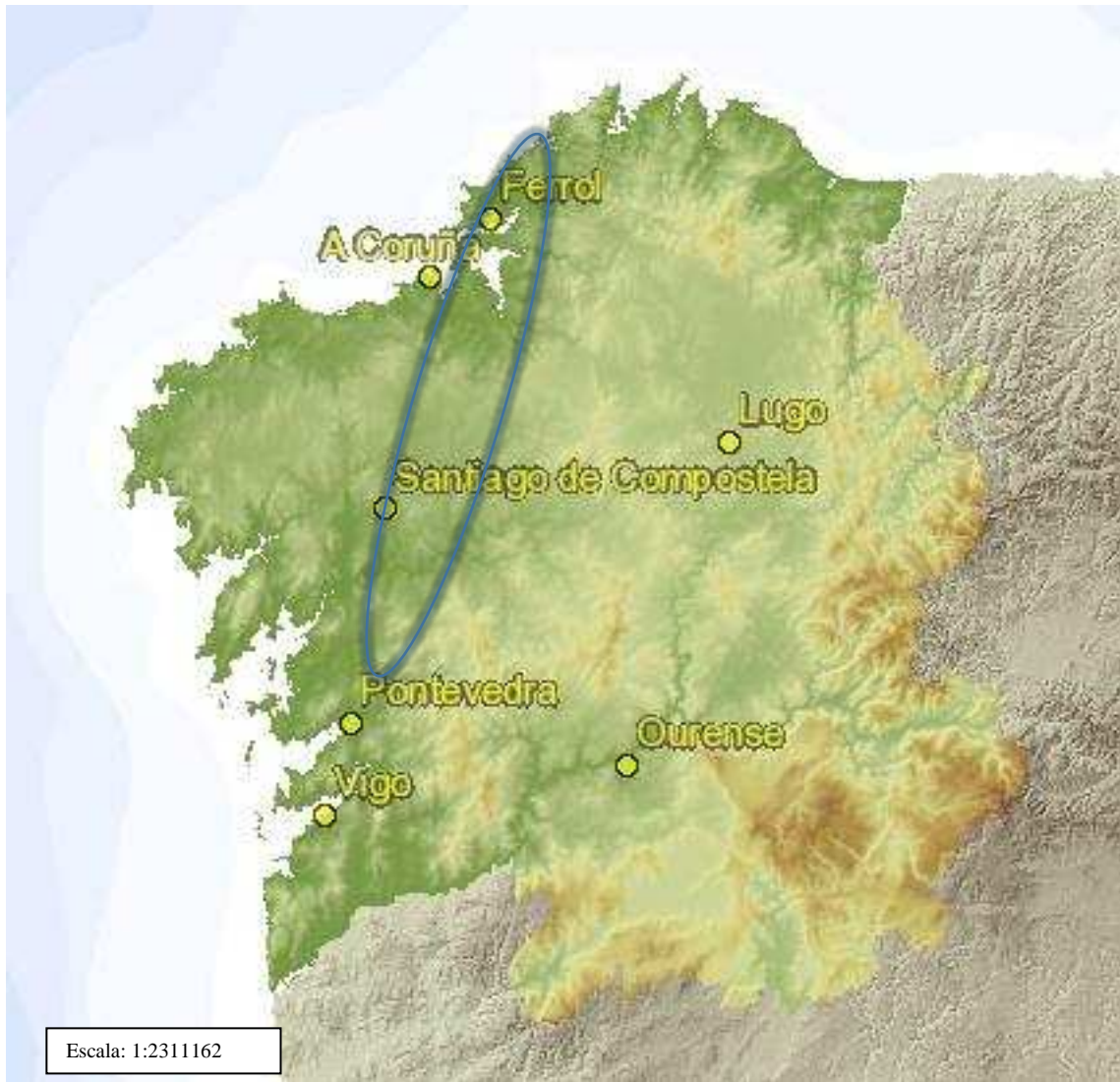


Figura 03.Localização das 07 principais cidades galegas e do Eixo Atlântico.
 Fonte. SITGA, 2016

O Quadro 01 faz referência a outro elemento que caracteriza a Galícia, qual seja, o alto o grau de envelhecimento. Como argumenta Borge (1996), trata-se de uma região que pertence ao grupo de populações que completou a transição demográfica, sendo uma das regiões com menor vitalidade demográfica da Espanha. Como demonstra os dados apresentado no Quadro 01, o percentual a faixa etária daqueles indivíduos que possuem mais de 64 anos ultrapassa a marca de 23% do total. Além disso, a idade média da população residente na Galícia é superior que 45 anos.

Quadro 01. Percentagem da população de acordo com a faixa etária e idade média, Espanha e Galícia, 2013.

	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	Mais de 64 anos	Idade média
Espanha	15,2	67,1	17,7	41,8
Galícia	11,9	64	23,1	45,6

Fonte: INE, 2016

Além disso, trata-se de um território com uma economia sustentada pelo setor de serviços. O Quadro 02 apresenta os números referentes à população ocupada por atividade, no mesmo podemos observar que a população ocupada com atividades do setor primário representa apenas 6% do total, enquanto as relacionadas a serviços representam 70,8% do emprego.

Quadro 02. População ocupada por atividade no território galego, 2015

Agricultura e pesca	Indústria	Construção	Serviços
6,3%	15,7%	7,2%	70,8%

Fonte: IGE-INE (2016)

Ao expor esta breve aproximação com a realidade galega, passa-se a apresentar alguns dados que permitirão ao leitor conhecer o aproveitamento produtivo do solo de uso agrário e florestal, questões estas, relacionadas com a temática abordada neste trabalho. De acordo com o Quadro 03, percebe-se que o uso florestal é predominante, ocupando 1.763.153 ha do total de terras. Significa dizer, que aproximadamente 60% do território galego é destinado ao uso florestal, ainda que uma parte significativa do mesmo, 20,5% esteja ocupado por mata. Esta situação, qual seja, o uso predominante do território para floresta plantada, relaciona-se, como se explicará ao longo do presente trabalho, com as políticas do Estado no processo de modernização do campo, em que era priorizada a produção florestal.

As áreas destinadas ao aproveitamento com pastagens aparecem em segundo lugar, abarcando uma área de 485.744 ha, o que representa aproximadamente 16,4% do total, fato que está em consonância com a marcada orientação pecuária do setor agrário galego, especialmente para a criação bovina de leite e corte. Pode-se observar também uma parte significativa dos hectares destinados ao cultivo de herbáceos, que tem como objetivo fornecer alimentação animal.

Quadro 03. Aproveitamentos das terras na Galícia, 2011

Aproveitamento (Ha)	Galícia	%
Cultivos herbáceos	356.706	12,0
Cultivos lenhosos	60.572	2,04
Outras terras de cultivo	30.183	1,02
1. Total superfície cultivada	388.303	13,1
Pastagens	303.452	10,2
Pastagens e Pastagens arbustivas	182.293	6,16
2. Pastagens e pastagens arbustivas	485.744	16,4
Caducifólias	335.612	11,34
Eucalipto	372.222	12,58
Pinheiro	447.514	15,12
Mato arborizado	184.485	6,23
Mato	423.320	14,31
3. Superfície florestal	1.763.153	59,6
4. Outras superfícies	320.640	10,8
Superfície total (3 + 4 + 5 + 6)	2.957.841	100

Fonte: IGE, 2014.

Após a exposição destes dados que mapeiam algumas questões importantes sobre a Galícia, o próximo tópico se dedica a apresentar as transformações no meio rural galego que, como mencionado, muito se relaciona com o processo de modernização da agricultura.

2.2.1 O rural galego e as consequências do processo de modernização

No tópico anterior foi assinalado que em 1950, 80% da população galega morava no meio rural e 90% trabalhava na agricultura. Tratava-se de uma agricultura camponesa que tinha como objetivo fundamental a manutenção da unidade familiar. Como argumenta Bouhier (2001), pautava-se em um sistema agrário com foco no policultivo, na pecuária e no aproveitamento das terras. Era uma agricultura que não dependia de recursos externos à própria unidade produtiva, baseada num aproveitamento máximo dos recursos naturais disponíveis. Com estas características o elevado grau de parcelamento era um requisito indispensável para a prática de um sistema de policultivo, sustentado nas rotações de cultura. Por último, outros elementos caracterizadores deste modelo produtivo era o uso intensivo da mão de obra familiar e o predomínio dos mercados locais.

A década de 60 marca o início das transformações no rural galego, em que esta agricultura orgânica de policultivo organizada em um sistema de pequenas parcelas e com emprego de mão de obra familiar se modifica para um setor agrário com uma marcada especialização pecuária, subordinado ao mercado e demandante de grandes quantidades de

capital e elevado consumo de inputs de origem industrial (GONZÁLEZ, 1996). Ou seja, passa-se de uma economia voltada para o autoconsumo, para uma economia mercantilizada.

Um dos indicadores que nos permitem observar a intensidade das transformações ocorridas são os números de estabelecimentos rurais produtivos. O Censo Agrário de 1962 demonstrava a existência, na Galícia, de 433.716 estabelecimentos. Por outro lado, em 2009 as informações do Censo Agrário disponibilizado apontaram que só ficaram ativos 80.337. Significa dizer que, entre 1962 e 2009, deixaram de existir 81,4% das unidades produtivas agropecuárias galegas, o que impactou profundamente o emprego no meio rural, que se reduziu em 93% no mesmo período.

É importante salientar que este fenômeno não é exclusivo da Galícia, e sim, de toda a Europa, sendo parte de um processo bem conhecido, ou seja, consequência inevitável do processo de desenvolvimento econômico: a *desagrarização* (PEREZ-FRA, 2014). Mas o que é característico deste território é o fato de ter experimentado este processo de forma abrupta e tardia, ao ter se concentrado em apenas sessenta anos, aquelas transformações que nos países mais desenvolvidos da Europa se deram gradualmente durante 150 anos (FERNANDEZ, 2013). De fato, como se pode observar na figura a seguir, boa parte deste ajuste agrário realizou-se a partir dos anos 80.

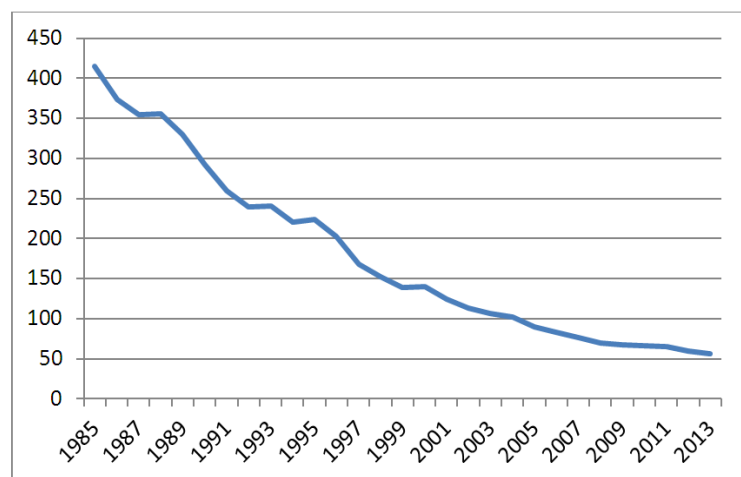


Figura 04. Evolução da população ocupada com agricultura no período de 1985 a 2013
Fonte: PEREZ-FRA, 2016

Os números apresentados até o momento demonstraram a existência de um intenso processo de mudanças que afetou as estruturas produtivas na Galícia. Esta abrupta mudança no modelo de produção agrário tradicional teve como consequência uma profunda transformação das áreas rurais, que se concretiza nos três aspetos que seguem:

- 1- **Regressão demográfica e deterioração econômica.** Lopez Iglesias (2012) aponta como primeira mudança, a deterioração econômica e demográfica das áreas rurais, que

resultou em uma crescente concentração da população nas zonas urbanas. Como consequência, na atualidade, a Galícia não é mais uma sociedade rural, embora o meio rural ocupe a maior parte do seu território. E efetivamente, se atentarmos à classificação do grau de urbanização⁴ feita pelo Instituto Galego de Estatística (IGE, 2014) podemos afirmar que, de acordo com os números oficiais da população, as áreas rurais⁵ galegas representam 71% do território, mas este é um espaço no qual reside apenas 18% da população. O estudo da evolução do emprego agrário e da população mostra a existência de uma correlação entre a intensidade do ajuste agrário e o declínio populacional. Dito de outra forma, a regressão demográfica está claramente ligada à dinâmica do emprego: o ajuste agrário acelerado não tem sido compensado pela geração de novos postos de trabalho, em quantidade suficiente, em outras atividades (LÓPEZ & PÉREZ-FRA, 2004). Este fato provocou o fechamento das unidades agrárias e a consequente saída de efetivos demográficos do território (PÉREZ-FRA, 2016). As áreas rurais galegas deixaram de ser atraentes para a população, estando imersas desde os anos 60 em um continuado processo de perda de população e de envelhecimento apontado no quadro a seguir.

Quadro 04. Idade média da população galega tendo como referência a classificação por sub grau de urbanização, 2014.

Grau de Urbanização	Idade média (anos)
ZDP	44,6
ZPP alta	44,1
ZPP intermedia	47,6
ZPP baixa	52,6

Fonte: IGE, 2014.

2- O setor agrário não é mais a principal fonte de emprego mesmo nas áreas rurais.

Na Figura 05, pode-se comprovar que o setor primário representa nestas áreas somente 12,7% do total de emprego. Assim, apesar do baixo empenho na geração de empregos em outros setores, motivada pela extrema debilidade que apresentam os setores secundário e terciário, as áreas rurais galegas são na atualidade espaços econômicos terceirizados.

4 Classificação feita a partir de um standard da Eurostat: The new degree of urbanization. (http://ec.europa.eu/eurostat/miscellaneous/index.cfm?TargetURL=DSP_DEGURBA)

5 O IGE estabelece a seguinte tipologia: Zonas Densamente Povoada (ZDP): Densidade demográfica superior a 500 hab./Km² e uma população total de 50.000 habitantes. Zonas Intermediárias (ZIP): densidade demográfica superior a 100 hab./ Km² e, ou população total superior a 50.000 habitantes. Zonas Pouco Povoada (ZPP): São os grupos de Áreas Locais (AL) que não pertencem a zonas Densamente Povoadas ou a Zonas Intermediárias. Dentro destas ainda se situam três níveis: ZPP de densidade alta, média e baixa. Para este trabalho considerou-se como espaço rural as áreas definidas como ZPP de baixa densidade.

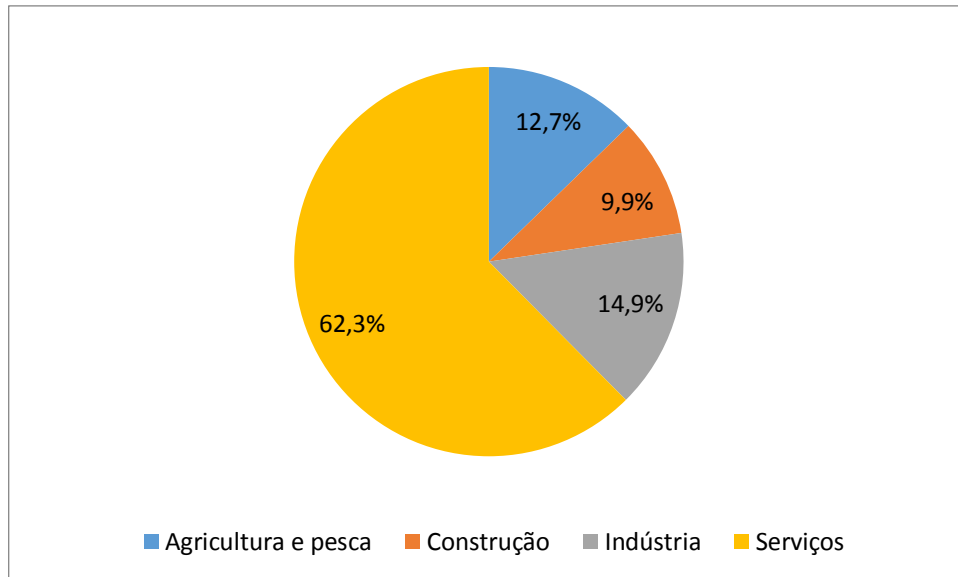


Figura 05. Percentagem de afiliações à Seguridade Social por setores econômicos nas áreas rurais (ZPP), 2014
Fonte: IGE, 2016

3- **A deterioração das áreas rurais galegas tem componentes demográficos, econômicos e sociais.** É abundante a literatura⁶ que descreve o processo de desarticulação social vivido nestes espaços ao longo do século XX. Este processo afetou, especialmente, as formas de organização social vinculadas com a gestão das áreas comunais. Nesse sentido, dois elementos podem explicar esta desarticulação social: o primeiro deles é a intensidade e rapidez da mudança do sistema agrário, que impactou as formas de organização vinculadas ao sistema produtivo tradicional sem que novas formas pudessem substituí-las. Já o segundo, refere-se ao marco político em que se deu o processo transformação agrária. Na Espanha houve uma ditadura que durou de 1939 a 1975, que para além de eliminar os processos de organização social surgidos no primeiro terço do século, dificultou a aparição de outros novos (FERNANDEZ, 1992).

2.3. A PAC como ferramenta básica de política pública para as áreas rurais.

A Espanha integrou-se⁷ à União Europeia no ano 1986. É certo que as políticas públicas, especialmente a política agrária e a de desenvolvimento rural tiveram, e ainda tem, uma grande influência na evolução experimentada pelas áreas rurais galegas, e, por isso merecem atenção neste trabalho.

⁶ Ver, entre outros, os trabalhos de Balboa (1992), Fernandez (1993), Cabana (2013) ou García (2013)

⁷ No ano 1985 assinou-se o Tratado de Adesão e a integração efetiva na Comunidade Económica Europeia ocorreu de fato em janeiro 1986.

A Política Agrícola Comum⁸ (PAC) inicia-se em 1962 e continua até o momento como a política pública mais importante praticada pela União Europeia em termos de financiamentos⁹. Como bem salienta Mielitz Neto *et al* (2010), seu intuito principal, enquanto política, foi de buscar a autossuficiência alimentar no período do pós-guerra, para não vir a sofrer novamente a vulnerabilidade vivida anteriormente, pelo fato de que boa parte do abastecimento alimentar vinha dos EUA e o conflito armado dificultava o transporte naval. Desde essas datas, o contexto econômico internacional tem mudado muito, e também o número de países participantes na UE, que cresce desde os seis fundadores iniciais até os 28 de hoje, havendo ainda novos pretendentes a ingressar na Comunidade (MIELITZ NETO *et al*, 2010).

O autor ressalta ainda que, quando da constituição da PAC, os objetivos estabelecidos, por ordem de prioridade foram: incrementar a produtividade agrícola através do progresso técnico e de melhor utilização dos recursos produtivos; assegurar um modo de vida adequado e equitativo aos agricultores, principalmente garantindo-lhes um nível de renda mais elevado; garantir a estabilidade dos mercados e a segurança no abastecimento; e assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Além destes objetivos, Mielitz Neto *et al* (2010) apresenta os princípios fundadores da PAC, quais sejam:

- A União Europeia deveria se constituir em um mercado único, o que implica, portanto em: livre circulação de mercadorias, preços únicos, instrumentos de política comuns a todos os seus membros;
- Critério da preferência comunitária, os Estados membros sempre deverão dar preferência comercial e vantagens aos demais Estados membros em relação a terceiros países;
- Em função da solidariedade financeira, todos os Estados são responsáveis pelo elo de financiamento da PAC através do orçamento comunitário.

Para o que interessa neste trabalho, podemos dividir esta política em duas etapas. A primeira é a que se conhece como PAC clássica, que teve vigor desde o ano 1962 até meados dos anos 80. Trata-se de uma política setorial, que teve como objetivo fundamental a modernização do setor agrário. É importante lembrar que as áreas rurais galegas não se

⁸ Desde a reforma da Agenda 2000 a PAC está integrada por dois pilares diferenciados: Primeiro pilar que se refere a política de preços e mercados e ajudas diretas à produção agrária, financiada através do FEAGA. Já o segundo pilar diz respeito à política de desenvolvimento rural, financiada através do FEADER.

⁹ No período de 2014-2020 a política agrária e de desenvolvimento rural absorvem 41% dos orçamentos totais da EU.

beneficiaram do estímulo modernizador que foi esta política, dado que durante este período a Espanha não era membro da UE.

A partir de meados dos 80 a PAC sofre grandes mudanças que a aproxima da configuração atual. A necessidade de reduzir o gasto agrário unida à consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento rural integrado faz com que as políticas tradicionais de corte setorial sejam substituídas por outras formas de intervenção no espaço rural (ARNALTE *et al.*, 2002). Assim, progressivamente, foi-se assistindo à consolidação das políticas de estruturas agrárias iniciadas no ano 1978 e a uma progressiva regionalização da política sócio estrutural agrária¹⁰ (PÉREZ-FRA, 2010).

Um passo decisivo nestas mudanças foi a *Agenda 2000*¹¹, documento que define as bases nas quais se assenta a PAC na atualidade. A multifuncionalidade é um elemento central deste novo enfoque; o campo europeu não é visto tão somente pela perspectiva agrária, mas também por outras funções que pode desempenhar na sociedade, como atividades turísticas e preservação dos recursos naturais ou culturais. Tal fator é inclusive considerado como uma externalidade positiva oferecida pela manutenção das atividades agrárias, e por isso, remuneradas via subvenção. Este novo arranjo do meio rural se enquadra na perspectiva de desenvolvimento rural definida por van der Ploeg *et al.* (2000) conforme já mencionado.

Assim, o desenvolvimento rural passa a ser pensado como um processo integrado, em que o mundo rural deixa de ser concebido como um resíduo resultante dos processos de urbanização e/ou uma consequência da organização social e espacial da produção agrária. Com esta nova perspectiva, o desenvolvimento rural passa a ser entendido como o reforço das condições favoráveis com que contam estas zonas, permitindo a permanência e reprodução em nível local das populações rurais, a melhoria das suas condições de vida e a sua recomposição social (ARNALTE, 1998).

Apesar desta nova estrutura em que se supõe um avanço, há que se destacar que o segundo pilar, qual seja, o referente às estratégias de desenvolvimento rural, continua ocupando um lugar secundário em termos de investimentos financeiros, fato que permite fortes críticas a respeito de uma desproporção entre os investimentos no primeiro eixo em detrimento ao segundo eixo (SUMPSI, 2006; ARNALTE *et al.*, 2002; PEREZ FRA, 2010). Para reforçar esta afirmação basta ressaltar que no Marco Financeiro Plurianual para o

¹⁰ Inicialmente a PAC foi unicamente uma política que buscava o autobastecimento alimentar, através de da proteção de mercados frente aos produtos externos e uma política que mantinha os preços internos elevados, de tal maneira que estimulava-se a produção. A partir de meados dos anos 70 além das políticas de preços surge também subsídios aos agricultores para modernização o que se configurou na Política de Estruturas Agrárias.

¹¹ COM [97] 2000

período 2014-2020 determinou que os fundos destinados ao desenvolvimento rural são de 26,6% do total de fundos destinados a PAC.

Ainda assim, os fundos procedentes do segundo pilar da PAC, qual seja, o relacionado ao eixo de desenvolvimento rural, são na atualidade a principal fonte de financiamento das políticas públicas que tem como objetivo o desenvolvimento das áreas rurais na Galícia. É certo que se trata de uma política ampla, e, portanto, com objetivos e beneficiários diversos (LÓPEZ IGLESIAS, *et al*, 2008), sendo os investimentos nos MVMC um deles. De fato, uma parte significativa dos usos para pecuária e, sobretudo, os florestais, nestas áreas, são financiados por políticas da PAC.

2.4. Propriedades de uso comum na Galícia

Os direitos de propriedade sobre as terras assumem muitas formas, sendo a propriedade privada particular somente uma delas. Nesse sentido, na Galícia regem dois tipos históricos de origem de propriedade: Germânica e Romana¹². As comunidades germânicas historicamente caracterizavam-se por serem nômades, sendo que as propriedades da terra pertenciam a todo o Clã. Seus membros poderiam usufruir algumas áreas, de maneira que para atender determinadas necessidades coletivas, os bosques, pastos eram explorados de forma comunitária. Em relação às atividades econômicas, destacava-se a agricultura (trigo, cevada, centeio e legumes). Já as comunidades Romanas baseavam-se em uma organização social desigual, através de diferentes classes. Estas conformações deram origem a dois tipos diferentes de propriedade privada:

1. Os montes¹³ privados particulares

- **Montes de particulares:** é o tipo de propriedade que pertence a pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao direito privado.

2. Os montes de uso coletivo: Montes Vicinais em Mão Común e os Montes de Varas. São as duas tipologias de monte coletivo existentes na Galícia.

- **Os Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC):** Este tipo de propriedade é muito importante no contexto galego já que representa 23% da superfície total desta comunidade autônoma. Estes montes estão definidos na *Ley 7/2012* como:

¹² Conceitos definidos a partir de notas de aulas.

¹³ O Conceito de monte designa uma área produtiva.

Son montes vecinales en man común y se regirán por su legislación específica, los que, con independencia de su origen, de sus posibilidades productivas, de su aprovechamiento actual y de su vocación agraria, pertenezcan a agrupaciones vecinales en su calidad de grupos sociales y no como entidades administrativas y vengan aprovechándose consuetudinariamente en régimen de comunidad sin asignación de cuotas por los miembros de aquellas en su condición de vecinos con casa abierta y con humo. (LEY 7/2012)

Os MVMC são como, resalta Bruña (2014), uma figura jurídica de origem germânica, sendo a sua titularidade e aproveitamento ligado a um grupo de moradores residentes em sua proximidade. Ou seja, este tipo de propriedade caracteriza-se por sua propriedade atribuída a uma associação de usuários. Assim, quando um indivíduo se instala numa Aldeia ou Parroquia¹⁴ que possua um monte com características deste regime, passa a ter os mesmos direitos dos antigos moradores. Deste modo, não existe qualquer relação entre a propriedade da terra cultivada e a titularidade do monte, como também não existe diferenciação entre os direitos dos usuários, à medida que não tem divisão por cotas de participação, sendo o direito de todos indiferenciado e compete a todos a gestão e aproveitamento da área.

- **Montes de varas ou de voces, também denominados abertais:** Trata-se de uma propriedade ligada à posse de uma cota por parte dos usuários. São montes que se caracterizam por serem abertos e indivisíveis, e nem todos os vizinhos da comunidade têm direito de uso. Estes montes eram anexos a determinadas casas, não sendo necessário residir no local de sua incidência para usufruir dos seus recursos. Na verdade, cada casa representava uma cota, não sendo necessariamente iguais às demais, sendo que o direito de cada coparticipante não derivava da condição de vizinhança, e sim, de uma determinada linhagem familiar. Vale ressaltar que comparativamente a outros tipos de montes estes eram minoritários. (GOMÉZ, 1995; CABADO, 2012). No caso destes montes a legislação permite que, caso todos os proprietários estejam de acordo, a divisão e individualização deste tipo de propriedade podendo assim ser convertido em uma área privada. Este processo de privatização, fez com que os montes abertais tenham atualmente incidência apenas na zona oriental da provincia de Lugo (Fonsagrada, Cervantes, Navia, etc.)

¹⁴ O termo será utilizado em Espanhol e designa a uma comunidade territorial

Uma vez apresentada a tipologia de propriedades existentes na Galícia, vamos centrar-nos em descrever o marco regulatório e a evolução sofrida por estas áreas de MVMC.

2.4.1. Marco Regulatório dos MVMC

A primeira lei que reconhece a existência deste tipo de propriedade é a *Ley 52/1968*, ainda que este reconhecimento tenha sido feito com importantes restrições¹⁵. Na atualidade, os MVMC estão regulamentados pela *Ley 13/1989* de 10 de outubro e pelo seu Regulamento de execução (Decreto 260/1992). Além disso, vale lembrar que determinados aspectos relacionados a sua gestão estão parcialmente regulamentados pela *Ley 7/2012* – Lei de Montes da Galícia.

A condição de usuário destas áreas é definida no artigo 4 do decreto 260/92:

terán a condición de vecinos comunheiros aqueles persoas titulares de unidades economicas que residan habitualmente con casa aberta ou dentro da área xeografica sobre a que se assente o grupo social que tradicionalmente aproveitou o monte, conforme as situacións consuetudinárias existindo entre os seus componentes, ou aquelas outras persoas que acaden a citada condición no sucesivo e que venan exercendo, segundo os usos e costumes da comunidade, alguma atividade relacionada con monte (DECRETO 260/92).

Os MVMC são também bens indivisíveis com propriedade e aproveitamento coletivo e sem que se possa atribuir cota a cada proprietário. Inalienabilidade é outra característica, ou seja, não cabe a cessão de cotas ou de participação de um comunheiro a outro pela razão da inexistência das mesmas. Tampouco cabe transmissibilidade salvo que cumpram os herdeiros os requisitos de titulares das unidades econômicas, com casa aberta e residência habitual. O monte é inalienável não sendo permitido repartir entre os proprietários e nem ser vendido. Por fim, essas áreas são imprescritíveis e não comercializáveis. No primeiro caso, caracteriza-se pelo fato de que ninguém possa chegar à condição de proprietário, e no segundo caso, a impossibilidade de ser usada como garantia em benefício próprio (LECEIGA, *et al.*, 2006). Nas figuras¹⁶ a seguir pode-se observar imagens de áreas de MVMC.

¹⁵ Esta lei teve o mérito de ser a primeira a reconhecer esta figura dentro do ordenamento jurídico espanhol, mas foi elaborada durante a ditadura franquista, situação esta que explica que este reconhecimento se deu de forma parcial, sendo especialmente grave o fato de manter a ingerência municipal.

¹⁶ Nesta parte do trabalho, qual seja, a referente aos MVMC não se tem autorização para utilizar imagens de pessoas.



Figura 06. Áreas de MVMC galegos
 Fonte: Fotos da autora, 2014

Os MVMC podem ser objeto de diferentes atos jurídicos de uso (Art. 5-10 do Regulamento) detalhados a seguir:

- **Cessão:** podem ser cedidos de forma temporal, como um todo ou em partes, onerosa ou gratuitamente para obras, instalações, aproveitamentos diversos que resultem em benefícios das comunidades. Contudo, para que ocorra a cessão é necessário que seja

informado previamente à *Conselleria do Medio Rural*¹⁷. O prazo máximo é de 30 anos e tempo indeterminado no caso que a cessão seja para o Estado.

- **Direitos de superfícies:** Pode-se ceder o direito de aproveitamento da área dos MVMC a favor de um terceiro pelo prazo de 30 anos para instalações ou edificações, 10 anos para cultivos agrícolas.
- **Permutas:** Pode ser realizado sempre que exista similitudes de valor do terreno permutados e sua proximidade. É exigido que a *Conselharia de Medio Rural* seja informada, sendo necessário comunicar a permuta no prazo de dois meses.
- **Arrendamentos:** pode ser total ou parcial. Deve ser formalizado em contrato, e não deve superar 11 anos (prorrogáveis), passando ao monte as instalações e melhorias realizadas.

Em relação à importância deste tipo de propriedade há que assinalar, de acordo com os dados proporcionados pelos “*Xurados Provinciais de Montes*¹⁸”, que existem na Galícia 700.000 hectares declarados como MVMC, sendo os mesmos administrados por 2.800 Comunidades de Montes¹⁹. Estes números evidenciam que os MVMC representam 23% da superfície total galega. Na província de Lugo, foco deste trabalho, estas áreas chegam a ocupar 31,7% do território. (LECEIGA, *et al.* 2006)

A gestão predominante é a mista, ou seja, realizada pelos Comunheiros²⁰ conjuntamente com a administração pública mediante contratos. Bruña (2014) caracteriza os usos atuais dos MVMC da seguinte maneira:

- **Florestal:** este é o uso predominante entre as atividades produtivas dos MVMC ocupando mais de 1/3 da superfície total, é também o de maior incidência nos montes de gestão pública que tem como objetivo garantir o aproveitamento florestal. A cessão de usos à administração pública por parte das Comunidades realiza-se majoritariamente por meio de um contrato de cessão denominado Convênio.
- **Pecuária:** ocupa menos de 2% da superfície total destas áreas²¹, geralmente é de gestão direta pela comunidade.

¹⁷ As competências referentes a agropecuária e silvicultura recaem na Administração Autônoma, e são exercidas através da *Conselleria do Medio Rural*.

¹⁸ Representantes de entidades do poder público.

¹⁹ Associação formal dos Usuários

²⁰ O termo Comunheiro, emprega-se para o usuário da área coletiva, que possui direito de uso formalmente reconhecido

²¹ Esta percentagem faz referência somente à superfície de pastos plantado o que não implica que somente 2% é utilizado para manter gado. De fato, é frequente que parte da superfície de mato, de pasto natural e, mesmo, de floresta plantada seja aproveitada por rebanhos de bovino, ovino, caprino ou equinos. Não há dados disponíveis que nos permitam quantificar a importância deste uso.

- **Geração de energia eólica:** É o aproveitamento que se tem desenvolvido durante a última década. Entre o período de 1992 a 2002 estavam em funcionamento 26 parques eólicos.

Neste sentido, Cabana *et al* (2012) assinalam que os MVMC constituem recursos produtivos importantes, que, em muitos casos, estão abandonados ou subutilizados. Situação que implica num paradoxo: dispõe-se de um recurso de enormes potencialidades econômicas em estado de sub exploração, ao passo que uma parte significativa das áreas rurais galegas passa por um intenso processo de deterioração demográfica e econômica.

Segundo Pérez Fra *et al* (2009), os novos usos, principalmente os energéticos, as mudanças demográficas, o papel da administração pública como gestora dos montes, a presença de empresas privadas e também os desacordos entre os Comunheiros²² geram conflitos. Para entender tais conflitos é necessário adentrar na evolução histórica acerca destas propriedades. Assim, o próximo tópico se dedica a apresentar aspectos relacionados a essas questões.

2.4. 2. A evolução histórica dos MVMC

A superfície de monte comunal²³ representava, no início do século XX, 75% da superfície total galega. Pode-se dizer que estas áreas tinham um papel fundamental no sistema de produção agrário tradicional (ARTIAGA, 1992). Como descrito na literatura científica, os aproveitamentos que justificam a sua definição como “suporte” do sistema agrário galego tradicional são basicamente três (BOUHIER, 2001):

- O cultivo das denominadas “rozaz”, que permitiam a obtenção da colheita de um cereal, geralmente centeio.
- Complemento para a alimentação do gado.
- Adubos das terras através de um arbusto denominado “toxo” (*Ulex Europaeus*).

Nota-se que, dentre estes usos, nenhum deles estava vinculado com a produção de madeira: Os montes eram um espaço de uso agrário. A ausência de reconhecimento legal destas superfícies dentro do marco regulatório espanhol provocou, ao longo da história, sucessivas tentativas de apropriação deste tipo de propriedade, quer seja, por parte de particulares, quer seja, pelo próprio poder público. Essas tentativas de apropriação trouxeram

²³ Estes números referem-se à superfície de monte de gestão coletiva, não considerando somente a figura de MVMC, incluindo também a outra forma tradicional (ainda que menos extensa em superfície): os montes de varas ou abertais, anteriormente descritos.

mudanças significativas em relação à sua propriedade e gestão, tendo como consequência a insegurança pelos atuais proprietários (PERÉZ FRA *et al* , 2009).

No fim do Antigo Régime²⁴, a propriedade de uso comunal era abundante não só no território galego como também em boa parte da Espanha. Mas a configuração do Estado Liberal promoveu uma intensa mudança legislativa em que se destaca o processo desamortizador²⁵. Este processo provocou grande impacto sobre as propriedades comunais²⁶ na Espanha. Contudo, a intenção de incluir neste processo os MVMC fracassou, principalmente, pela forte oposição das comunidades, dos municípios e mesmo dos proprietários individuais (BALBOA, 1990). Ao passo que se levava adiante o processo *desamortizador* estas propriedades foram reduzidas por um processo de individualizações realizadas pelas próprias comunidades por meio da repartição e apropriações individuais, realizadas como forma de proteger o domínio destes territórios.

O maior impacto para estas propriedades aconteceu durante a ditadura franquista que durou de 1936 a 1975. Neste período, houve fortes incentivos para plantação florestal, sobretudo, nas áreas dos MVMC, mudando radicalmente os usos que tinham até o momento (RICO,1995). Esta política do Estado, foi controlada por meio de uma entidade criada para tal fim, a chamada *Patrimonio Forestal del Estado* (PFE).

É certo que estas mudanças interferem, sobremaneira, no modelo agrário, inviabilizando-o e contribuindo para condições favoráveis para produção de caráter mais industrial. Rico (1995) demonstra que este processo não se deu de maneira pacífica, ou seja, os conflitos entre a administração florestal e os legítimos proprietários se estenderam por todo o território, e com especial incidência nas províncias de Pontevedra e Ourense. Para dar continuidade a tal processo foram usados aparatos coercitivos da ditadura franquista.

A ferramenta legal utilizada pela administração franquista para levar a diante este processo foram os *Consórcios*, um contrato de concessão de uso, estabelecido entre o Estado e os municípios, sustentado na equiparação jurídica desta propriedade (ainda não reconhecida no corpo legislativo espanhol) com montes públicos de titularidade municipal.

Cabana (2007) e Rico (1995) descrevem as distintas respostas empregadas pelas comunidades para tentar resistir a este processo. Respostas que vão desde a reivindicação legal, à oposição direta e violenta aos trabalhos de plantação florestal, além de uma forma de

²⁴ Período histórico acontecido na Europa ocidental no período compreendido entre o Século XV e o XIX.

²⁵ A mais importante das desamortizações foi a denominada “Mendizábal” em 1836 que previa expropriação forçosa das terras e bens que até o momento não podiam ser vendidas, hipotecadas ou arrendadas e sua destinação no mercado. Entre elas estavam as terras de usos comunais.

²⁶ A figura dos MVMC existia em Galícia e no Norte de Portugal, no restante dos Países os bens comunais eram bens públicos de titularidade municipal, mas de gestão comunal.

resistência de carácter individual como atear fogo para destruir as plantações. Ao final dos anos 50, apesar dos evidentes êxitos das plantações florestais, as tensões existentes tanto nas comunidades rurais como nas próprias instituições do Estado entorno do uso para pecuária e florestal dos MVMC provocaram debates que resultaram na elaboração da *Ley 52 de 1968* que assegurou a titularidade dos MVMC aos Comunheiros sem distinção de quotas, ainda que não se estabelecesse o carácter privado ou público destas áreas, definindo-os como: inalienáveis, imprescritíveis e embargáveis. Em teoria, o processo de classificação iniciaria logo depois da aprovação do regulamento da Lei de 1970, mas as dificuldades se prologaram em alguns casos até a atualidade (GRUPO DE ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COMUNAL, 2004).

Dando continuidade à apresentação do contexto galego, a parte que segue está dividida em quatro tópicos. O primeiro tópico caracteriza os municípios de inserção destas áreas no que tange os aspectos demográficos e de uso da terra e dos MVMC, foco da pesquisa. Já no segundo, são apresentados desdobramentos ocorridos após a intervenção do Estado nas áreas dos MVMC. Já a terceira parte, discute aspectos relacionados à interação entre os Comunheiros e a quarta apresenta aspectos da gestão destas áreas.

2.4.3. Os municípios de inserção dos MVMC estudados

De acordo com a categorização de áreas rurais e urbanas realizadas pelo IGE (2011) os três concellos estudados são classificados como áreas predominantemente rurais. Deve-se considerar ainda que dois deles (Folgozo de Courel e A Pastoriza) são definidos como Zona Pouco Povoada e de baixa densidade. Já Viveiro é considerado como Zona Pouco Povoada de alta densidade. Dos municípios estudados, Folgozo do Courel é o de menor densidade demográfica, e como se pode comprovar no Quadro 05 tanto este concello como A Pastoriza vêm experimentando perdas populacionais, e, Viveiro incremento da população.

Quadro 05. Dados demográficos dos Concellos de Folgozo do Courel, A Pastoriza, Viveiro, 2016

Municípios	Habitantes 2015	Superfície (ha)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Varição percentual da população 1981-2015
Folgozo do Courel	1.089	21.020	6,97	-55,7%
A Pastoriza	3.274	17.503	20,7	-35,2%
Viveiro	15.735	10.934	109,34	+ 6,3%

Fonte: IGE,2016

Outra análise realizada foi em relação à faixa etária. Nesse sentido, observou-se que o número de crianças e adolescentes é pouco significativo no conjunto populacional, e, sobretudo, deve-se considerar a representatividade da população acima de 65 anos nos três municípios. No Quadro 06, é apresentada a faixa etária da população residente nos municípios analisados.

Quadro 06. Representação por faixa etária da população dos municípios de inserção dos MVMC, 2011.

Faixa etária	Folgo do Courel	A Pastoriza	Viveiro
0 -15	34 (2,9%)	242 (7,26%)	1829 (11%)
15 -64	664 (56,75%)	2025 (60%)	10567 (66,49%)
65 ou mais	474 (40,51%)	1065 (31%)	3495 (21%)
Total	1.170	3.332	15.891

Fonte: IGE, 2016

Outra questão necessária para o entendimento do cenário em que estão inseridos os MVMC é analisar os tipos de aproveitamentos das terras nos municípios estudados. Nesse sentido, observa-se que em relação à superfície total das propriedades agrícolas, segundo seu tipo de aproveitamento, predomina em Folgo do Courel e Viveiro, o uso florestal. Já em A Pastoriza as superfícies são destinadas, majoritariamente, aos cultivos. Assim, observou-se nesta região grandes plantações de milho com vistas à produção de insumos para gado. O Quadro 07, apresenta essa informação de forma detalhada.

Quadro 07. Distribuição de terras, Concellos, de Folgo do Courel, A Pastoriza, Viveiro, 2012.

	Folgo do Courel	A pastoriza	Viveiro
Superfície total do Concello (ha)	19.281	17503	10939
Superfície florestal total (ha)	17.200 (89,2%)	7278 (41,58%)	9139 (83,54%)
<i>Florestal arborizado (ha)</i>	9.124 (47,32%)	4870 (27,82%)	7515 (68,69%)
<i>Pastagem, Pastagem arbustiva e Mato (ha)</i>	8.077 (41,89%)	2409 (13,76%)	1624 (14,84%)
Superfície de cultivo e pastagem (ha)	1.271 (6,59%)	8381 47,88%	850 (7,77%)
Outras superfícies (ha)	810 (4%)	1844 (10,53%)	950 (8,64%)

Fonte: IGE, 2014.

Os dados do Instituto Galego de Estatística (IGE) demostram que as unidades produtivas agrárias são pequenas em termos de Superfície Agrária Útil (SAU)²⁷ nos municípios pesquisados. Deve-se considerar que no concello de A Pastoriza, existe maior especialização agrária, os tamanhos médios das propriedades são maiores. Assim, no Quadro 08, pode-se comprovar que no caso de Folgoso e Viveiro o maior número de unidades produtivas dispõe de 0 a 5 ha. Enquanto em A Pastoriza 54,6% das propriedades possuem mais 10 ha. Também podemos comprovar que o número de unidades que superam 50 ha é reduzido nos três casos: 1,1% no caso de Folgoso, 2,4% no caso de Viveiro e 4,6% em A Pastoriza.

Quadro 08. Número de propiedades agrárias segundo a superficie agrícola utilizada, 2009.

	Folgoso do Courel	A Pastoriza	Viveiro
Total de propiedades	173	626	165
Propiedades sem SAU	3	15	7
Propiedades com SAU	170	611	158
> = 0 ha <5ha	83	160	113
>=5ha <10 há	33	109	24
>=10 ha <20 ha	25	137	9
>=20 ha <50 ha	27	176	8
>=50 ha	2	29	4

Fonte: IGE,2014

No quadro 09, pode-se observar que nenhuns destes concellos são alheios ao proceso de ajuste agrário, comentado anteriormente, que afetou a totalidade da Comunidade Autónoma. Contudo, a intensidade de diminuição das propiedades é maior em Viveiro que nos outros dois concellos.

Quadro 09. Evolución do número de propiedades agrárias 1989-2009

	1989	1999	2009	% 1989-2009
Galícia	359.157	270.053	81.174	-77,4
Folgoso do Courel	543	408	173	-68,1
A Pastoriza	1.302	1.065	626	-51,9
Viveiro	1.482	819	165	-88,9

Fonte: IGE, 2016

²⁷ Compreende só as terras produtivas e as pastagens permanentes. Não inclui, por tanto, as superficies ocupadas por especies florestais, mato ou por pasto arbustivo.

É importante reparar que no caso de Viveiro acontecem dois fenômenos que podem parecer contraditórios: por um lado, uma intensidade de desaparecimento de propriedades e, por outro lado, é um dos poucos concellos da província que, apesar de ser definido como rural, consegue incrementar a população. Isto é indicativo de que este território, ao longo destas décadas, experimentou um processo de diversificação econômica que permitiu substituir, em parte, os empregos no setor primário por empregos dos setores secundário e terciário. Este é um fenômeno que na Galícia vem acontecendo, fundamentalmente, nas áreas costeiras e periurbanas.

Em A Pastoriza, o ritmo de abandono de propriedades é menor que a média galega, o que pode ter relação com o processo de modernização e incremento da dimensão produtiva das propriedades que permanecem em funcionamento. Desta maneira, no contexto galego, este território consolidou-se como um dos concellos com maior dinamismo agrário com base na produção da pecuária. Já Folgoso do Courel é um caso representativo dos concellos interiores e de montanha em que o intenso processo de perda de empregos agrários não tem sido transferido pela criação de quantidade relevante de emprego em outros setores econômicos o que resulta numa constante e intensa perda populacional.

2.4.4. Caracterização dos MVMC estudados

2.4.4.1. O Concello de Folgoso do Courel

O Concello o de Folgoso do Courel é formado por 09 Parroquias, quais sejam, Esperante, Folgoso do Courel, Horreos, Meiraos, Noceda, Seceda, Seoane do Courel, Vilamor e Visuña. Está incluído em uma comarca geográfica denominada O Courel que está entre os espaços com relevo mais acidentado de toda a Galícia. Trata-se de um espaço que possui vastos recursos ambientais e que está incluído desde 2004 nas ações da Rede Natura²⁸ 2000. Neste concello o há 24 MVMC que ocupam uma área de 11.381 ha, representando 58,4% da superfície total, como pode ser observado no quadro a seguir.

²⁸ A União Europeia dispõe de uma legislação rigorosa em matéria de proteção da natureza, que se articula em torno da rede Natura 2000. Composta por 26 000 locais protegidos que representam um quinto do território europeu, a rede Natura 2000, a maior rede deste tipo do mundo, oferece uma proteção vital às espécies e habitats mais ameaçados da Europa (informações contidas no site: http://ec.europa.eu/index_pt.htm).

Quadro 09. Comunidades de Monte Vicinal em Mão Comum em Folgoso do Courel, 2014.

MVMC	PARROQUIA	COMUNIDADE	ÁREA (ha)
Campa	Vilamor	Campa	35
Carballal	Vilamor	Carballal	560
Castro Portela	Vilamor	Castro Portela	333
Cortes	Seceda	Cortés	224
De Ferreiros	Folgoso	Ferreiros De Abaixo E Ferreiros De Arriba	241
Escrita e Monteiros	Seceda	Seceda	1265
Ferramulín	Hórreos	Ferramulin	335
Folgoso	Folgoso	Folgoso	856
Froxán	Vilamor	Froxán	851
Hórreos	Hórreos	Hórreos	851
Mazo Santigoso	Vilamor	Mazo Santigoso	323
Mercurín	Seoane	Mercurín	175
Pendela, Touzón E Valdomir	Folgoso	Pendela, Touzón E Valdomir	219
Rogueira e Cabana	Seoane	Moreda	569
Romeor	Esperante	Castro Romeor E Romeor	556
Santa Eufemia	Folgoso	Santa Eufemia	223
Sobredo	Folgoso	Sobredo	663
Sudros e Miranda	Folgoso	Eiriz	588
Taro Branco E Forcadas	Meiraos	Meiraos	269
Vidallón	Vilamor	Vidallón	238
Vilamor	Vilamor	Vilamor	463
Vilar	Vilamor	Vilar	298
Vilela	Noceda	Vilela	189
Visuña	Visuña	Visuña E Céramo	1100
Total			11.381

Fonte: A Consellería do Medio Rural e do Mar, Xunta de Galicia, 2014.

Segundo dados obtidos nas entrevistas a Comunidade de MVMC de Froxán é formada por 11 Comunheiros, sendo que a população total residente nessa área é 25 habitantes. A área coletiva é de 851 ha, subdividida em 801 ha de gestão indireta por meio de convênios com administração pública e, apenas 50 ha de superfície administrada diretamente pelos Comunheiros. Na conformação da comunidade encontram-se moradores que podem ser caracterizados como neo-rurais, ou seja, pessoas que residiram em uma área urbana parte da sua vida, mas que em determinado momento decidem retornar ao meio rural. Estes neo-rurais, podem ser incluídos nas novas perspectivas de desenvolvimento em que são valorizadas pelos indivíduos outras funções no meio rural, como busca pela qualidade de vida, preservação dos

recursos naturais ou culturais, dentre outras possibilidades e externalidades encontradas nestes meios.

Já a comunidade de Seceda é formada apenas por cinco Comunheiros. Possui uma área comunal de 1.265 ha, dos quais em 885,5 ha se pratica a gestão direta, ou seja, gerenciada pelos beneficiários, para usos referentes à pecuária e uma área de 379,5 ha de gestão indireta, ocupada com plantação de pinus. Este é um MVMC de grande extensão que, apesar de ter poucos usuários, tem experimentado nos últimos anos um incremento da produção pecuária, utilizada por dois Comunheiros. Os outros três Comunheiros não realizam atividades produtivas, já são aposentados e possuem idade avançada.

A comunidade de Sobredo é formada atualmente por três famílias, totalizando 11 pessoas. O MVMC possui uma área de 663 ha totalmente inutilizada, sendo que 506,4 ha são administrados por um consórcio²⁹ ainda ativo, cujas ações de supervisão e de execução dos termos contratuais são completamente ignoradas pelos membros da comunidade, apesar de ter sido verificado que individualmente algumas famílias realizam atividades agropecuárias nas propriedades particulares, como plantação de batatas e criação de bovinos e suínos.

2.4.4.2. O Concello o de A Pastoriza

O concello de A Pastoriza é formado por 19 Parroquias: A Aguarda, Álvare, Baltar, Bretoña, Cadavedo, Crecente; Fonmiñá, Gueimonde, Lagoa, Loboso, Pastoriza, Pousada, A Regueira, Reigosa, Saldanxe, San Cosme de Piñeiro, San Martiño de Corbelle, Úbeda, Vián. Em A Pastoriza encontram-se 09 propriedades de MVMC ocupando uma área de 1.772 ha, como pode ser observado no Quadro 10.

²⁹ A não transformação do consórcio em convênio, por si só, é um indicativo da ausência de gestão, já que as condições econômicas estabelecidas neste são mais desfavoráveis para as comunidades de monte que as determinadas nos convênios. Para que ocorra a mudança basta a realizar a solicitação ao Estado.

Quadro 10. Comunidades de Monte Vicinal em Mão Comum em A Pastoriza, 2014.

MVMC	PARROQUIA	NOME DA COMUNIDADE	ÁREA (ha)
Acebreiro	A Pastoriza	A Pastoriza	156
Arufe de Aldoar	Corvelle	Arufe, Fontefreixo, Montecelo, Paraxuás, Parañel E Pidre	59
Carracedo e Rioseco	Bretoña	Bretoña	425
Coto das Louseiras De Xemil	Bretoña	Xemil	256
Coto do Castro e Porto do Boi	Úbeda	Úbeda	56
Montareda e Corredoira	Saldanxe	Saldanxe	352
Mudia	San Vicente De Reigosa	San Vicente de Reigosa	150
Mudia En Bozo	Loboso	Loboso	163
Regavella e Araufe	Corvelle	Veciños da Parroquia de Corvelle	155
		Total	1.772

Fonte: A Consellería do Medio Rural e do Mar, Xunta de Galicia ,2014.

O MVMC denominado Veciños da Parroquia de Corvelle, possui 38 Comunheiros, ocupando uma área de 155 ha. Dos 38 Comunheiros somente 07 realizam produção de gado. Da área total do MVMC, 11 ha são administrados de forma direta, ou seja, pelos Comunheiros, e o restante, é de gestão indireta, sendo a Administração Florestal Galega a responsável pelo planejamento e gestão do recurso com vista à produção de madeira.

Atualmente, a área de gestão direta, toda coberta por pastagem, está arrendada no valor de 10,00€ por cada 504m² ocupado.

O MVMC de Saldanxe, localizado na Parroquia de Saldanxe, por sua vez, é formado por 42 Comunheiros. Segundo os entrevistados, a maior parte dos Comunheiros são de idosos, de modo que pode ser considerada uma Parroquia com população envelhecida onde somente se encontram ativas, do ponto de vista produtivo, 05 propriedades particulares. A área de uso comunal é toda plantada com espécies florestais.

2.4.4.3. O Concello o de Viveiro

Segundo Cabado (2011), O concello de Viveiro conforma junto com Cervo, Oourol, O Vicedo e Xove a comarca da Marinha Ocidental. Na sua formação conta com 12 Parroquias: Area, Boimente, Chavín, Galdo, Landrove, Magazos, San Pedro, Valcarría, Celeiro, Vieiro, Covas e Viveiro. O concello de Viveiro possui 09 Montes Vicinais em Mão Comum que ocupam uma extensão total de 2.517 hectares, 23,56% da superfície total do concello. Esses dados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 11. Montes Vicinais em Mão Comum, Concello de Viveiro, 2014.

MVMC	PARROQUIA	ÁREA (HA)
Buio	Boimente	1002
Buio	Chavín	91
Castelo	Galdo	215
Castelo de San Martiño e Fragamoura	Landrove	145
Lamas de Galdo	Magazos	130
Lamas de Toxo	San Pedro de Viveiro	33
San Roque	Santa María e Santiago	499
Silvarrosa	Covas	216
Vieiro	Vieiro	186
	Total	2517

Fonte: Conselheira do Meio Rural e do Mar, Xunta de Galicia, 2014.

A comunidade MVMC Buio, localizada na Parroquia de Boimente, é formada por 42 Comunheiros. Dos 42 Comunheiros 05 trabalham com produção pecuária, como atividade principal, e 02 como atividade secundária. A área total do MVMC é de 1002 ha, destes, 802 ha são conveniados, ou seja, de gestão indireta e 200 ha de gestão direta.

A madeira é a atividade que gera maiores recursos financeiros no MVMC. Existem também na área de uso comum, linhas de alta tensão instaladas por meio de contratos firmados entre a associação dos Comunheiros e empresas de energia. Além disso, verificou-se a existência de parques eólicos, sendo que as empresas responsáveis pagam aluguel no valor de 31.000 euros por ano à associação dos Comunheiros.

Já no caso do MVMC San Roque, a comunidade é composta por 260 Comunheiros, sendo que área comunal é de 499 ha. As principais atividades desenvolvidas no MVMC são o parque eólico e a venda de madeira. Existem Comunheiros que possuem gado na área do MVMC. Esta atividade é regulamentada pelo estatuto da associação, que determina que cada Comunheiro tem autorização para colocar na área no máximo 06 cabeças de animais. Do total de Comunheiros, 20 possuem gado no MVMC, contudo, o reduzido número de animais indica que é uma atividade secundária. Após esta apresentação das características dos municípios e dos MVMC foco da pesquisa, se dispõe a seguir tópicos relacionados com o papel do Estado e aspectos da classificação e gestão dos MVMC.

2.5. Revisitando memórias: conflitos e dramas sociais na apropriação dos montes comunais pelo Estado e seus desdobramentos

Este tópico tem como objetivo evidenciar os desdobramentos ocorridos após a intervenção do Estado nas áreas dos MVMC, quer seja no âmbito produtivo, quer seja, nas relações sociais existentes. Pode-se dizer que, considerando as realidades das 07 áreas estudadas, existem similitudes e diferenças neste processo, que passam a ser descritas a seguir.

Nas Aldeias de Folgoso do Courel, tradicionalmente, a pastagem extensiva se realizava de forma comunitária na área de uso comum. Assim, nessa região existia o sistema denominado “*veceira*”³⁰, baseado na articulação de um sistema pastoril com participação dos proprietários de rebanhos em que o trabalho se dividia em turnos. Estes turnos eram estabelecidos de maneira proporcional à quantidade de cabeças de gado ou ovelhas que cada vizinho possuía junto ao total do rebanho. Isso significava que a cada dez cabeças possuídas, um dia de trabalho deveria ser oferecido pelo indivíduo componente do grupo (LÓPEZ, 2011, CABANA, *et al.*, 2011). Além deste, existiam o denominado pelos Comunheiros como “Concello ” que nada mais era que um sistema de tomada de decisão coletiva tradicional que tinha como objetivo principal organizar o sistema de “Veceiras”, manutenção de infraestruturas coletivas, como estradas, abastecimento de água, dentre outros.

As castanheiras existentes nessas áreas eram privadas. Cada qual marcava sua árvore com um símbolo que representava a família, geralmente com iniciais do nome, e dali retirava o fruto de forma individual. Todavia, o pasto que crescia entre as árvores era aproveitado coletivamente para manter a criação dos rebanhos. A colheita da castanha representava para essas famílias, além do seu valor econômico, um momento de socialização como evidenciado no relato que segue.

Minha avó sempre contava, é uma coisa que se perdeu. Agora cada um leva seu saco de castanha e pronto. Antes tinha a festa do castanhal, era a festa do povo, ia todo o povo, um dia de festa ou um mês de festa. Havia mais comunidade e agora está mais individualizado. Ela me contava que todos iam comer ali debaixo do castanhal. Tinha baile (Entrevistado 08, MVMC de Froxán, 37 anos, 2014).³¹

³⁰Usualmente este sistema era aplicado para produção de pecuária.

³¹ As entrevistas foram realizadas em Galego, sendo a tradução para o português de responsabilidade da autora.

Como já descrito, a área comunal era também um importante suporte da atividade agrícola pelo aproveitamento de um tipo vegetação nativa denominada “tojo” (*Ulex europaeus*), utilizada como incremento nutricional (adubo) no sistema agrário tradicional. Outra atividade realizada consistia no plantio de um cereal, utilizado na fabricação do pão, comumente chamado pelos Comunheiros, de “centeo” ou “Pan” (*Secale cereale*). Esse processo realizava-se mediante o sistema denominado de “rozas” ou “estivadas”, no qual cada casa ficava responsável por uma parcela da área comunal, praticando atividades de corta, queima e adubação. O cultivo deste cereal era realizado durante um ano pela família em uma parcela da área comunal, sendo que no ano seguinte, essa área voltava ao sistema de uso coletivo, como espaço de pastagem. Assim a família voltava a manejar outra parcela no monte comunal para continuar o sistema de “rozas”, seguindo as regras estabelecidas pela comunidade. Esse processo observava a necessidade de descanso e alternância para o não esgotamento das áreas de plantio. (LÓPEZ, 2011, CABANA, *et al.*, 2011). Os Comunheiros se beneficiavam também com a retirada de madeira e lenha, além da produção de carvão vegetal que forneciam para as casas de fundição, atividade comum nesta área, desde o século XVIII (GONZÁLEZ, 1996).

As atividades descritas mantiveram-se vigentes até os anos cinquenta do século passado, sendo que a política do regime ditatorial de Franco transformou grande parte da área de Folgoso do Courel em silvicultura, principalmente, a partir de 1943, quando cerca de 9.000 ha de montes passaram a ser gerenciados pelo Estado. Essa política se intensificou na década de 50, quando as áreas comunais eram, prioritariamente, designadas às plantações de coníferas de ciclo curto (*pinus sylvestris*), o que provocou uma mudança radical dos usos e aproveitamentos dos montes comunais, fazendo que os usos tradicionais desaparecessem, já que eram incompatíveis com o manejo florestal determinado pelo Estado. Ou seja, passaram a ser proibidas as plantações de cereal, se estabeleceram fortes restrições às áreas de pastos e passou a ser regulada também a coleta de lenha e castanha (LÓPEZ, 2011, CABANA *et al.*, 2011). Deste modo, o Estado converteu uma grande parte da área comunal de Folgoso do Courel em um espaço florestal dedicado à produção de madeira com o objetivo de abastecer à indústria de celulose em expansão na região.

Na memória dos Comunheiros, a plantação florestal conduzida pelo Estado, na maior parte das vezes, é vista de forma negativa, já que representou naquele momento uma ruptura com um modo de vida tradicional das famílias que ali viviam e dependiam dos recursos oferecidos pela área comunal como complemento para manter os sistemas produtivos. Como forma de minimizar esses conflitos e também de desarticular os Comunheiros, o Estado

contratava-os como assalariados para trabalhar nas plantações de pinus e eucalipto, intensificando a ruptura com o modo de vida tradicional.

No relato de uma entrevistada do MVMC de Seceda, a Comunheira descreve que participou, em sua juventude, juntamente com sua família, do momento da plantação florestal, mas atualmente, aos 79 anos de idade, ainda não viu os resultados financeiros dessas plantações.

Os pinus estão sem cortar até hoje. Nunca cortou. **Eu plantei, mas cortar não.** Para cortar não vale, dizem que a plantação tem que fazer 80 anos. Um rapaz de Santiago que era vigilante do monte e passava muitas vezes por esse caminho, ele já me conhecia, um dia perguntei se ele poderia dizer quanto tempo falta para cortar. Se eu chegaria ver cortar. Disse a ele, eu plantei e temos uma parte. Ele me perguntou, quantos anos a senhora tem? Respondi, **e ele disse, prá você já não há corta.** Para você já não há dinheiro de cortas. (Entrevistado 13, MVMC Seceda, 79 anos, 2014).

O resultado desse processo foi a desarticulação dos modos de vida tradicionais existentes, como exemplo, o sistema de veceiras, a divisão de trabalho na criação de animais, passando a exigir desses indivíduos um novo padrão na tomada de decisão sobre a área coletiva e nas relações sociais locais. No entanto, esse processo descrito transcorreu com algumas diferenças nas três comunidades pesquisadas. Nas entrevistas com antigos Comunheiros do MVMC de Seceda, chamou atenção o fato dos moradores não perceberem de forma tão conflituosa o momento da apropriação do monte comunal pelo Estado para plantação de “pinus”. Segundo os entrevistados, as plantações se realizaram nas áreas cedidas pela comunidade. A visão menos conflituosa se explica pelo fato de não ter havido mudanças significativas nas atividades tradicionais praticadas pelo grupo, já que a plantação de pinus se realizou em áreas não cultiváveis e em menor escala que nos MVMC de Froxán e Sobredo. Assim, no relato da entrevistada percebe-se que existe uma concepção mais clara que os montes pertenciam aos usuários, e, portanto, teria o Estado que negociar com os mesmos, no momento da plantação de pinus.

Eu não sei o que falaram (referência ao momento da plantação dos pinus e eucaliptos) mas tiveram que falar porque nós éramos proprietários dele (o monte). Era próprio. Era nosso. (Entrevistado 13, MVMC Seceda, 79 anos, 2014).

Como mencionado, outras realidades pesquisadas foram as dos MVMC dos concellos de Viveiro e A Pastoriza. No concello de Viveiro, as áreas dos MVMC são utilizadas, especialmente, para produção florestal e também para novos usos gerados por demandas

ambientais como, por exemplo, a Rede Natura e dos parques eólicos (CABADO, 2012). Tradicionalmente, essa área era apropriada para retirada de “turbeiras”, descritas pelos entrevistados como combustível fóssil, usado geralmente para aquecer as casas no inverno. Outro uso tradicional feito pelos usuários dos MVMC era retirada do “sedio” que servia para formar uma forragem para o gado, sendo necessária para manter a temperatura, principalmente no inverno. Os Comunheiros descreveram as mudanças advindas com plantação dos pinus, repletas de conflitos entre os usuários das áreas dos MVMC e o Estado. Na descrição apresentada pelos mesmos, eram narradas agressões físicas, verbais, multas aplicadas como forma de sanção pelo desrespeito às novas regras impostas pelo Estado. Cabado (2012) afirma que no concello de Viveiro a plantação florestal realizada pelos PFE/ICONA³² prolongou-se até os anos 80, o que significou a ruptura com as formas de uso tradicional.

Diferentemente do ocorrido nos concellos de Fogolso do Courel e Viveiro, em A Pastoriza o conflito, no momento da apropriação pelo Estado da área comunal, não se deu de forma tão intensa. Não foi declarado pelos entrevistados conflitos com o Estado em relação à plantação florestal no MVMC. Segundo os mesmos, as atividades produtivas eram realizadas, prioritariamente, nas propriedades individuais, sendo a área do MVMC utilizada de forma secundária, o que pode explicar a relação menos conflituosa com o Estado. Ou seja, não havia por parte destes Comunheiros uma intensa dependência dos recursos oferecidos pelos MVMC. Deve-se considerar também que a área que ocupam os MVMC neste concello é pequena em relação aos outros.

Deste modo, percebe-se que os Montes Vicinais em Mão Comum são marcados por diferentes dimensões, quais sejam, social, econômica, ambiental, cultural dentre outras. Neste caso deu-se destaque às dimensões sociais e econômicas. Na social, estão contidas as diferentes relações que se estabelecem entre os grupos que conformam as Comunidades de Montes, principalmente considerando as exigências legais por parte do Estado e as que derivam da convivência cotidiana dos Comunheiros. A dimensão econômica, por sua vez, pode ser vista pelo suporte oferecido pelos recursos dessas áreas à produção agrosilvopastoril. Considerando essas vertentes, o próximo tópico aborda as relações estabelecidas entre os Comunheiros, principalmente no que diz respeito à integração de novos membros às Comunidades de Montes.

³² O PFE é a entidade responsável pelas plantações florestais até o ano de 1971 ano em que passa a ser substituído pelo Instituto para la Conservación de la Naturaleza (Icona).

2.6. “Eres titular não por ser, mas por estar”: as diferentes relações construídas entre os Comunheiros.

A citação contida no título deste tópico reflete o quão complexas podem ser as relações construídas entre os Comunheiros, considerando que a qualidade de co-proprietário se adquire com a condição de moradia e se perde ao abandoná-la. A moradia deve ser entendida como um conceito estritamente de residência e de caráter não administrativo. Nesse sentido, o pertencimento ao grupo de proprietários demanda cumprimento dos requisitos determinados na Lei de Montes e também dos estatutos das associações das comunidades onde se encontra a área comunal. Vale ressaltar que o direito de formar parte da comunidade não prescreve. Ou seja, é uma comunidade aberta em que o ingresso e saída de usuários pode se dar de forma contínua. Tudo isso introduz um fator de instabilidade e variabilidade na conformação dos grupos proprietários (LECEIGA, *et al.*,2006).

Assim, diante de tal realidade, neste trabalho se utiliza como categorias analíticas para analisar as relações que se configuram a partir da condição de Comunheiro os conceitos empregados por Norbert Elias & Scotson e Granovetter já apresentados no capítulo 01 e sintetizados no quando a seguir.

Quadro 12 – Categorias analíticas empregadas para análise das relações entre antigos e novos Comunheiros dos MVMC

Norbert Elias & Scotson		Granovetter	
Estabelecidos	Outsiders	Laços Fortes	Laços Fracos
Identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência	Conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos	Configura-se uma identidade comum, sendo conformadas por relações com alto nível de confiabilidade e influência.	Possuem uma importância para a dispersão da inovação justamente pela composição do grupo com pessoas com experiências e formações diversificadas
Reconhecido como uma “boa sociedade”	Identidade social de um grupo	Habitualmente participam de um mesmo círculo social	Grupos diversificados, rompendo com o desenho de grupo “fechado” e adotando a configuração de rede social.
Modelo moral para os outros	Substantivo abstrato que os define como um coletivo		
	Os não membros da “boa sociedade”		

Fonte: elaborada pela autora, 2016

Assim, considerando os MVMC, percebe-se a existência de dois grupos, quais sejam, os indivíduos que vivem e utilizam os recursos daquele território por um longo período, tendo laços pré-estabelecidos, denominados aqui de “antigos Comunheiros”, e os indivíduos recém-

chegados com as possibilidades legais de fazer parte da comunidade de montes, categorizados como “novos Comunheiros”. As relações existentes entre esses dois grupos possibilitam uma comparação da configuração “estabelecidos” (antigos Comunheiros) e “outsiders” (novos Comunheiros) analisada por Elias & Scotson (2000). Como no trabalho mencionado, os novos Comunheiros dos MVMC são vistos pelos mais antigos como indivíduos que não se inserem no grupo já estabelecido e são retratados como “os de fora”, “pessoas de lá”. Os novos Comunheiros são julgados por não terem relações prévias com a comunidade, sendo atribuída uma marca depreciativa, qual seja, o interesse pelos recursos econômicos produzidos nas áreas de monte comunais.

Tanto na comunidade de Froxán, quanto na de Seceda, notaram-se conflitos derivados da não inclusão de novos Comunheiros, mesmo cumprindo as exigências legais definidas pela legislação. A partir das entrevistas, foi possível identificar conflitos existentes na configuração “novos Comunheiros e antigos Comunheiros”. Pode-se observar que os grupos estabelecidos percebem os *outsiders* como um grupo que vem atrapalhar a ordem social já existente no local. Como pode ser percebido nos relatos a seguir.

(...) há gente nova que se fosse descendente de pessoas aqui se realmente viessem, poderiam fazer o mesmo que nós...teria o mesmo direito cumprindo os requisitos. Vivendo aqui tal como está marcado no estatuto, teria o mesmo direito que a gente que é nativo do povo, digamos, vem gente que é gente de fora, não são da comunidade...não tem relação com o povo ... digamos os da cidade, por exemplo (...) (Entrevistado 12, MVMC de Seceda, Folgoso do Courel, idade não declarada, 2014).

Éramos estrangeiros na Suíça. Ao voltar, viramos estrangeiros aqui. (Comunheira relata sobre sua volta depois de anos e entrada na CMVMC). (Entrevistado 28, MVMC Saldanxe, Pastoriza, idade não declarada, 2014)

O primeiro fragmento apresentado retrata a visão de um antigo Comunheiro de Seceda quando questionado sobre a possibilidade de integração de novos membros na Comunidade de Monte. Percebe-se que o entrevistado enfatiza a necessidade de laços de parentesco para o reconhecimento social do novo integrante. No segundo trecho descrito, a comunheira, embora tenha vivido naquela área quando criança na companhia dos seus pais passou a maior parte de sua vida trabalhando em outro país, e após obter a sua aposentadoria, retornou ao local. Assim, ainda que se considere que exista um laço pré-existente, este foi enfraquecido com o passar do tempo, e sua inserção como comunheira implicaria em diminuição dos ganhos financeiros por parte do restante do grupo.

Esse fato chama atenção, pois em algumas das comunidades visitadas existiam casos de novos Comunheiros que por terem laços de parentesco são aceitos, a exemplo do neto de uma antiga comunheira que, apesar de ser um neo-rural, integrou-se recentemente à Comunidade de Monte. Já os neo-rurais que não possuem laços de parentesco são, de certa forma, mal vistos pelos Comunheiros, como somente interessados em se apropriar dos recursos financeiros advindos das atividades produtivas do monte. O depoimento que se segue é de um novo Comunheiro da comunidade de Froxán que, por possuir laços de parentesco, ainda que seja um neo-rural, é aceito com facilidades.

Quanto tempo levo vivendo aqui? A partir de 09 meses que vive aqui já passa a ser comunheiro. Faz uma solicitação para ser comunheiro. Em meu caso não houve problemas porque a maior resistência é em relação à gente nova, de fora, no meu caso como meus avós são de toda vida daqui, viram como positivo. Imagina, somos 05 Comunheiros a repartir 10.000 euros, se entra mais gente então irá me tocar menos dinheiro na hora de dividir, não vou querer que entre mais gente. (Entrevistado 28, MVMC de Froxán, Folgoso do Courel, idade não declarada, 2014)

Logo, significa que o novo morador, ainda que cumpra todos os requisitos legais, por não ter laços pré-estabelecidos com o território, ou que estes não sejam fortes socialmente, será visto como “forasteiro” que veio se apropriar dos recursos da área comunal. Neste caso, existe um conflito entre o “eu” e o “outro” sendo que como argumenta Landowski (2002), a figura do “outro”, é definida pela dessemelhança em que a presença incomodaria os já estabelecidos. O “outro” é visto como aquele que vem se instalar no espaço alheio e se apropria dos recursos. Deste modo, percebe-se que há um rechaço social e econômico à integração de novos Comunheiros, ainda que por força da lei eles sejam legitimados como tais. Ou seja, existe uma legitimação formal que não implica numa aceitação direta pelo grupo que se considera tradicional.

Observa-se também pelo trecho apresentado que o Comunheiro ressalta as implicações econômicas da inserção de um novo membro, diferentemente do caso estudado por Elias & Scotson (2000) em que eram as características sociais, o estilo de vida diferenciado que faziam com que o grupo dos “recém-chegados” sofresse esse rechaço social. No caso dos MVMC, atualmente, as relações econômicas são predominantes à medida que o ingresso de um novo Comunheiro nas Comunidades de Montes modifica o montante financeiro recebido pelo restante do grupo. O trecho descrito abaixo evidencia a opinião de uma Comunheira sobre a importância dos MVMC.

Recebe dinheiro sem fazer nada. Querem dinheiro e nada mais.
(Entrevistado 28, MVMC Saldanxe, A Pastoriza, 2014.)

O fragmento apresentado nos remete às mudanças ocorridas em relação ao uso dado aos MVMC. Antes da apropriação destas áreas pelo Estado a terra era elemento de trabalho e, atualmente, pelas próprias características destas localidades passou a gerar renda pelo arrendamento, concessão de uso, dentre outros, o que influencia diretamente nas relações construídas entre os usuários.

As diferenças de aceitação social se comportam de acordo com o número de pessoas que conformam o grupo, pelos laços pré-existentes e as características dos grupos já estabelecidos. Nesse sentido, nas comunidades mais isoladas e com número pequeno de Comunheiros, os “recém-chegados” possuem maior grau de dificuldade em se integrar. Isso ocorre pelo fato de o isolamento implicar no fortalecimento dos laços e também na homogeneização das características dos Comunheiros e na maior aversão às mudanças sociais. Ou seja, o número de pessoas e a composição social influenciam diretamente no estabelecimento de Laços Fracos ou Laços Fortes na perspectiva de Granovetter (1973, 1983 e 2007).

Essa perspectiva classificada como Laços Fracos pode ser aplicada aos MVMC Galegos, na figura dos neo-rurais, já que sua inserção nas Comunidades de Montes tende a provocar debates acerca da necessidade de inovações no que tange, principalmente, aos projetos produtivos e os formatos de gestão. Em contrapartida, as relações estabelecidas pelos indivíduos que compõem uma configuração de Laços Fortes sobressaem e dificultam o processo de inovação proposta pelo outro grupo. Estas propostas dos neo-rurais se relacionam com novas demandas para o rural, como turismo rural e diversificação de atividades produtivas. O que se observou é que estas ideias remetem numa nova maneira de pensar o rural, integrada as novas perspectivas de desenvolvimento rural, o que contrapõe a visão mais tradicional dos antigos Comunheiros.

Deste modo, como assegura Granovetter (1973, 1983 e 2007), embora os Laços Fracos sejam imprescindíveis na construção dos processos de inovações, não significa que estes sejam aceitos. Ou seja, para que determinada comunidade adote uma ideia é necessário que haja sentimentos de identificação e confiança entre os membros da mesma, o que implica na construção de Laços Fortes. Assim, ainda que os “recém-chegados” possam contribuir com ideias para novos projetos sociais e produtivos destinados às áreas de montes, essas propostas

somente serão aceitas se legitimadas pelos antigos Comunheiros. A outra possibilidade de aceitação é o “novo Comunheiro”, com o passar do tempo, fortalecer os laços, dentro da Comunidade de Montes a partir da convivência cotidiana.

Assim, o que se percebe é que a forma como se dá a construção dos laços entre os Comunheiros, bem como, a conformação das redes construídas ao longo do tempo, aporta mais ou menos dificuldades nos acordos coletivos e na gestão dessas áreas. O tópico a seguir explicita a percepção dos Comunheiros acerca gestão das áreas comunais nas comunidades pesquisadas. As configurações destas relações entre os Comunheiros são fortemente influenciadas pelo formato de gestão característico destas áreas, determinado, na maior parte das vezes, pelas normativas estatais. Deste modo, o próximo tópico se dedica a evidenciar aspectos formais que orientam o reconhecimento das áreas como MCMC e seus desdobramentos em relação à tomada de decisões coletivas no grupo.

2.7. “Ovelha de muitos, comida de lobo”: a gestão das áreas de recursos comuns na Galícia

Ao se falar em áreas de uso comum, uma preocupação recorrente é a forma de gestão empregada pelos usuários e os conflitos daí derivados. Um estudo muito discutido é o apresentado por Hardin em que o autor evidenciava uma descrença nos acordos coletivos, ressaltando a prevalência da lógica autocentrada que faria com que os indivíduos agissem contra o interesse coletivo, o que, por sua vez, acabaria por provocar a escassez dos recursos de uso comum. Considerando esta perspectiva, muitos trabalhos desenvolvidos tendo como referência a utilização de recursos comuns, dentre eles, destacam-se os de Ostrom (2009 e 2013) evidenciaram que a visão de Hardin estava, comprovadamente, superada. O grande destaque apresentado por estes novos estudos são os modelos de gestão empregados na administração dos recursos utilizados de forma coletiva, em que sobressaem as regras e acordos criados pelos grupos de usuários.

Assim, esta parte do trabalho traz à tona aspectos da criação e gestão empregada nas áreas de uso coletivo do território galego. Considerando para tanto, as relações entre Comunheiros e organizações formais, apresenta como se organizam os grupos de usuários e os demais envolvidos com este tipo de propriedade. O esquema a seguir apresenta modelo de formal para definir uma área como MVMC.

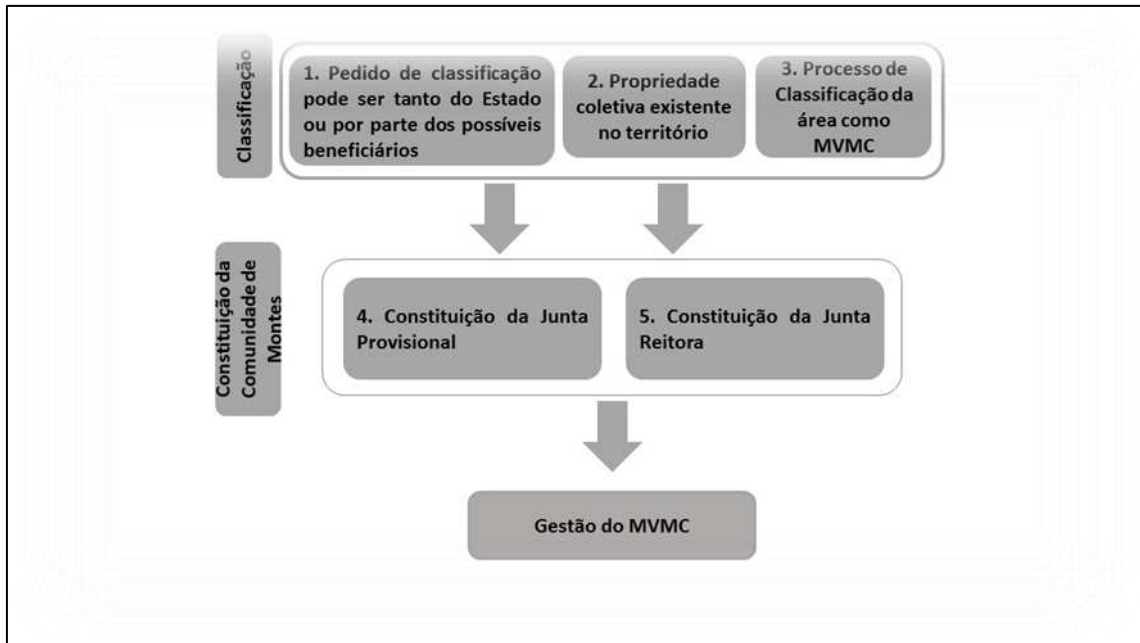


Figura 07. Processo formal de constituição de um MVMC

Fonte: Elaborada pela autora, 2016

Como exposto no esquema, para que uma área seja reconhecida como MVMC são necessários basicamente dois processos: o de classificação e o de constituição da Comunidade de Montes. A classificação de determinada área como MVMC é regulamentada pelo Título II da Lei 13/1989, art. 9-13 e o Título III do Regulamento (Decreto 260/1992, art. 13-31). A iniciativa de pedir esta classificação pode ser tanto do Estado ou por parte dos possíveis beneficiários. Em ambos os casos o Estado determina um representante institucional denominado “Xurados Provinciais de Clasificación de Montes Veciñais” para realizar os procedimentos necessários. Caso este representante emita parecer favorável, ou seja, reconheça aquela área como sendo uma área de MVMC, é feito o registro de propriedade atribuída à Comunidade de Montes. Uma vez classificada como MVMC a área passa de propriedade da Comunidade de MVMC, que também será responsável pela sua administração, desfrute e disposição, tendo plena capacidade jurídica para o cumprimento dos seus fins.

A constituição da Comunidade de Montes, por sua vez, é regulamentada pelo Título III da Lei 13/1989, art. 14-20 e pelo Título IV do Regulamento (Decreto 260/1992) art.32-47. Assim, no prazo de três meses se constitui uma “Associação Provisória” denominada “Junta Provisional” composta por um mínimo de três membros eleitos entre os possíveis beneficiários, ou seja, aquelas pessoas que residem habitualmente dentro da área geográfica que está inserido o MVMC. Esta “Junta Provisional” é encarregada, dentre outras coisas, da

gestão do monte, da elaboração de uma lista provisória de possíveis Comunheiros e da redação e aprovação do Estatuto da Comunidade de Montes.

Após estes procedimentos iniciais esta “Associação provisória” convocará os possíveis Comunheiros para a aprovação definitiva da lista de Comunheiros, bem como, o estatuto. Além disso, neste momento se elege os membros para ocupar cargos da associação definitiva. A estrutura básica de funcionamento das associações são:

-Assembleia Geral: que deverá ser convocada no mínimo uma vez ao ano.

-Associação de Comunheiros: Para realizar a gestão dos MVMC, é necessária a criação de uma associação formal dos usuários. Esta entidade é responsável por facilitar o diálogo com agentes do Estado e também a tomada de decisão entre o grupo de usuários, sobre questões ligadas diretamente a estas áreas. As associações são, geralmente, formadas por presidente, secretário, conselho fiscal, suplentes e o quadro de associados. Estas entidades têm certa capacidade de decisão, principalmente, pelos estatutos que regulamentam seu funcionamento e descrevem as obrigações e os direitos dos Comunheiros, sendo os mesmos guiados pelo disposto na legislação específica que regulamenta estas áreas.

Ainda sobre a gestão destas áreas alguns pontos merecem destaque, sendo um deles, a forte intervenção do Estado que interfere nas áreas dos MVMC, sobretudo, nas questões legislativas. Como garante Leiceaga *et al* (2006), as normativas presentes na legislação respeitaram a questão da titularidade “privada” dos usuários, mas também está fortemente influenciada pelo peso da história, das normativas anteriores, pela necessidade de inovar para se adaptar às novas circunstâncias. Os autores descrevem as principais disposições da lei:

- Intervém no tipo de usos sobre a superfície do monte;
- Intervém na execução dos aproveitamentos, como por exemplo, as licenças e a aprovação dos planos técnicos ou dos projetos de ordenação para os investimentos florestais, ou aproveitamento no âmbito da pecuária;
- Assume a gestão cautelar do monte em caso de extinção ou desaparecimento da associação, quando a Parroquia não tem feito uso da propriedade;
- Assume a gestão por meio da realização dos correspondentes convênios³³ ou consórcios;

³³ A Lei de Montes de Galicia 7/2012 introduz importantes modificações a este respeito, estabelecendo a fim deste tipo de acordos de gestão em de agosto de 2016 (prorrogada posteriormente a sua duração até 2017) sem que a data de hoje a Administração florestal tenha estabelecido o novo marco que vai substituir este modelo de gestão pública conveniada.

- A Lei de MVMC estabelece que o destino do 15% dos rendimentos devem ser para investimento no monte, e posteriormente a Lei de Montes de Galícia (7/2012) eleva esta taxa de reinvestimento até o 40% dos ingressos
- Exerce sanção em caso de infração cometida pelas associações;

Quando se analisa, especificamente, o caso dos MVMC foco deste estudo, esta configuração apresenta problemas relacionados com as dificuldades internas para chegar aos acordos coletivos, o que em certa medida, foi evidenciado nos relatos dos entrevistados em diferentes comunidades por meio da frase “*Ovelha de muitos, comida de lobo*”, ao fazerem referência sobre as dificuldades em relação à gestão das áreas por se tratar de empreendimento coletivo. A frase ressaltada por diferentes Comunheiros nos remete uma lógica contrária à defendida por Ostrom em seus diferentes estudos, à medida que na visão dos Comunheiros a gestão das propriedades de uso comum se torna fragilizada justamente por demandar de tomada de decisão coletiva. Quer dizer, sobressai, neste caso, uma lógica autocentrada e individualizada.

Este fato se justifica pela desarticulação da sociedade tradicional e também de suas instituições (construídas sobre a lógica de um modelo de produção específico) em que era fundamental a tomada de decisão coletiva. Nesse sentido, os montes foram devolvidos, mas numa sociedade completamente distinta daquela existente nos anos 40-50, na qual, o processo de perda de população e as mudanças no modelo produtivo tão relacionadas ao monte inviabilizam, em alguns casos, e dificulta em outros, a tomada de decisões no âmbito coletivo, tornando necessário a criação de novas regras e novos usos. A sociedade galega perdeu a memória do agir coletivo, que curiosamente foi um dos pilares do funcionamento do modelo produtivo tradicional. Ou seja, existem dois problemas: perda da capacidade de agir coletivamente e as regras de funcionamento e os usos tradicionais não se adaptam as demandas da sociedade atual.

Para Leiceaga *et al* (2006) a devolução dos montes pelo Estado às Comunidades de Montes não supôs um aumento de capital social, e tampouco, das habilidades dos usuários para resolverem problemas de forma coletiva, que segue dependendo, em grande medida, de subgrupos ou algumas lideranças dinamizadoras do conjunto comunitário. Os fragmentos apresentados a seguir exemplificam esta situação.

O monte comunal funciona se funcionar a diretoria da associação.
(Entrevistado 33, MVMC Buio, 48 anos, Viveiro, 2014)

Pelo monte não há conflito. Resolve tudo o presidente. (Entrevistado 26, MVMC Saldanxe, A Pastoriza, 44 anos, 2014)

Os trechos apresentados evidenciam uma falta de interesse por parte dos Comunheiros em relação à gestão das áreas dos MVMC. Este fato pode estar relacionado à inexistência de uma dependência primária em relação aos recursos oferecidos pelos montes. Significa dizer que, atualmente, os usuários não dependem destes recursos para viver que são vistos como complemento a outras atividades mais rentáveis. Além disso, os idosos percebem o MVMC como algo conflituoso devido à infinidade de problemas gerados pela administração franquista.

Na maior parte dessas comunidades acontece apenas uma assembleia anual, em ritual meramente formal. Observou-se também que não existem praticamente sucessões nas mesmas. Ou seja, determinado membro da associação deixa de ser presidente e em segundo mandato passa a ser secretário, fazendo com que a rotação de cargos administrativos aconteça entre a própria diretoria. Não raras vezes, encontrou-se diretorias, basicamente, com a mesma conformação desde a fundação da associação.

A composição e as características internas das comunidades e da região (envelhecimento, vazio demográfico e o próprio dinamismo interno), e as políticas agrárias contribuem para uma terceirização das atividades relacionadas aos MVMC (LEICEAGA *et al*, 2006). Assim, as Comunidades de Montes, geralmente, repassam a uma entidade privada a administração das áreas de gestão indireta, que tem como características, na maior parte das vezes, as plantações florestais. O fragmento a seguir evidencia esta questão.

Administramos tudo através de uma empresa contratada (Servitec). Com essa empresa nós deixamos de fazer os trabalhos. Ela é encarregada por toda papelada. Digamos quando tem que ser renovada a associação Sempre temos que assinar ...dar autorização...o dinheiro geralmente são eles que conseguem, são contratadas para fazer o trabalho. (Entrevistado 12, Seceda, Folgoso do Courel, idade não declarada, 2014)

Se por um lado, terceirizar os serviços e tornar a gestão do MVMC indireta faz com que a tomada de decisão coletiva que permeia as áreas de uso comum, praticamente, deixe de existir, por outro lado, em grande parte do território galego, até mesmo pelas atividades desenvolvidas nestas áreas acaba sendo a única opção viável, ainda mais se considerarmos o envelhecimento da população e os vazios demográficos.

Dentre os públicos que se relacionam com os MVMC estão também as organizações de cunho representativo e político, a exemplo, Organização Galega de Comunidades de

Montes – ORGACCMM, que buscam lutar por reconhecimento público desses arranjos sociais, bem como, desenvolver uma articulação entre os diferentes setores rurais, além de evidenciar as problemáticas que giram em torno destas propriedades. O que se observou é que existe pouca sinergia entre as diversas entidades, principalmente, por possuírem objetivos bem diferenciados. Além disto, possuem um claro viés político entendendo os MVMC como peça na luta contra o sistema capitalista.

Como já demonstrado, as Comunidades de Montes, pelo seu perfil social, são deficitárias em capital humano, devido à baixa densidade demográfica. Segundo Leiceaga *et al* (2006), este déficit não impede que sejam desenvolvidas atividades nos montes, mas determinam, em certa medida, os usos e as formas de administração dos mesmos. Para os estudiosos, naqueles casos em que se realizam aproveitamentos coletivos administrados de forma direta, é necessário um número mínimo de Comunheiros que possuam habilidades neste formato de gestão e que conheçam as oportunidades que oferecem o campo institucional relacionado aos MVMC e saibam como aproveitar tais oportunidades.

Buscou-se evidenciar ao longo deste capítulo peculiaridades acerca dos MVMC ressaltando, principalmente, aspectos relacionados à conformação dos grupos de usuários e modelo de gestão empregado no uso do território. O próximo capítulo traz à tona a realidade da Resex Riozinho da Liberdade no Brasil, focando também estes aspectos especificidades locais.

CAPITULO 03. A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS COMUNS NA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE, ACRE, BRASIL

Este capítulo tem como objetivo discutir a utilização dos recursos de áreas comuns, considerando as perspectivas dos moradores da Reserva Extrativista Riozinho da liberdade, localizada no estado do Acre - Brasil. A escolha desta reserva extrativista para o estudo se deu pelo fato da pesquisadora já ter realizado trabalhos de diagnóstico socioeconômico nesta unidade que antecederam a pesquisa de doutorado. Esta aproximação prévia facilitou o desenvolvimento do estudo. Além disso, no contexto amazônico existe uma homogeneidade em relação às características das Resex(s) no que tange aspectos produtivos, ambientais, dentre outras questões.

O enfoque principal é sobre as formas de uso dos recursos comuns, as relações com o território e entre grupos de usuários, bem como, o modelo de gestão empregado tanto pelos moradores, quanto pelas entidades envolvidas com este empreendimento. O capítulo se apresenta subdividido em três seções, quais sejam: apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa, exposição de aspectos demográficos do estado do Acre, para que haja um maior entendimento sobre a realidade territorial em que está inserida a reserva extrativista. Aborda também sobre o processo histórico de criação das Unidades de Conservação brasileiras, principalmente as de usos sustentáveis, e por fim, resultados e discussões.

3.1. Metodologia

A pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no estado do Acre. Os dados que norteiam as análises deste trabalho foram coletados em três momentos distintos. O primeiro deles foi mediante aplicação de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), realizadas no mês de maio de 2013. Foram visitados quatro pontos estratégicos dentro da Unidade de Conservação para realização das oficinas, quais sejam, as comunidades de Igarapé Grande, Forquilha, Periquito, Mauricio Mappes. Como pode ser observado no Quadro 22 (apêndice), estiveram presentes nestes locais moradores de diferentes comunidades. As figuras a seguir demonstram a participação na aplicação de técnicas do DRP.



Figura 08. Imagens de momentos da realização do DRP realizado na Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2013

Fonte: Foto da Equipe de DRP, 2013

De forma complementar, para construção deste trabalho, utilizou-se da base de dados produzida a partir do termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade intitulado “Apoio ao Processo de Identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Sócio Produtivo em Unidades de Conservação Federais”, no qual foi realizado um censo com as 283 famílias identificadas como residentes na Resex, com aplicação de um questionário envolvendo questões que visavam a apurar aspectos demográficos, de acesso à infraestrutura e políticas públicas, produção e renda e sociabilidade e cultura.

Além disto, esta parte do trabalho baseia-se, de forma específica, em entrevistas com moradores da Unidade de Conservação, realizadas em fevereiro de 2015, como forma de entender detalhadamente aspectos relacionados à vivência destas famílias, a relação com o território, as relações construídas entre usuários, formas de gestão empregadas para utilização dos recursos naturais, dentre outras questões. O

Quadro 23 (apêndice), apresenta dados dos entrevistados. Vale ressaltar que esta foi a fase mais importante do trabalho de campo.

A realização da última etapa da pesquisa coincidiu com a comemoração dos 10 anos da criação da Unidade de Conservação, quando a pesquisadora teve a oportunidade de participar das diferentes atividades realizadas pelos moradores da Resex e ICMBio. As atividades desenvolvidas foram: planejamento estratégico da Associação de Moradores - Asareal, construção da linha do tempo com participação de diferentes instituições, torneio de futebol e festividades de carnaval.

Por fim, foram utilizados também, dados secundários oferecidos por órgãos de estatísticas, como IBGE, dentre outros, que teve como objetivo compor as informações referentes ao estado do Acre.

3. 2. O Estado do Acre

O estado do Acre integra a região Amazônica e está situado no extremo oeste brasileiro sendo formado por 22 municípios. Este estado brasileiro possui uma população de 803.513 habitantes distribuída numa área 164.123,739 km², ou seja, apresenta uma densidade demográfica de 4,47 hab/km². Entre 2000 e 2010, a população acreana cresceu a uma taxa média anual de 2,78%. Foi a última grande área a ser incorporada ao território brasileiro. Anteriormente, essa área pertencia à Bolívia e uma pequena parte era reivindicada pelo Peru. Foi com a Revolução Acreana, em 1902, que a disputa pelas terras entre Brasil e Bolívia tomou uma proporção maior. Ao longo da revolução, o Acre foi proclamado como república por três vezes, mas somente com o tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia, que os bolivianos abriram mão do território em troca de terras do Mato Grosso e por cerca de dois milhões de libras esterlinas, além da construção da ferrovia Madeira-Mamoré (GUERRA, 2002).

Assim, em 1904, o Acre foi incorporado como território brasileiro, Guerra (2002) comenta que o território só se integrou ao Brasil devido à importância da borracha, sendo a grande propulsora do desenvolvimento e valorização desse território. A figura a seguir mostra a localização do Estado no território brasileiro.

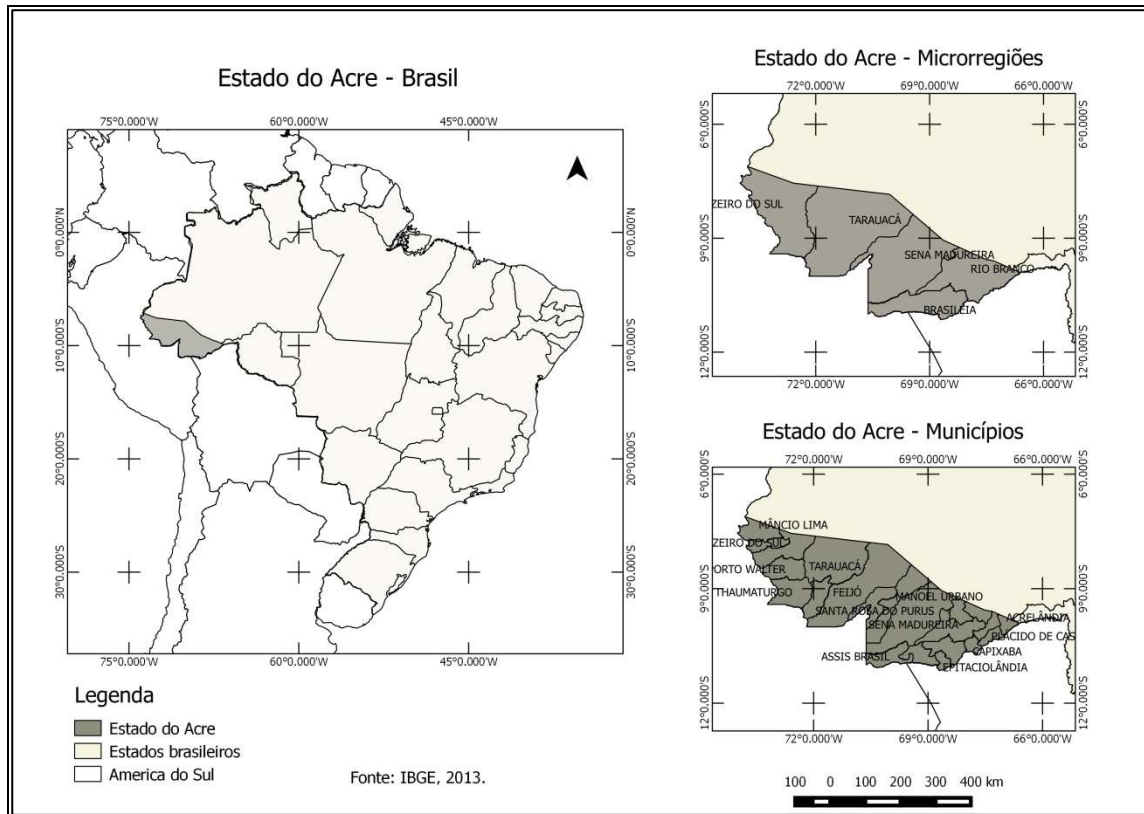


Figura 09. Localização do estado do Acre no Brasil, 2016

Fonte: elaboração própria, 2016.

Assim, falar sobre ocupação e a formação do estado do Acre é preciso resgatar os ciclos de ocupação da região amazônica. Segundo Klein (2013), a Amazônia durante os ciclos da borracha recebeu um grande contingente de trabalhadores nordestinos, esse movimento migratório teria se direcionado, sobretudo, para a região do Acre que, no século XIX, era considerado como a principal zona de produção da borracha no Norte do Brasil. Como explica o autor, na segunda metade do século XIX, a Amazônia configurava-se no contexto nacional como um território que precisava ser ocupado, o que fez com que um movimento de incentivo à sua ocupação fomentasse a imigração.

Silva (2004) complementa estas informações ao explicar que a formação econômica acreana se deu nesse contexto de expansão do extrativismo da borracha do final do século XIX. Esse processo foi favorecido pela valorização da borracha no mercado externo, no decorrer do século XIX, sendo estabelecidas nessa época políticas de incentivo à migração para aquela região (GUERRA, 2002).

Oliveira *et al.* (2012) mostram que com o fim dos anos dourados do primeiro ciclo da exploração da borracha, em 1912, a demografia da região passa por modificações, ao passo que muitos seringueiros foram obrigados a voltar para suas regiões de origem. No entanto, uma parcela considerável dos habitantes da área passou a viver de diferentes formas de

subsistência, a exemplo, do extrativismo de castanha-do-brasil. Os autores argumentam também que em 1942 acontece a retomada da extração da borracha, devido a uma negociação ocorrida entre Brasil e Estados Unidos, resultando em um acordo político entre os dois países. Assim, houve por parte do governo federal, mais uma vez, uma nova política de incentivo à migração com o objetivo de suprir a mão de obra necessária para a atividade extrativa, os chamados “soldados da borracha”. No entanto, como argumenta os autores, com o fim da segunda guerra, em 1945, a demanda norte-americana diminui fortemente. Diante do novo cenário de estagnação, aproveitando-se da discussão desenvolvimentista que ganhava espaço no contexto nacional, representantes da elite e parlamentares amazônicos começaram a pressionar o governo para que a região amazônica fosse inserida na agenda de desenvolvimento do país. Na constituição de 1946 foi inserida a exigência da criação de um plano de valorização regional.

Nessa fase, segundo Fernandes (2011), inicia-se uma nova institucionalidade no território Amazônico, que visava a sanar elementos históricos que se apresentavam como entraves ao desenvolvimento da região. Oliveira *et al.* (2012) mostram que, como resultado desse movimento, foi criada a Comissão Especial de Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA.

Como explica Guerra (2002), o Acre passou por uma nova fase de ocupação incentivada pelo governo entre as décadas de 1960 e 1970, quando foram implementadas políticas de desenvolvimento e incentivo à ocupação e integração da Amazônia. A autora argumenta que a ideia era substituir as atividades extrativistas por atividades agropastoris. Em 1971, foram suspensos os financiamentos para os seringalistas, fato que forçou a maior parte a vender suas propriedades a preço baixo para saldarem suas dívidas. Até 1976 verifica-se no estado do Acre a intensificação de terras alienadas e uma concentração elevada de terras nas mãos de poucos proprietários. Essa fase deixou como herança uma ocupação desordenada do território além de incentivar atividades que causaram grande impacto sobre os recursos naturais, sobretudo, a pecuária.

Guerra (2002) mostra ainda que a ocupação das terras se deu em maior parte por grandes empresários, fato que gerou choques com as populações já instaladas nas áreas. Esses conflitos se estenderam até a década de 1980 e custaram a vida de importantes lideranças sindicais, como Chico Mendes.

É neste contexto de conflito que se intensifica o debate sobre desenvolvimento rural na Amazônia. O estado do Acre é apontado como propulsor das discussões sobre a

implementação das Reservas Extrativistas e de formas coletivas e comunitárias de uso dos recursos naturais, é neste contexto que é formado o termo “florestania”, numa alusão à defesa dos “povos da floresta”. O próximo tópico se dedica ao processo histórico de criação das Unidade de Conservação no Brasil.

3.3. O processo de criação de Unidades de Conservação no Brasil

Antes de apresentar aspectos formais da criação das reservas extrativistas se faz pertinente resgatar o debate acerca das relações simbólicas e do imaginário entre o homem e a natureza, focando, principalmente, nas discussões a respeito das áreas naturais protegidas, já que este trabalho tem como um de seus eixos entender os processos de desenvolvimento rural envolvendo o uso comunitário com destaque para áreas protegidas, como é o caso das Reservas Extrativistas brasileiras.

Assim, Diegues (1996) aponta, como um mito moderno, as áreas naturais protegidas serem consideradas, pelo ecologismo preservacionista, como paraíso, um espaço desabitado, e, sobretudo, que a natureza deve ser conservada virgem e intocada. Assim, o estudioso pondera que o modelo de criação de áreas naturais protegidas empregado nos países em desenvolvimento, em especial no Brasil, é uma herança dos países industrializados, a exemplo, os Estados Unidos. Nesse sentido, esse modelo preservacionista considera uma visão do homem como necessariamente destruidor da natureza.

O autor esclarece ainda que os preservacionistas norte-americanos, tendo como contexto histórico uma forte expansão urbana-industrial, propõem como modelo denominado “ilhas” de conservação ambiental, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem, necessitando que as áreas naturais protegidas se constituíssem em propriedade ou espaços públicos. Assim, na percepção de Diegues (1996) a concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, e a ideia central é de que mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural anteriores à intervenção antrópica. Desta forma, a única maneira de proteger a natureza era afastá-la do homem. Essa ideia foi transportada para outros países desconsiderando a existência de situações ecológicas, sociais e culturalmente distintas.

Diegues (1996) chama atenção para o caso do Brasil em que nas florestas tropicais, aparentemente vazias, são, na verdade, habitadas por populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais, portadores de outras culturas, de mitos próprios, e, principalmente, de relações com o mundo natural distintas das existentes na sociedade

urbano-industrial. Considerando ainda o caso brasileiro, o autor afirma que a legislação que prevê a criação de parques e reservas tem por intenção a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural, principalmente porque tais áreas foram em grande parte ecologicamente conservadas pelo modo de vida dessas culturas.

Nesse sentido, o estabelecimento de parques nacionais significou para essas populações o aumento de restrições no uso de recursos naturais, que inviabilizam sua sobrevivência. Indicando que os responsáveis por criar Unidades de Conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, desprezando a oportunidade de incorporá-las no projeto de conservação. Assim, ainda que essas populações sejam aceitas nessas áreas, as limitações impostas ao uso dos recursos naturais tradicionais, fazem com que os moradores migrem voluntariamente para outras áreas. (DIEGUES, 1996)

O surgimento das preocupações com as populações tradicionais é algo relativamente recente, e a evolução desta questão refere-se ao entendimento de que as áreas naturais protegidas podem ser encaradas como uma forma de conservar a diversidade não só biológica como também cultural. (DIEGUES, 1996).

Pode-se dizer que as primeiras instituições ambientais criadas pelo Brasil, surgem na perspectiva de uso dos recursos naturais como forma de acelerar o processo de desenvolvimento econômico e o progresso, porém levando em consideração alguns cuidados com a poluição e a preservação dos recursos. O viés preservacionista da década de 70 pode ser entendido como um dos resultados da Conferência de Estocolmo (1972). É constituído então no país um movimento ambientalista, formado por instituições e agências do governo, as quais se posicionavam ora em um mesmo campo, ora em campos opostos. O antagonismo desses atores era materializado na pressão por maior fiscalização das indústrias por parte das instituições, como forma de combater a degradação ambiental. Já ao que corresponde a premissa da preservação da natureza, tanto as instituições, quanto as agências de governo se posicionavam em sentido similar. Com a crise do modelo desenvolvimentista, o movimento se fortalece, conquista parte da opinião pública nacional e ganha apoio de ONG's internacionais. (ALONSO 2007, COSTA & MACIEL 2007).

O cenário mundial da década de 80 é marcado pelo início das ideias sobre economia ambiental, tentativas de valorar os prejuízos causados à natureza devido à exploração dos recursos. No Brasil, os grandes impactos e os desastres socioambientais provocados pelas indústrias chamam atenção e reforçam o papel ambientalista. Como Jacobi (2003) ressalta, o entendimento da necessidade de inserção da questão ambiental nos debates políticos era

apropriado por apenas uma parte da sociedade civil, sendo que o reconhecimento da causa pelas camadas menos favorecidas da sociedade só era percebido nas populações que diretamente sofriam com os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento, e mesmo assim com certo afastamento do movimento ambiental. Isto é, assim como outras demandas sociais não eram incorporadas às reivindicações dos movimentos ambientalistas, a questão ambiental não era prioridade para os movimentos sociais (ALONSO 2007, COSTA & MACIEL 2007).

Para o movimento ambientalista, a década de 80 se destaca pela sua aproximação com a política brasileira. Seja no sentido indireto com a maior inserção da questão ambiental na opinião pública, de forma direta com a participação de pessoas ligadas ao movimento no cenário político. Nesse período, o discurso ambiental ganha mais espaço entre várias organizações públicas e privadas. A expansão do movimento ambientalista da década de 80 pode ser observada no Brasil, tanto em número de integrantes, quanto em modo de ação. As regiões Sul e Sudeste concentravam a maior parte de pessoas vinculadas à causa ambientalista, com a expansão do discurso verde dos anos 80, são criadas organizações em outras regiões do país. A postura do movimento também evolui, de uma perspectiva mais protecionista passando a se dedicar a estratégias e alternativas de conservação e recuperação de ambientes já degradados. Ou seja, é na década de 80 que a questão ambiental é inserida de vez nos movimentos sociais, conformando uma vertente socioambiental, que enxerga a necessidade de inserir práticas alternativas com caráter sustentável aos modelos de desenvolvimento (ALONSO 2007, COSTA & MACIEL 2007).

Os processos de redemocratização, a Constituinte e a Rio 92, se apresentam como oportunidades políticas que moldaram a identidade do movimento ambientalista no país. Inicialmente, transformando manifestantes em ativistas e depois articulando estratégias para ação desses grupos e, por fim, estabelecendo um equilíbrio e união da luta desses grupos. De forma geral, com a discussão de Alonso, Costa & Maciel (2007), é possível observar que as oportunidades políticas foram os principais agentes estruturantes do movimento ambientalista no país.

Neste contexto favorável ao discurso ambientalista e de criação de áreas protegidas, considerando a presença das populações tradicionais, é que as Reservas Extrativistas foram regulamentadas pelo Governo Federal, pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1991, tendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como o órgão gestor (CAVALCANTE, 1993; SOUZA, 2010).

Esse processo de criação das Reservas Extrativistas no Brasil que, atualmente, integra o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como salienta Cunha *et al.* (2009), contou também com a participação decisiva do Movimento Sindical Acreano, liderado por Chico Mendes, e do Movimento Seringueiro, que dentre outras reivindicações lutavam pelo reconhecimento da identidade seringueira. O movimento ganhou força externa e teve o apoio de outros atores sociais, como as organizações não governamentais, igreja católica e outros movimentos de luta pela terra provenientes da Amazônia. Dessa forma, como explicam os autores, a demanda dos seringueiros por uma reforma agrária específica “foi inserida na estrutura legislativa brasileira na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas (Portaria 627 do INCRA de 30/07/1987), e posteriormente, por meio do Decreto n.98.897 de 30/01/1990, na figura de Reservas Extrativistas, vinculadas ao Ibama” (CUNHA *et al.*, 2009, P.175).

Inicialmente, a reponsabilidade de criar e administrar estas áreas ficava a cargo do IBAMA. Contudo, com a promulgação da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, esta função de criação e gestão das áreas protegidas no Brasil foi assumida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão criado pelo governo federal para administrar as Unidades de Conservação do país. A partir de então, o IBAMA passou a atuar nessas áreas apenas como fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento (SOUZA, 2010).

Segundo informações do portal do ICMBio, este órgão é considerado uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental destas unidades federais.

Quadro 13. Definições das modalidades de Unidades de Conservação no Brasil, 2015

USO SUSTENTÁVEL	DESCRIÇÃO	PROTEÇÃO INTEGRAL	DESCRIÇÃO
Área de Proteção Ambiental	Áreas extensas, com certo grau de ocupação humana dotada de atributos naturais e culturais importante para a qualidade de vida da população.	Estação Ecológica	Área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares cujo objetivo é manter os ecossistemas naturais.	Reserva Biológica	Área destinada à preservação da diversidade biológica, onde podem ser efetuadas medidas de recuperação de ecossistemas.
Floresta Nacional	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, o objetivo é o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica.	Parque Nacional	Área destinada à proteção dos ecossistemas e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental.
Reserva Extrativista	O objetivo principal é proteger os meios, a vida e a cultura de populações tradicionais, ao mesmo tempo que assegura o uso sustentável dos recursos naturais.	Monumento Natural	Área que tem como objetivo básico a preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica
Reserva de Fauna	Área com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas.	Refúgio de vida Silvestre	Ambiente natural onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Reserva de Desenv. Sustentável	Onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis		
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada criada para proteger a biodiversidade a partir de iniciativa do proprietário.		

Fonte: SNUC, 2016

No Brasil existem 322 Unidades de Conservação federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Elas estão distribuídas em todos os biomas brasileiros - Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho. Estas

Unidades de Conservação podem ser classificadas em dois tipos, quais sejam, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de proteção integral são classificadas em cinco categorias, conforme Quadro 13. Seu intuito principal é a manutenção dos ecossistemas sem as alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. As Unidades de Uso Sustentável (apresentadas no mesmo quadro) por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas.

Assim, existem sete categorias de UCs de Uso Sustentável, que compreendem desde territórios exclusivos para populações tradicionais consolidarem um manejo sustentável de baixo impacto, privilegiando suas formas de conhecimento, até amplas áreas já urbanizadas, nas quais o estabelecimento de uma Unidade de Conservação pode contribuir para o zoneamento, manejo adequado dos remanescentes florestais e cumprimento das leis ambientais (SNUC, 2016). Neste trabalho, o foco principal são as reservas extrativistas, que como define o ICMBio (2016).

São áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Sua criação visa a proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público.

As reservas extrativistas podem ser entendidas como territórios destinados a assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger o meio de vida e a cultura das populações tradicionais das florestas. A maior concentração destas Unidades de Conservação encontra-se no bioma amazônico, representando mais de 17% do total de unidades de Conservação de Uso sustentável, ocupando uma área de 718.735 km², como pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 14. Área das Unidades de Conservação por bioma, 2015

Biomias	Proteção Integral (em Km ²)	%	Uso Sustentável (Em Km ²)	%
Amazônia	417.569	9,9	718.735	17,1
Caatinga	9.849	1,2	53.599	6,5
Cerrado	62.636	3,1	111.968	5,5
Pantanal	4.404	2,9	6.947	4,6
Mata Atlântica	28.196	2,5	82.453	7,4
Pampa	616	0,3	4.249	2,4
Área Marinha	4.738	0,1	0	0
Total	528.008		977.951	

Fonte: SNUC/MMA, 2015.

Fadigas & Garcia (2010) asseguram que dentre os instrumentos de gestão dos recursos naturais adotados pela Política Nacional do Meio Ambiente, as Unidades de Conservação têm se destacado pela inserção dos processos participativos em suas etapas de criação, implantação e gestão. Principalmente, no caso das reservas extrativistas, categoria que têm a participação como um princípio essencial. Estas peculiaridades se concretizam na própria história das reservas extrativistas frutos de um imenso processo participativo. Como bem argumenta Cunha (1992), as reservas extrativistas são, portanto, produto da luta dos seringueiros da Amazônia.

Na verdade, a criação de reservas extrativistas representa um marco para o próprio Sistema Nacional de Conservação à medida que pressupõe a preservação da biodiversidade, com a participação ativa das comunidades que, historicamente, a integram, rompendo com as visões que, assentadas no princípio do preservacionismo puro, preconizam a intocabilidade dos recursos (DIEGUES, 1996).

O autor argumenta ainda que além de combinar o uso produtivo dos recursos florestais com a sua conservação, as reservas extrativistas visam assegurar o direito histórico das populações extrativistas ao seu território, bem como propiciar formas sustentáveis de uso dos recursos naturais presentes no próprio sistema tradicional dos povos da floresta. Muitos estudiosos reconhecem que a extração de produtos florestais praticada na Amazônia, ao longo do tempo, pelas populações tradicionais (seringueiros, ribeirinhos e índios) deriva de “um modelo moderado de uso da floresta, com um nível muito baixo de perturbação ambiental para o ecossistema, podendo ser uma alternativa interessante para o desenvolvimento da Amazônia” (DIEGUES, 1996 p.30).

Pode-se perceber, enfim, que a implementação das reservas extrativistas na Amazônia se insere num campo complexo, em que o que está em questão não é tão somente a adequação

aos padrões sustentáveis preconizados e a serem alcançados. A questão fundamental parece ser a necessidade de conhecer as trajetórias dos atores sociais, para que estes, numa perspectiva de Sen (2000) sejam agentes do seu desenvolvimento e tenham suas liberdades ampliadas, o que não nega a perspectiva sustentável, mas insere os atores sociais como principal elemento a ser considerado.

As reservas extrativistas são constituídas por grupos sociais comumente categorizados como tradicionais e reconhecidos como tais pelos vínculos sociais, simbólicos e culturais existentes entre os indivíduos e o território em que vivem. Em certa medida, os grupos extrativistas da região amazônica, vivem ou deveriam viver da apropriação dos recursos naturais definidos num regime de propriedade comum. A categoria povos e comunidades tradicionais é conceitualmente definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, regida pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabelece que são povos que tem cultura própria e se reconhecem como tal, possuem organização social própria ; ocupam e utilizam recursos naturais como parte de sua identidade; vivem baseados em conhecimento , inovações e práticas tradicionais; sistema de exploração dos recursos naturais e adaptado às condições ecológicas locais; desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

3.3.1. A Resex Riozinho da Liberdade

Apesar de estar inserida em uma área que perpassa quatro municípios do Estado do Acre, a Resex Riozinho da Liberdade tem uma maior proximidade com Cruzeiro do Sul, sendo este município o segundo maior do estado. Este município se localiza no noroeste do estado do Acre e, em 2010, sua população residente era de 78.507 habitantes com uma densidade demográfica de 8,4 hab/km².

A criação da Resex Riozinho da Liberdade é regulamentada pelo decreto Nº 05, de 17 de fevereiro de 2005. Em seu interior residem 283 famílias, o que configura aproximadamente 1.328 residentes, ocupando uma área de 325.602 hectares. A Figura 10 seguinte apresenta os limites geográficos.

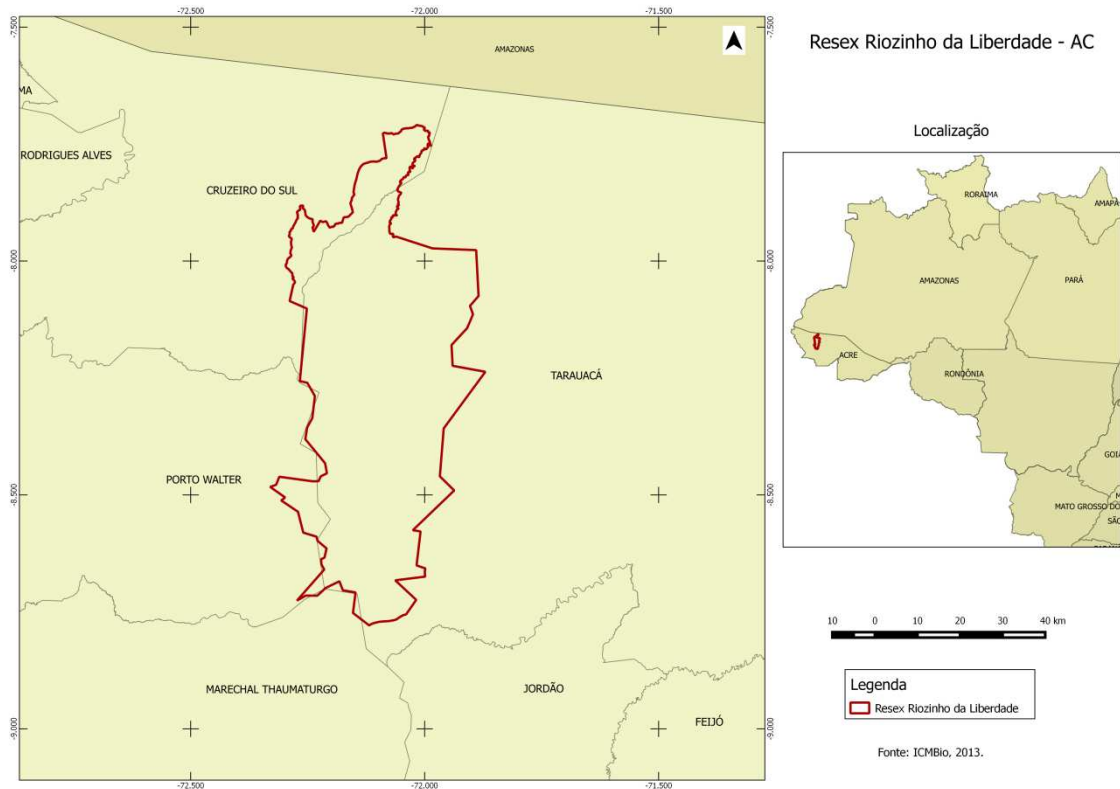


Figura 10. Mapa da Reserva Riozinho da Liberdade tendo como referência o Estado e os municípios de inserção, AC, 2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Um ponto importante na análise das relações dos residentes com a Resex, e que, por sua vez, fundamenta suas formas de sociabilidade, é que 99,65% das famílias vivem dentro da Resex, o que indica uma relação de dependência econômica e social dos recursos oferecidos por este território. Além disso, existem nesta reserva fortes relações de parentesco entre seus beneficiários. Nesse sentido, cerca de 80,5% dos beneficiários, segundo dados do levantamento de 2014, afirmaram que aprenderam a ser extrativistas no contato familiar, ou seja, no processo de construção das relações familiares e de vizinhança mediadas pela apropriação dos recursos naturais nessa região da Amazônia. Na Resex Riozinho da Liberdade estão contidos ainda grupos sociais que têm como especificidades a gestão partilhada dos recursos naturais, com singularidades próprias quanto à ocupação e usos do espaço, sendo que a sociabilidade nesse território se dá muitas vezes pelas relações de vizinhança e familiares que se fortalecem, quer seja pelo formato de utilização dos recursos naturais e dos processos produtivos, quer seja na organização social com vista à gestão do espaço coletivo. A Figura 11 apresenta imagens da Resex Riozinho da liberdade.



Figura 11. Imagens da Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2013

Fonte: Fotos da equipe de DRP, 2013

Os dados do levantamento censitário realizado evidenciam também que para garantir a manutenção da família os usuários da Resex utilizam uma mescla entre agricultura para autoconsumo, o extrativismo vegetal e a pesca. Nesse sentido, o sistema de agricultura realizado pelas famílias na Resex Riozinho da Liberdade é o denominado de “Roça de Toco³⁴”, como em toda a região amazônica e em boa parte do Brasil. Segundo Siminski & Fantini (2007), trata-se de uma tradição milenar utilizada pelas populações indígenas, sendo assimilada posteriormente pelas populações remanescentes de processos de colonização. Para os estudiosos, esse modelo ocorre de modo semelhante em diferentes partes do mundo, sendo particularmente comum na zona das florestas tropicais e subtropicais. Nas Roças de Toco observa-se o emprego da mão de obra familiar e também troca de dias entre os moradores. São plantadas culturas como mandioca, milho, feijão e algumas frutíferas como a banana, melancia. A cultura da mandioca é a mais significativa, sendo praticada pela totalidade das famílias. O plantio da mandioca e o processamento da farinha são as atividades com maior

³⁴ O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade (SIMINSKI & FANTINI, 2007)

peso econômico para as famílias e reproduzem laços sociais no momento da “farinhada³⁵” em torno do qual as famílias se reúnem. A Figura 12 traz exemplos de lavoura de mandioca e a unidade de processamento deste produto da Resex.



Figura 12. Lavoura de mandioca no sistema Roça de Toco e casa de farinha na Resex Riozinho da Liberdade, AC, 2013
Fonte: Fotos da equipe de DRP, 2013

A produção extrativista da Resex está pautada na retirada, principalmente, do açaí e do buriti, além, como já mencionado, da pesca. Mas, as famílias apresentam dificuldade na venda dos produtos extrativistas vegetais, principalmente, pela distância e alto custo de transporte para acessar o mercado consumidor. Essas restrições nas relações mercadológicas são, na opinião de Sen (2000), uma das mais sérias privações envolvendo a liberdade dos indivíduos, ou seja, limitam a capacidade que eles teriam de buscar seus próprios recursos. Desta forma, segundo o autor, os mecanismos de mercado podem expandir a renda, a riqueza e as oportunidades econômicas das pessoas, sendo um elemento importante porque representa liberdade de escolha, questão fundamental para o desenvolvimento. Assim, após a apresentação de aspectos que caracterizam a formação do Estado do Acre, bem como, da

³⁵ Trabalho de transformação da mandioca no subproduto farinha.

criação das Unidades de Conservação, e, especificamente da Resex Riozinho da Liberdade, os próximos tópicos evidenciam o modelo de ocupação nesta unidade e as relações constituídas entre os grupos de usuários.

3. 4. Do invisível ao visível: a transformação da área do Rio liberdade em Unidade de Conservação de Uso Sustentável

Este tópico busca evidenciar aspectos que antecedem a transformação da área do Riozinho da Liberdade em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, bem como a perspectiva dos moradores após a criação da reserva. Isto é, busca-se nessa seção ressaltar a importância das Unidades de Conservação de Uso Sustentável como modelo de ocupação e uso do território. Sendo assim, serão apresentados os contextos anterior e posterior à criação da Resex; também analisa as mudanças e perspectivas dos moradores frente à criação da unidade. Para que haja uma maior compreensão destas questões, inicialmente, pretende-se traçar um apanhado histórico das relações de trabalho que estas famílias possuíam com os donos dos seringais.

A maior parte dos moradores da Resex Riozinho da Liberdade são descendentes, sobretudo, de nordestinos que migraram para o Acre no final do século XIX para exploração da borracha. Araújo (2004) argumenta que no período dos ciclos da borracha, o monopólio da propriedade da terra pertencia aos patrões³⁶ e os territórios - os seringais³⁷ - eram divididos em colocações que abrigavam os trabalhadores e suas famílias. Como salientam os estudiosos, o patrão dominava o abastecimento do seringal por meio do barracão³⁸, onde estocava mercadorias (bens de consumo) como óleo, sal, querosene, tecido, munição, remédios, dentre outros. Os seringueiros³⁹ tinham o prazo de uma safra de produção de borracha para o pagamento das mercadorias adquiridas e obrigavam-se a comprar apenas do patrão, efetuando o pagamento em quilos de borracha. Essa relação ficou conhecida como sistema de “aviamento”. A relação de trabalho que se estabeleceu nesta região, era permeada por elementos que não favoreciam a autonomia dos trabalhadores (ARAÚJO 2004; SOUZA *et al.* 2007; MARTINELLO, 1985).

Para Martinello (1985), esse sistema em que as relações de produção eram baseadas no endividamento prévio e continuado das famílias residentes nos seringais, tornavam-se uma

³⁶ Donos das áreas de produção da borracha

³⁷ O seringal era a unidade produtiva e social da economia da borracha

³⁸ Pode ser descrita como sendo a sede administrativa e comercial existente em cada seringal

³⁹ Indivíduos que atuavam diretamente na retirada do Látex

amarra, sendo praticamente impossível que o seringueiro se libertasse da figura do “patrão”, relação esta que o transformava em prisioneiro do próprio trabalho, com escravidão pela dívida e isolamento na rotina de trabalho e vida na floresta.

Com a queda do preço da borracha no mercado ocorre a falência e desmonte dos seringais ocorrendo seu esvaziamento, obrigando parte da população concentrada no interior dessas áreas a mudar-se para as sedes dos municípios ou ainda, para as margens dos rios, como foi o caso dos moradores concentrados nas proximidades do Rio da Liberdade. (ISA, 2014). Esta população encontrava-se em vulnerabilidade e diante de intensos conflitos com madeireiros que visavam explorar os recursos daquele local e com os antigos donos dos seringais que não aceitavam perder as terras. Ou seja, a condição destes extrativistas era de extrema vulnerabilidade frente à pressão por partes destes agentes.

No ano de 1995, ocorre o primeiro levantamento socioeconômico das famílias que viviam na área do Riozinho da Liberdade e iniciam as discussões acerca da possibilidade daquele local se tornar uma Reserva Extrativista. Este processo se deu de forma truculenta, uma vez que a iniciativa da criação da Unidade de Conservação parte, sobremaneira, do poder público representado pelo IBAMA e algumas poucas lideranças locais. Ainda que algumas experiências acerca da criação de outras Reservas Extrativistas estivessem acontecendo no Acre, os moradores da área do Riozinho da Liberdade possuíam as mais diversas concepções sobre o assunto. Estas concepções foram construídas, primeiramente, por informações que circulavam informalmente, que nem sempre condiziam com os aspectos reais e legais da implementação destes empreendimentos. Esta situação acabou provocando resistência por parte da população local de que aquela área se transformasse em Unidade de Conservação. As narrativas a seguir evidenciam estas questões.

Foi discutido o que era Resex num linguajar que às vezes o seringueiro não entendia (Entrevistado 07, Comunidade do Perequito, Resex Riozinho da liberdade, Acre, 2015)

Se nós criássemos duas galinhas uma era do governo. Essa era a ideia passada. (Entrevistado 33, Comunidade União, Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2015)

Na minha frente tinha pastores dizendo que Resex era coisa do capeta do comunismo. Ai o Chico teve que ir na rádio explicar o que era Resex. (Entrevistados 33, Comunidade União, 33 anos Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2015)

A maneira de chamar as instituições (igrejas) era um pedido de socorro. Eu dizia Pastor me ajuda a explicar o que é uma reserva. (Entrevistado 30, Representante Institucional, Acre, 2015)

A partir das perspectivas dos moradores é possível perceber duas questões importantes em relação à criação da Resex Riozinho da Liberdade, a primeira corresponde a um conflito gerado pela interpretação equivocada das ideologias de conservação e preservação dos recursos naturais por influência dos empresários do ramo madeireiro e outros atores contra a criação da Resex. A segunda questão corresponde à condição de vulnerabilidade dos moradores após o fim do ciclo da borracha. Com o fim das atividades seringueiras, os moradores da Riozinho da Liberdade continuaram subordinados aos interesses dos proprietários.

Pode-se entender a perspectiva ambiental como forma de garantir a conservação da sociobiodiversidade, ou seja, no contexto das Unidades de Conservação tal perspectiva visava articular a conservação do meio ambiente e a existência de populações tradicionais. A partir das entrevistas, pode-se perceber que esse discurso, nos momentos de informação e conscientização da população que residia no Riozinho da Liberdade, sobre criação da Resex, foi repassado para os moradores das áreas do Riozinho da Liberdade de forma deliberadamente equivocada por parte dos atores sociais que eram contra a criação da unidade. Como forma de evitar a criação da Resex, madeireiros e antigos proprietários de terras, tentaram corromper o discurso conservacionista, no sentido de popularizar a ideia de que a criação da Resex iria dificultar a vida dos moradores. Assim foi inserido no imaginário dos moradores que a criação da Resex iria impedir que os mesmos praticassem suas ações cotidianas.

Diante destes impasses o processo de criação ficou parado sendo retomado no ano 2000. Em 2001 aconteceu a primeira audiência pública e somente em 2005 a área do Riozinho da Liberdade foi decretada Resex.

Assim, após o conflito inicial acontecido no momento que antecedeu à formalização da área do Riozinho da Liberdade como Resex, o discurso negativo foi sendo gradativamente substituído por pontos positivos na prática diária dos comunitários. Os trechos que seguem evidenciam as concepções dos moradores acerca dos aspectos de mudança alcançada após a criação da Unidade de Conservação.

Depois que passou ser reserva aumentou a **questão de visita de pessoas de fora**, como você está me entrevistando agora, antes não existia isso dentro da reserva, o pessoal não conhecia quem era quem. Quando chegava as pessoas ficavam todas espantadas porque não conhecia ninguém, aquele medo porque não conhecia não sabia de onde estava vindo, hoje não, na reserva existe um envolvimento muito grande com as pessoas para virem

darem palestras, as pessoas vêm conhecer. (Entrevistada 08, Comunidade Morro da Pedra, Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2015)

De primeiro a gente não vê as coisas que a gente vê hoje. Gente oferecendo curso, antes não havia isso. Antes de virar Resex era sem nada. No tempo do meu pai vivia da borracha, agora tem vários cursos, corte costura, hoje tem até filho meu fazendo curso”. (Entrevistado 02, Comunidade Bom Futuro, Resex Riozinho da Liberdade, 2015)

Percebe-se que os pontos ressaltados pelos moradores são principalmente a visibilidade no âmbito público (acesso a crédito, infraestruturas), o fortalecimento da organização social, interesse de outras organizações.

A criação desta Unidade de Conservação beneficiou os moradores da região integrando-os formalmente à rede de proteção do poder público. Essa integração ao poder público se dá uma que vez que, ao passarem à condição de beneficiários e residentes em um empreendimento público, passam também a serem portadores de direitos e deveres que a condição de residente em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável lhes atribui. Atualmente, existe por parte desta população uma clara definição do que é uma Unidade de Conservação, em especial, na modalidade Reserva Extrativista. Ainda assim, a consolidação deste tipo de empreendimento público demanda destas famílias o aprendizado de novos modelos de gestão, que considerem diferentes fatores, tais como as restrições ambientais. Assim, os próximos tópicos irão abordar aspectos relacionados à relação entre os moradores e a forma de gestão encontrada na reserva extrativista.

3.5. “Eu nasci e me criei aqui”: as relações construídas entre moradores na Resex Riozinho da Liberdade

A citação contida no título deste tópico, mencionada por diversas vezes pelos entrevistados, reflete as relações dos moradores da Resex Riozinho da Liberdade com o território. Deve-se considerar que essas famílias são povos da Amazônia, descendentes dos grupos que durante o período de ocupação do território se estabeleceram na região, e que, portanto, possuem uma lógica de relação com o ecossistema local que se manifesta nas atividades culturais e de subsistência ao longo das gerações. Ou seja, um vínculo com o território que se estabelece anteriormente à criação da Resex. Diante disso, percebe-se uma forte relação de parentesco e de vizinhança existente entre os moradores. Estas relações de parentesco se refletem inclusive na organização da produção na Resex e também na organização dos indivíduos em grupos sociais. Assim, considerando os conceitos propostos

por Granovetter, e utilizados como categorias analíticas nesta tese, pode-se dizer que para a situação encontrada na Resex Riozinho da Liberdade observa-se a conformação de grupos com Laços Fortes. O Quadro 15, apresentado a seguir, confronta a realidade da Resex Riozinho da Liberdade com as categorias apresentadas por Granovetter.

Quadro 15. Categorias analíticas propostas por Granovetter e a realidade da Resex Riozinho da Liberdade, 2015

Granovetter (Laços Fortes)	Resex Riozinho da Liberdade
Habitualmente participam de um mesmo círculo social	Relações de parentesco
Relações com alto nível de confiabilidade e influência	Laços de ancestralidade com o território
Identidade comum	Identidade comum: extrativistas
	Pouco fluxo de entrada e saída de moradores
	Vivem do extrativismo e agricultura de autoconsumo; troca de dias de trabalho entre os moradores

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Os dados da pesquisa evidenciaram que existe pouco fluxo de entrada e saída de moradores nesta Unidade de Conservação. As regras para o controle de entrada e saída de moradores se reproduzem tanto no âmbito formal, ou seja, nos acordos de gestão estabelecidos pelos moradores e o ICMBio, quanto se dão no âmbito informal, em que os próprios moradores são vigilantes locais na perspectiva de Ostrom (2013). Do ponto de vista de controle por parte dos moradores, os poucos problemas existentes relacionados a essa entrada e saída de indivíduos, estão associados às comunidades próximas a BR 364 e aos não beneficiários da Unidade de Conservação que utilizam seus recursos de pesca e caça, indicando certa dificuldade de controle de entrada de usuários externos na área.

No âmbito formal, o fluxo de moradores é controlado pelo Estado na figura do ICMBio, visando a garantir o acesso aos recursos apenas para os usuários legitimados. Os entrevistados, quando indagados a respeito dos atributos individuais para se tornarem moradores da Unidade de Conservação indicam aspectos como: existência de laços de parentesco, aceitação dos outros moradores e boa procedência, como pode ser visto nos fragmentos apresentados a seguir.

Para mim, essas pessoas, se ele quiser entrar na reserva, primeiro de tudo é que ele tem uma característica de ter respeito com os outros moradores que já moram na reserva, no caso se os moradores aceitaram tudo bem, se não aceitar, mas não tem direito de entrar sem autorização dos próprios moradores que já permanece na reserva. (Entrevistado 02, Comunidade Bom Futuro, Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2015)

Para a pessoa vir para cá e fazer parte da nossa vida tem que ser uma pessoa de bem, uma pessoa tranquila, não andar com bebedeira não andar com bagunça não querer violência se for uma pessoa normal ele pode entrar. (Entrevistado 18, Comunidade Miolo, Acre, Resex Riozinho da Liberdade, 2015)

Nesse sentido, outro ponto de transição que poderá trazer fortes impactos nesta Unidade de Conservação, no que concerne ao aumento no fluxo de usuários externos é abertura do ramal⁴⁰. As opiniões sobre esta questão são bastante divergentes. Se por um lado, os moradores analisam de forma positiva, à medida que pode facilitar o acesso à reserva e também barateá-lo, já que poderiam ser utilizados outros meios de transporte além dos barcos. Por outro lado, a construção do ramal pode facilitar a entrada de não moradores com interesse na apropriação de recursos naturais, como por exemplo, a caça.

Outro elemento importante de ser analisado são os laços dos moradores com o território. No caso específico desta Resex estes laços se conformaram antes mesmo desta área se tornar uma Unidade de Conservação fato que se evidencia ao considerarmos a relação entre o tempo de moradia e utilização dos recursos naturais na Resex, uma vez que, como explica Pereira e Diegues (2010), a utilização dos recursos naturais possui relação direta com a ocupação dos territórios. Assim, ao analisar a correlação entre essas duas variáveis, observou-se a que a média de residência é 30 anos para os representantes das unidades familiares, sendo que 42% deles residem na unidade a mais de 10 anos e destes, 23,3% nasceram dentro dos limites da Resex. Ao verificar o tempo de uso, obteve-se que 91,9% dos representantes das unidades familiares afirmam que utilizavam os recursos da unidade há mais de 10 anos, ou seja, mesmo antes da criação formal da Unidade de Conservação.

Assim, pode-se dizer que o uso dos recursos existentes no território é o principal meio de vida que as famílias possuem. Nesse sentido, deve-se entender que as famílias em questão, historicamente, vivem da agricultura de baixo impacto, caracterizada por pequenos roçados para o autoconsumo e paralelamente desenvolvem atividades extrativistas vegetais e pesqueiras. Essas atividades são indissociáveis e a relação com a terra é o elemento fundamental para identificá-los como povos tradicionais. A agricultura juntamente com a coleta de produtos vegetais e a pesca são as atividades que garantem o sustento das famílias e também a renda, que no caso da Resex Riozinho da Liberdade, muitas vezes é proveniente exclusivamente da venda da farinha de mandioca. Ou seja, essa unidade, assim como outras na Amazônia, é formada por famílias que articulam as atividades extrativistas com a

⁴⁰Via de acesso terrestre na reserva Termo que indica as estradas na Amazônia.

agricultura de baixa intensidade e a pesca, o que expressa fortes elementos dos povos tradicionais nessa região.

3. 6. O modelo de criação e gestão implementado na Resex Riozinho da Liberdade

Esta seção busca evidenciar o modelo de criação e gestão implementado na Resex Riozinho da Liberdade. Deste modo, antes de explanar sobre o caso específico desta Unidade de Conservação será apresentado o modelo comumente empregado na criação de uma reserva extrativista. Assim, é possível identificar três fases que devem ser cumpridas no processo de implantação de uma Reserva Extrativista, quais sejam, fase de criação, fase de implantação e fase de co-gestão, como evidencia o esquema apresentado a seguir.



Figura 13. Fases de criação e implementação de uma reserva extrativista

Fonte: Adaptado de FADIGAS & GARCIA, 2010.

De acordo com Fadigas & Garcia (2010), a criação de uma Reserva Extrativista pode se originar por meio de demandas dos povos extrativistas, ou por meio de instituições governamentais, como resposta a ameaças socioambientais em determinado território. Ou seja, como resposta a uma demanda social ou como iniciativa governamental, o principal objetivo da criação de uma Reserva Extrativista é garantir a preservação e conservação da sociobiodiversidade, assim como a reprodução dos modos de vida das populações que tradicionalmente ocupam estes territórios.

Sendo assim, um dos requisitos de grande importância na fase de criação das Reservas Extrativistas é a organização social da comunidade que busca a garantia do direito de uso dos recursos naturais desses espaços e responsável pela solicitação formal de sua criação. Nesse sentido, o nível de organização social se relaciona diretamente com a capacidade de apresentação e manutenção das reivindicações nos espaços deliberativos formais. No Brasil, não existem normativas para regularizar as formas de solicitação para a criação de uma Unidade de Conservação. A forma de solicitação mais recorrente é a por meio de abaixo-assinados dos interessados (FADIGAS & GARCIA, 2010).

As respostas dessas solicitações estão sob competência do ICMBio que é responsável pelo processo de avaliação dos pedidos e tramitação do processo administrativo de criação das Reservas Extrativistas. O ICMBio avalia os pedidos de criação desses tipos empreendimento por meio de estudo técnico que analisa sua viabilidade, por meio de diagnósticos dos aspectos relevantes do território e das comunidades envolvidas com a criação da reserva. Se os resultados desses estudos se mostrarem favoráveis o pedido é oficializado e é dado início ao processo administrativo de criação da reserva (FADIGAS & GARCIA, 2010).

Assim, como os estudos de viabilidade, também está sob a competência do ICMBio, realizar reuniões e consultas públicas com a população e demais atores envolvidos com a criação da reserva. Este processo de discussão com a população faz parte de uma exigência legal do processo administrativo de criação das Unidades de Conservação. Sendo assim, ICMBio realiza reuniões para escutar todos os envolvidos no processo, para que não se tenham dúvidas em relação ao interesse popular de criação da reserva. Estas reuniões e consultas públicas, por se caracterizarem como espaços deliberativos, devem se basear no princípio da informação, no sentido de deixar claro o que vai mudar após a criação da reserva, e no princípio da participação, para garantir que a opinião de todos seja levada em consideração. É nesse momento que a população tem a oportunidade de evidenciar suas vontades e seus interesses, frente a proposta de criação da Unidade de Conservação, assim como, nesses espaços de discussão e deliberação a população se torna mais próxima das instituições e dos demais atores envolvidos no processo. Fadigas & Garcia (2010), ressaltam que “as informações veiculadas durante as Consultas devem ser claras, inteligíveis e idôneas, de modo que todos tenham a oportunidade de tomar suas decisões” (FADIGAS & GARCIA, 2010).

A última etapa da fase de criação das Reservas Extrativistas, representa a legitimação e o reconhecimento das demandas da população, a qual se dá por meio de decreto oficial que confere legalidade jurídica e criação de fato da reserva. Sendo assim, é possível identificar na

fase de criação das Reservas Extrativistas etapas em relação à identidade da área enquanto potencial reserva, etapa em relação à organização social e etapas em relação ao processo institucional de legitimação da reserva. Após a constituição da Reserva Extrativista o ICMBio nomeia um técnico do seu quadro de funcionários para acompanhar e conduzir a Unidade de Conservação (FADIGAS & GARCIA, 2010).

A segunda fase, denominada de fase de implementação da reserva, é iniciada após o cumprimento formal das etapas da fase de criação, ou seja, logo após a legitimação da Reserva Extrativista. Esta fase possui como elemento de destaque, a formação do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, que tem por objetivo instrumentalizar a gestão compartilhada e participativa em diferentes esferas e entre as diversas instituições envolvidas nas questões da Resex. De acordo com informações contidas no portal do ICMBio, estes conselhos são deliberativos entendidos como órgãos de decisão. Ou seja, têm autoridade para analisar, intervir e propor ações em determinada política setorial e é indicado para gestão de Reservas Extrativistas. Estes conselhos são originados a partir da identificação dos atores governamentais e da sociedade civil que de alguma forma se relacionam com a Unidade de Conservação. Sendo assim, os conselhos podem ser constituídos por esse conjunto de atores e oficializados por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União. De acordo com o ICMBio (2016), os conselhos gestores possuem competência de:

- Elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- Buscar a integração da Unidade de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- Esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- Opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com o OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- Acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;
- Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

Segundo informações fornecidas pelo ICMBio, a Lei Nº 9.985/2000 estabelece que todas as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo como um documento técnico, que define o uso da área e o manejo dos recursos naturais. O Plano de Manejo tem como função definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação. O processo de elaboração dos Planos de Manejo é contínuo, e deve ser baseado no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma Unidade de Conservação e a região onde esta se insere.

Por sua vez, a Concessão de Direito Real de Uso é prevista no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, de forma específica em seu art. 7º, devidamente modificado pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, que dispõe:

É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

Como garante Miranda (2004), a Concessão de Direito Real de Uso deve, obrigatoriamente, atender a fins específicos, que segundo enumera o autor são: o de regularização fundiária de interesse social, de urbanização, industrialização, edificação, cultivo de terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

Os procedimentos relatados acima têm como objetivo fundamental facilitar a gestão compartilhada (co-gestão) da Unidade de Conservação, sendo a mesma prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985/00), que estabelece as regulações e critérios para definir os arranjos de gestão de áreas protegidas com o intuito de promover a interação entre agentes governamentais e organizações da sociedade civil e moradores da Reserva Extrativista.

Diante deste processo formal de criação de Reservas Extrativistas, a Resex Riozinho da Liberdade, após 10 anos de sua criação, encontra-se na fase de implementação, tendo já formado o Conselho Gestor. Este Conselho é conformado pelos seguintes representantes: Secretarias Municipais de Agricultura, de Saúde, de Educação; Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF); Batalhão de Infantaria de Selva

(61° BIS)⁴¹. Polícia Federal; ICMBio; UFAC (Universidade Federal do Acre); Secretaria de Desenvolvimento Florestal (SEDENS); Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e Associação de moradores da Unidade de Conservação.

Existe uma tendência de descentralizar a gestão da Unidade, devido às dimensões geográficas e populacionais da mesma. Este fato está sendo concretizado por meio da formação dos chamados Núcleos de Base Comunitária (NBCs), que nada mais são, que a formação de lideranças e representantes na maior parte das comunidades. Em 2015 existiam 23 Núcleos de Base na Resex. A ideia é reorganizar em 14 representações comunitárias, de acordo com as proximidades das comunidades.

Atualmente, a representação formal dos moradores é conduzida pela Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho da liberdade – ASAREAL. Esta associação nasceu com a necessidade de facilitar o diálogo entre órgão gestor e demais entidades com os moradores da Unidade de Conservação. Pode-se verificar que existe por parte do quadro de associados uma dificuldade de entendimento dos processos formais necessários à condução da associação o que os leva a uma forte dependência do Chefe da Unidade de Conservação. A atuação da associação é bastante ampla, uma vez que trata de questões no âmbito social, de infraestruturas, econômicas e ambientais.

Outro aspecto positivo é que o Acordo de Gestão já está constituído e os entrevistados ressaltaram, positivamente, seu formato, como pode ser observado no fragmento a seguir.

As regras aqui aconteceram uma coisa boa aqui, não sei se acontece em outra reserva, mas é uma coisa melhor que é feita, quando vem uma regra lá de fora para cá é muito ruim da gente cumprir porque bate de frente com a realidade da gente. **Aqui teve o acordo de gestão**, foi a melhor coisa que foi feita aqui, **nós criamos a lei para nós mesmos cumprir, então as regras que nós temos aqui já são as vivências que temos**, nem chega a ser regra. (Entrevistado 19, Comunidade União, Resex Riozinho da Liberdade, Acre, 2015)

A fala do entrevistado ressalta o fato das regras previstas no Acordo de Gestão terem origem na vivência e experiência dos próprios moradores da Unidade de Conservação. Já em relação ao Plano de Manejo não estava, até a finalização da pesquisa, em vigor, o que dificulta subsídios para o manejo adequado dos recursos naturais na Resex, principalmente a madeira.

Assim, diante de todas as formalidades que envolvem a criação de uma reserva extrativista, algumas considerações são necessárias. A primeira delas, é que o modelo de gestão formalmente instituído possibilita maior envolvimento por parte do público que possui

⁴¹ É uma unidade militar do Exército Brasileiro sediada no município de Cruzeiro do Sul, no Acre.

relação com a Unidade de Conservação, e, sobretudo, maior participação dos moradores na tomada de decisão. Esta forma de pensar a gestão do território é respaldada na organização social dos indivíduos que como argumenta Vachon (2000) pode ser inseridas nas novas abordagens de desenvolvimento em que é valorizado as microiniciativas, tendo nas pessoas a sua força motriz.

Ainda que exista uma dificuldade por parte dos moradores em conduzir os processos decisórios dentro da Unidade de Conservação, esta dificuldade é muitas vezes causada pela própria dimensão geográfica da Reserva, que dificulta o deslocamento e também pelo grande número de moradores. Além destas questões, existe também uma forte dependência do “Chefe da Unidade”, os moradores atribuem a este funcionário múltiplos papéis, que vão desde resolver conflitos cotidianos até conduzir questões burocráticas.

Após ser apresentados aspectos das duas realidades, o próximo capítulo baseia-se no esforço de observar quais seriam as congruências e divergências nestes dois modelos de uso coletivo da terra, presentes no contexto galego e brasileiro.

**CAPITULO 4. SIMETRIAS E ASSIMETRIAS ENTRE OS MVMC E A RESEX
RIOZINHO DA LIBERDADE E A NOVA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO
RURAL**

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma comparativa, uma análise acerca das realidades encontradas nas áreas de gestão coletiva nos territórios galego e brasileiro e suas relações com as novas perspectivas de desenvolvimento rural. Para tanto, se apropria dos cenários dos MVMC e da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, respectivamente. Os aspectos que serão abordados consistem nas simetrias conceituais e práticas em relação ao papel regulador do Estado, a importância econômica dos recursos naturais, os fluxos de usuários, as formas de uso e apropriação do território e aspectos ambientais evidenciados nesses dois arranjos, discutindo suas especificidades, formas de articulação e de apropriação dos recursos comunais em contextos distintos. Como forma de facilitar a compreensão destas questões, o Quadro 16 sintetiza as dimensões que serão analisadas, de modo que se possa estabelecer as similitudes e diferenças em relação às duas realidades.

Quadro 16. Similitudes e diferenças nos arranjos sociais e formas de uso dos recursos naturais nos MVMC e na Resex Riozinho da Liberdade, 2016

DIMENSÕES	MVMC	RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE
OBJETIVOS	Reconhecer o direito de uso de um território a um grupo específico.	
PAPEL DO ESTADO	Forte intervenção estatal	
APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Importância econômica dos Recursos Naturais	
	Disputa por recursos naturais	
	Não possui dependência primária dos recursos do território	Possui dependência primária dos recursos do território
FLUXO DE USUÁRIOS	Muito intenso - devido a legislação	Pouco intenso - devido ao papel regulador do Estado
USO DO TERRITÓRIO	Moradia nas proximidades da área coletiva; Atividades pecuárias; Parques eólicos; Linha de transmissão; Floresta plantada; Terceirização dos serviços a empresas privadas	Moradia dentro dos limites da área coletiva; Agricultura e pecuária de autoconsumo; extrativismo vegetal e animal e artesanato.
ASPECTOS AMBIENTAIS	Possui ações em relação à questão ambiental	Surge como proposta de uma política de conservação Ambiental

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

As características apresentadas como típicas na organização social e territorial dos MVMC e da Resex estão em sintonia com as novas concepções de desenvolvimento rural,

como as definidas por van der Ploeg *et al.* (2000) ou por Murdoch (2000), quando esses autores reforçam a importância da pluriatividade, das atividades não-agrícolas, da valorização ambiental que atualmente orientam a perspectiva do desenvolvimento.

Nesse sentido, o reconhecimento de uma área como MVMC ou a implementação das Reservas Extrativistas, consistem em ações de legitimação do direito ao uso do território a um grupo específico de usuários. Ainda que o processo formal de acesso se estabeleça de forma diferenciada, uma vez que, no caso dos MVMC propriedade coletiva já era historicamente legitimada, originada do tipo de propriedade germânica, diferentemente dos casos das Resex (s) no Brasil, os quais a propriedade coletiva foi inserida por meio da intervenção do Estado. Na Galícia a regulamentação do processo de classificação das áreas, como demonstrado no Capítulo 2, se dá de forma menos complexa já que se trata apenas de reconhecer que aquela área foi em determinado contexto histórico um MVMC. No Brasil, o processo tem maior complexidade, como demonstrado no Capítulo 3, uma vez que se trata da constituição de um novo arranjo coletivo que envolve outras questões, como política de conservação dos recursos naturais, desapropriação de terras e outros aspectos legais. Como argumenta Marey-Pérez *et al.* (2010) os MVMC pela sua natureza e seu tamanho, podem desempenhar um papel importante no contexto rural a que pertencem, pois são praticamente as únicas áreas rurais na Galícia com grandes dimensões que permitem uma gestão sustentável com capacidade de abarcar políticas de desenvolvimento rural. Do mesmo modo, as Resex são também uma inovação nas formas de uso tanto da terra quanto de seus recursos naturais. Assim, a demanda por criação das Unidades de Conservação tem forte influência da necessidade da criação de uma estratégia ambiental de conservação da biodiversidade. Como argumenta Sawyer (2012) as Resex se inserem numa nova perspectiva de desenvolvimento na qual os componentes da noção de sustentabilidade não são apenas o rendimento monetário dos produtos. Ao contrário, esse componente monetário é visto como uma parte de uma gama de atividades que geram benefícios reais às famílias envolvidas, embora sejam invisíveis do ponto de vista do mercado. Como assegura o autor o arranjo de uso coletivo deve se referir-se a um grupo específico em que a proposta visa garantir as condições suficientes para a reprodução das famílias e da própria unidade produtiva, mudando o foco da valoração ambiental notadamente relacionado ao custo de oportunidade para a cobertura do custo social, que, em última instância, também cobre a conservação ambiental.

Em relação à forma de atuação do Estado, foi possível observar que, embora ambas as realidades estudadas possuam forte interferência estatal, pode-se dizer que essa intervenção é diferente em cada contexto. Para se entender as formas de atuação do Estado em cada

realidade se faz necessário debruçar na trajetória e nas estratégias de intervenção adotadas para esses espaços. Na realidade galega, no século XX as políticas franquistas, tomaram medidas para a “municipalização” dos MVMC, isto é, estas áreas passaram a ser administradas pelos concellos (poder público municipal). Significa dizer que, os mesmos deixaram de ser montes coletivos privados e passaram a ser reconhecidos como montes públicos. Ou seja, a ditadura franquista aplicou uma lei regida no XIX, em que igualava os MVMC galegos com os montes comunais de outras Comunidades Autônomas do Estado Espanhol, sendo que nestes casos desde sua origem estas áreas pertenciam aos concellos. Vale ressaltar que no XIX esta lei não teve nenhuma aplicação prática no caso galego. Assim, é na ditadura franquista que se coloca em prática esta medida com intuito de assinalar que os MVMC galegos deveriam ser gerenciados, pelos concellos, deixando os comunheiros excluídos desta gestão. Outro processo de intervenção estatal, que também apresentou um caráter de exclusão, foi a política de reflorestamento imposta durante o período ditatorial de Franco, em que as áreas dos MVMC foram destinadas às plantações de pinus e eucaliptos, com transferência das Comunidades de Montes para entidades estatais, tais como, Patrimônio Florestal Estatal (PFE). Esta intervenção fez com que ocorressem mudanças no modo de vida tradicional, principalmente pela exclusão e pelo controle sobre as áreas de uso comum. Todo esse processo de exclusão suscitou diferentes manifestações por parte dos usuários dos montes gerando sérios conflitos entre usuários destas áreas e representantes estatais.

Considerando ainda a trajetória de intervenção em áreas comunais na Galícia. Em 1968 iniciou-se a devolução dos MVMC aos Comunheiros, já que naquele momento começava fazer efeito as demandas judiciais impetradas pelos mesmos requerendo a propriedade dos MVMC, e, também a ocorrência de inúmeros protestos por parte deste público, a exemplo, a provocação de incêndios nas plantações de pinus. Contudo, apesar do início do processo de devolução o cenário encontrado era outro, o qual não permitiu uma inclusão efetiva desta população, porque as mudanças ocorridas no âmbito produtivo não possibilitavam a retomada dos usos e das práticas tradicionais. Assim, no caso dos MVMC o Estado agiu para quebrar direitos históricos tradicionais. Vale ressaltar que este processo de devolução é contínuo, podendo se requerer o reconhecimento de uma área como MVMC na atualidade.

O cenário atual da intervenção do Estado nas áreas comunais galegas compreende a atuação na regulamentação dos usos, do acesso e da legitimação desses espaços. Sendo assim, é possível afirmar que, dentre outros fatores, a questão da intervenção estatal possui grande influência na configuração atual dos MVMC, uma vez que, a trajetória de políticas e

estratégias para gestão dessas áreas, contribuiu para a condição de subutilização desses espaços. Isto é, o caráter historicamente restritivo das intervenções do Estado gerou uma série de dificuldades e limitações para exploração e uso dessas áreas.

No caso brasileiro, como mencionado, as ações do Estado nas reservas extrativistas são também de forte interferência, à medida que é o mesmo que estabelece as normativas que regulamentam as condições de usos e implementa o modelo de criação e gestão da Unidade de Conservação. Ou seja, essas áreas são criadas formalmente pelo Estado e sua utilização também é regulamentada por ele. Assim, observa-se a forte presença do Estado que se materializa inclusive na figura do Gestor da Unidade, cuja função é assessorar de forma direta as famílias residentes dentro da Unidade no que tange aspectos da gestão da mesma. A presença do Gestor é a presença do Estado e visa garantir que a população tenha acesso aos recursos e cumpra com os regulamentos formais. Além disso, e de responsabilidade do Estado a garantia de infraestruturas de serviços básicos, como educação e saúde.

Apesar deste importante caráter de inclusão e reconhecimento dos direitos das populações tradicionais via implementação das Resex, o que se observa é uma fragilidade dos aparatos estatais que não consegue absorver a complexidade que envolve a gestão destas áreas. Estas fragilidades são notadas a partir das lacunas existentes no âmbito produtivo que demanda de orientação técnica diferenciada e não é atendida pelo Estado. Além disso, existe uma precariedade em relação às infraestruturas básicas, a exemplo, acesso a saúde, educação, dentre outras. Assim, considerando estas realidades num discurso do desenvolvimento sustentável são necessárias ações que busque a convergência entre os sistemas econômicos, políticos, sociais e ambientais, com alternativas de geração de trabalho e renda, melhor eficiência produtiva com desenvolvimento de cadeias produtivas fundamentadas, sobretudo, no modo de vida destas populações.

A gestão compartilhada também pode ser apontada como outro desafio na relação Estado e os diferentes atores envolvidos. Se por um lado, pode ser considerado um avanço a incorporação da participação social no processo de gestão, através da formação dos “Conselhos de Gestão”, por outro lado, existe uma dificuldade da sua efetivação no cotidiano das famílias beneficiárias. Apesar disso, a gestão compartilhada é uma boa estratégia de desenvolvimento, se considerarmos, como argumenta Paula (S/D), que as chamadas “políticas de desenvolvimento” não são uma responsabilidade exclusiva do Estado. Como garante o ator, as experiências bem-sucedidas neste campo, estão atreladas ao elevado nível de cooperação e parceria entre Estado, mercado (entendido aqui como o conjunto dos agentes econômicos) e sociedade (entendida aqui como o conjunto das organizações sociais, de todo

tipo). Para o autor, o protagonismo local é fundamental, pois, sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

Outra questão que merece destaque é a descontinuidade das políticas brasileiras. O Estado inicia a fase de implementação destes tipos de empreendimentos mais possui serias dificuldades no que concerne o acompanhamento das atividades, monitoramento e fiscalização. Isso pode resultar em modelos mal sucedidos, uma vez que, não é oferecida as populações beneficiárias condições mínimas de cumprir com todas as exigências, além, da impossibilidade de haver desenvolvimento socioeconômicos das mesmas.

Estes entraves mencionados podem ser reflexos do fato do território brasileiro possuir diferentes realidades geográficas e territoriais, e muitas vezes, as políticas públicas são pensadas no âmbito nacional, em que se evidencia uma dificuldade de criar modelos que se adequem a estes contextos distintos dentro do mesmo território.

Em síntese, no que diz respeito às diferenças entre os arranjos dos MVMC e a Resex, ao contrário do posicionamento do Estado no caso galego, existe uma política de inclusão das populações em áreas de uso comum. Assim, é através da legitimação da categoria denominada Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis que se reconhece as populações tradicionais que utilizavam dos recursos naturais como meio de vida, facilitando com este reconhecimento legal o acesso aos programas governamentais. As pessoas que vivem nas Reservas Extrativistas são dependentes dos recursos naturais que ali existem. Isso porque, além de ser o local de trabalho é também de moradia. Assim, a condição e usuário/morador da Unidade de Conservação traz visibilidade para este público e possibilita acesso aos mais diferenciados serviços públicos. Nesse sentido, deve-se reforçar que esta visibilidade perante as instâncias estatais também é notada em relação aos MVMC.

Um ponto em comum entre as duas realidades é a importância econômica dos recursos naturais. Ou seja, em ambos os casos os recursos naturais são vistos como um elemento econômico. Ainda que a apropriação deste recurso se dê de forma diferenciada, haja vista, que no caso da Resex é o próprio usuário que retira os produtos extrativistas numa apropriação direta, nos MVMC este direito pode ser transferido a terceiros, delineando uma apropriação indireta, como por exemplo, a retirada da madeira que pode ser realizada por empresas privadas. De todos os modos, o elemento econômico está presente nas duas realidades, e, exatamente por ter um valor econômico é que se identifica nos dois casos uma disputa por recursos naturais. O que se observa é que os Comunheiros galegos desejam, sobretudo, o controle da terra, com vista a obtenção de ganhos monetários, seja pelo arrendamento da área

coletiva, concessão de uso para empresas privadas ou venda da madeira. Já na Resex o importante é o território de onde os usuários coletam e produzem de diferentes recursos tais como, frutos, peixes, produtos agrícolas e animais como forma de garantir seus meios de vida. É nesta perspectiva que Lopes (S/D) argumenta que os MVMC contribuem para desenvolvimento local, à medida que configuram novas alternativas de renda para os usuários. Do mesmo modo, Sawyer (2013) aponta as reservas extrativistas como instrumento de desenvolvimento sustentável pela capacidade que possuem de envolver as comunidades nos mecanismos de gestão dos usos dos recursos naturais.

Outra questão a ser observada na comparação entre os MVMC e as reservas extrativista se refere ao fluxo de usuários. As condições de fluxo de usuários são impactadas diretamente pelo tipo de regulamentação existente em cada território, essas regulamentações podem ser formais e informais. No caso das regulamentações formais, as normas e regras são implementadas pelo Estado ou por instituições já consolidadas nos territórios, essas podem interferir nas práticas e nos costumes tradicionais em relação à apropriação desses espaços. Já as regras informais nascem no cerne da vivência e do cotidiano dos usuários, e também possuem seu grau de influência na realidade local. Significa dizer que, de acordo com o rigor dessas normas, sejam elas formais ou informais, se tem um maior ou menor fluxo de usuários. Assim, no caso galego, este fluxo é impulsionado pela própria legislação, uma vez que a condição de usuário do MVMC se dá pelo fato do indivíduo residir nas proximidades da área comunal. Esta situação intensifica o fluxo, uma vez que pode haver grandes oscilações na chegada e saída de moradores. Já na Resex, a entrada de novos usuários possui restrições, pois a política de Unidade de Conservação de Uso Sustentável visa garantir que o beneficiário seja a população que já utilizava e morava neste território, entendida como populações extrativistas ou tradicionais, as quais possuem laços de ancestralidade com as áreas dessas unidades. Assim, pode-se dizer que no caso da Resex o fluxo de entrada é menos intenso. Já no que diz respeito ao fluxo de saída em ambas realidades existem regulamentações que preveem afastamentos temporários desde que justificado, a ausência por mais de um ano sem justificativa determina a perda do direito de uso. De todo modo, nas duas realidades a saída ou a exclusão de usuários é menos comum do que a entrada de novos.

As distintas regulamentações de entrada e saída de usuários, como comentado, são pautadas tanto em regras formais quanto em regras informais. Para entender como estas regras se materializam para os casos estudados utilizaremos o sistema de classificação proposto por Ostrom (2013) sintetizado a seguir no Quadro 17.

Quadro 17. Sistema classificatório de regras proposto por Ostrom (2013) para análise dos MVMC e Resex Riozinho da Liberdade

SISTEMA CLASSIFICATÓRIO	DESCRIÇÃO	MVMC	RESEX
Regras de Posição	Criam vigilantes	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Usuários 	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Usuários Núcleos Comunitários
Regra de Fronteira	Membros nascido no local; membro de alguma organização.	<ul style="list-style-type: none"> Estatutos 	<ul style="list-style-type: none"> Acordo de Gestão Estatutos
Regras de Decisão Coletiva	Podem ter procedência nos campos formais e informais	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Veceiras Concello o 	<ul style="list-style-type: none"> Acordos de Gestão
Regras de Agregação	Que interesse se tem em conta para mudar regras operativas		<ul style="list-style-type: none"> Acordo de Gestão
Regras de Recompensa	Recompensas (benefícios monetários) ou sanções (imposto ou multas) que asseguram as ações	<ul style="list-style-type: none"> Perda do direito de uso Rechaço social 	<ul style="list-style-type: none"> Perda do direito de uso

Fonte: Elaborada pela autora, 2016

Segundo Ostrom (2013), as Regras de Posição, como sugere sua própria denominação, criam determinadas posições que geralmente são advindas da participação formal em comissões e associações/entidades. Pode-se dizer que este tipo de regra acaba determinando os “vigilantes”, na linguagem de Ostrom (2013), das áreas de uso comuns, existindo uma considerável variação no tipo de posição de vigilância criada nos sistemas auto organizados. A autora conclui que o maior nível vigilância local está relacionado diretamente com as condições de uso dos recursos. Ostrom (2013) argumenta ainda que os vigilantes que auditam ativamente as condições materiais e o comportamento dos usuários são os mesmos parcialmente responsáveis diante dos usuários dos recursos, ou são os próprios usuários que exercem esse papel. A maior parte dos regimes de recursos que sobrevivem no tempo selecionam seus próprios vigilantes que são responsáveis entre os apropriadores das condições dos recursos e as atividades exploratórias do mesmo.

Apropriando-se destes conceitos para análise das realidades estudadas verifica-se que, em ambos os casos existem as Regras de Posição criadas pelas associações representativas dos usuários. Quer dizer, nas duas realidades os membros/usuários conduzem processos administrativos e estabelecem diálogos nas mais diferentes esferas de relacionamento interno e externo. Na realidade galega, as Regras de Posição são centralizadas apenas nas associações formais. Por sua vez, no Brasil, considerando a extensão geográfica da reserva extrativista estudada, e também os diferentes núcleos comunitários existentes dentro da unidade, existem

também as regras criadas pelas lideranças locais nos grupos comunitários. Assim, existe maior potencial em descentralizar as Regras de Posição de acordo com os diferentes grupos internos e suas lideranças locais. Ou seja, as Regras de Posição são mais fortes no caso brasileiro, já que determinam maior número de vigilantes. Isso ocorre também pelo fato da área comunitária ser o local de moradia dos usuários, o que facilita a vigilância a respeito da entrada de usuários externos e ao uso dos recursos. Ou seja, ao serem legitimados como beneficiários da Resex, eles se tornam, de certa forma, vigilantes do território e dos recursos, contribuindo para a conservação das áreas e os recursos necessários à manutenção de seus meios de vida.

Já as Regras de Fronteira estabelecem as orientações que indivíduos ou famílias com direitos para utilizar a unidade de recursos devem seguir. Ostrom (2013) argumenta que a fronteiras definidas pelos próprios apropriadores tendem incluir um conjunto claro de participantes que conhecem suas responsabilidades, tanto quanto, seus benefícios. Estas Regras de Fronteiras nascem muitas vezes no âmbito informal e são institucionalizadas pelas legislações vigentes, estatutos, dentre outros. Quando este conceito é aplicado para as realidades estudadas observa-se que nos MVMC existem as regulamentações formais em estatutos e contratos entre os usuários e empresas privadas e também com o Estado. Pode-se dizer que historicamente existiam regras de pertencimento que, no contexto atual, são formalizadas nesses contratos, a exemplo, a exigência de moradia (casa aberta) nas proximidades dos MVMC. Já em relação à Resex os moradores pelas suas vivências cotidianas determinam as regras de usos, seja através do acordo de gestão, estatuto da associação, plano de manejo. Em geral, estas regras já existiam também no âmbito informal e são institucionalizadas.

As Regras de Decisão Coletiva influenciam nas atividades operativas e podem ser definidas no âmbito formal, informal ou, o que é mais recorrente, em ambos contextos. Deste modo, tanto nos MVMC quanto na Resex, no que se refere aos campos formais, é o próprio Estado quem as define. Contudo, é preciso considerar que regras informais foram evidenciadas nas duas realidades. No caso dos MVMC historicamente como forma de organização tradicional do uso da área comunal, existia o sistema “Veceiras” e também o “Concello”, chamado “vizinha” em outras realidades galega. O “Conselho” era instituído para tomar decisões coletivas sobre como organizar o sistema de “Veceiras”, manutenção de estradas e da rede de água, etc. Essa situação que valoriza o Conselho, ainda que com menor importância e intensidade, perdura ainda hoje nos processos de tomada de decisão no MVMC. Considerando a Resex, a população residente no território criou o conjunto de regras que

orientam os diferentes usos dos recursos naturais que, mais tarde foram institucionalizadas com criação dos Acordos de Gestão.

As Regras de Agregação são empregadas nos processos de decisão coletiva e são descritas como regras que determinam os interesses que devem ser levados em conta quando se toma uma decisão em relação às mudanças nas regras operativas em uma situação de apropriação dos recursos naturais. No caso da Resex, estas regras operativas são ditadas pelo Acordo de Gestão, que nada mais é, que o estabelecimento dos direitos e deveres dos usuários, além de descrever as formas de usos. Isso se dá pelo fato dos usuários serem também moradores das áreas. Nos MVMC os Comunheiros seguem as regras estabelecidas no plano de manejo.

Para Ostrom (2013) uma forma de controlar as apropriações de um recurso comunal é modificar as Regras de Recompensa, quais sejam, benefícios monetários e sanções (impostos ou multas). A maior parte dos grupos de usuários adotam normas que seguem premissas relacionadas a sanções, numa perspectiva em que o indivíduo que romper com as regras deve ser rechaçado ou punido socialmente. Nas duas realidades estudadas existem regras formais estabelecidas nos estatutos acerca da exclusão de usuários, caso sejam violadas determinadas questões ou regras de conduta. Nas duas realidades, a possibilidade de uso do território está condicionada à questão da moradia. Quer dizer, a ausência do usuário por mais de um ano, seja no MVMC ou na Resex, sem justificativa, implica na perda do direito de uso.

Assim como os elementos supracitados, a própria importância social e econômica dos recursos naturais influencia diretamente a gestão desses territórios. Nesse sentido, onde os usuários possuem uma dependência primária, ou seja, onde os fatores de produção, terra, trabalho e capital, são as próprias áreas coletivas, espera-se uma apropriação e sociabilidade diferenciada. Em relação ao caso galego, os usuários historicamente nunca residiram dentro dos limites dos MVMC, e sim, nos arredores, o que determina uma relação diferenciada do caso brasileiro, em que as famílias “vivem na floresta” e por isso se relacionam de forma distinta com ambiente e com a apropriação dos recursos naturais. Esta realidade faz com estas famílias dependam de forma direta dos recursos existentes dentro da área comunal. Assim, toda a pluralidade e diversidade de recursos e mesmo simbologias ali contidas têm significado diferenciado e mais integrado a sua realidade cotidiana.

Em relação aos aspectos ambientais, nas duas áreas existem medidas de conservação. As áreas de MVMC se apresentam com grande extensão territorial, o que possibilita a realização de serviços ambientais, como conversação de nascentes, remanescentes florestais autóctones, refúgio de vida silvestre etc. Além disso, nota-se que começa a emergir nestas

realidades usos ambientais relacionados a questões de lazer. No caso brasileiro a criação das reservas extrativistas surge no âmbito de uma Política de Conservação Ambiental, e, portanto, as restrições relativas ao uso do território possuem amplitudes maiores. Ainda que seja um avanço na legislação ambiental brasileira esta política precisa reconhecer que faz parte deste desenvolvimento garantir oportunidades econômicas, políticas, sociais de forma conjugadas para que se atinja seu objetivo primordial. No caso brasileiro, como argumenta Fearnside (2002) converter serviços como a manutenção da biodiversidade, o armazenamento de carbono e a ciclagem de água em fluxos monetários, que possam apoiar uma população de “guardiões da floresta”, exige cruzar uma série de obstáculos, dentre eles, como converter os serviços ambientais da floresta em um fluxo de renda, e este fluxo centrado numa base para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Diante disso, ao longo da construção do capítulo 1, e também, da primeira parte deste capítulo, foi demonstrado que a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, tomada inclusive como categoria analítica deste trabalho, é sistêmica, combinando dimensões econômicas, sociais e ambientais com vista à exploração de recursos naturais.

Tal como visto na abordagem teórica acerca do desenvolvimento, a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável envolve processos articulados que visam introduzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito dos espaços rurais, com vista a melhoria de renda, qualidade de vida e bem-estar das populações rurais. Ou seja, ampliação permanente das liberdades substantivas (acesso à educação, saúde, segurança e direitos civis) dos indivíduos e articulação entre meio ambiente, estruturas sociais e institucionais, e assim ampliando suas capacidades e suas efetivações. (SEN, 2000; FAVARETO, 2007; SCHNEIDER, 2011).

Considerando esta perspectiva, um dos novos desafios que nasce no campo de estudos do desenvolvimento rural é a possibilidade de uma criteriosa comparação de seus atuais processos em distintos países e continentes, como afirma van der Ploeg (2011). Nesse sentido, o autor começa por questionar se é possível a comparação direta entre processos de desenvolvimento rural de lugares eminentemente distintos, no que concerne às principais dimensões que possivelmente condicionam, ou mesmo ordenam tais processos. Para ele a noção de desenvolvimento rural é frequentemente entendida como sendo a síntese do que ocorre no rural. Esta concepção permite incluir dimensões interessantes, bem como fazer comparações entre realidades distintas. No entanto, a resposta do autor ao questionamento apontado é: o que ocorre no espaço rural quase nunca pode ser tomado como o simples resultado de atividades, práticas e subprocessos alinhados. O rural é, antes, um conjunto de

práticas heterogêneas, contrastantes e de tendências de desenvolvimento divergentes. Além disso, a noção de ‘desenvolvimento rural’ é operada, em múltiplas práticas que juntas constituem o rural.

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento rural pode aumentar caso sejam oferecidas à população rural melhores condições de vida, emprego, renda, educação e saúde. Nesse sentido, compreende-se que os arranjos dos MVMC e da Resex correspondem a uma alternativa de renda aos seus usuários, ainda que haja diferença na forma de apropriação dos recursos, como já demonstrado na primeira parte deste capítulo.

Se considerarmos as condições do rural galego, quais sejam, território fragmentado, abandonado e envelhecido, as áreas dos MVMC representam a possibilidade do reforço do tecido social, traduzindo-se em alternativa de manutenção da população no meio rural, já que os usos destas áreas estão condicionados à condição de moradia.

Como apontado no capítulo 1 o papel da agricultura e das ocupações agrícolas nem sempre é o mais importante na determinação do Desenvolvimento Rural. Considerando esta assertiva nas duas realidades empíricas estudadas, o desenvolvimento rural se materializa também pelas ações na racionalização dos usos dos recursos naturais. Ainda mais se consideramos que as relações sociais construídas através dos arranjos coletivos estão cada vez mais atreladas às questões de proteção ambiental, a exemplo, os MVMC são áreas potenciais para atividades desenvolvidas pela Rede Natura. Já as Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm em seu cerne o objetivo primordial de conciliar a conservação da natureza e a exploração dos recursos naturais de forma socialmente justa, garantindo o acesso ao território pelas populações tradicionais.

A multifuncionalidade das áreas rurais é outro enfoque presente nas abordagens de desenvolvimento rural. Assim, não raro, encontraram-se MVMC ocupados por linhas de transmissões e parques eólicos, empreendimento rurais como rotas de caminhadas, observação de paisagens, que, como mencionado, oferecem retornos financeiros aos grupos de usuários através de concessão de uso às empresas ou, em alguns casos exploradas pelos próprios usuários. Ou seja, configuram-se em novas formas de interpretar o rural. A própria perspectiva desse tipo de atividade, como afirma Abramovay (2014), já se considera dentro dos arranjos do desenvolvimento rural sustentável, que dentre outras funções insere um conjunto de mudanças nas matrizes energéticas clássicas, substituindo-as por matrizes energéticas mais limpas.

Além disso, é importante lembrar que os recursos dos montes são revertidos em benefícios coletivos, como organização de festas típicas dos povoados ou algumas

infraestruturas, a exemplo, manutenção de estradas. Contudo, as demandas dos indivíduos na realidade galega são diferentes daquelas que se encontram na reserva extrativista brasileira. Na Galícia, o benefício financeiro se reverte para a coletividade, ainda que seja por exigências determinadas na legislação. Já nas reservas por conta das demandas primárias, é possível perceber as apropriações dos recursos naturais de forma mais individualizada. Como já retratado, apesar de algumas similitudes, os desafios enfrentados pela Resex são um pouco diferentes dos MVMC, pois enfrenta a luta contra os desequilíbrios sociais relacionadas diretamente com a ausência de instituições do Estado.

Diante do exposto, em que se evidenciou nos arranjos dos MVMC e da Resex, diferentes alternativas de renda, possibilidade de manutenção da população no meio rural, bem como, uma multifuncionalidade referente aos usos conjugada com a valorização da questão ambiental, conclui-se que estas realidades estão inseridas nas novas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável, embora se tenha apurado algumas fragilidades.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

(Guimarães Rosa, 2001)

Antes de iniciar as considerações finais, propriamente ditas, é importante evidenciar os desafios e facilidades no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Inicialmente, o principal desafio para a pesquisadora foi o planejamento da execução da pesquisa de campo no contexto galego, devido ao “estranhamento” sobre aquela realidade, e, sobretudo, dificuldades relacionadas ao idioma, já que as entrevistas foram realizadas em Galego. Outra dificuldade encontrada foi o afastamento de aspectos da própria cultura. Ainda assim, houve a possibilidade de trocas que acarretaram em aprendizados para ambos os lados, já que os pesquisados sempre se interessavam pela cultura brasileira e vice-versa. Para além destes aspectos que envolveram as diferenças culturais, houve alguns entraves que merecem destaque: entrevistar Comunheiros que não estavam relacionados ao quadro administrativo das associações uma vez que a pesquisadora era sempre direcionada a falar com os dirigentes das mesmas. Do mesmo modo, houve dificuldades de chegar aos usuários não envolvidos nestes discursos institucionais. Apesar disso, foram empreendidos esforços para amenizar esta questão. Ao contrário do que aconteceu na experiência galega, no Brasil, a ampla participação da pesquisadora na elaboração de diagnósticos socioeconômicos em assentamentos rurais no Acre se constituiu em uma facilidade para a realização desta parte da pesquisa, haja vista que já existia uma rede consolidada de contatos, que facilitou o acesso à Resex. A possibilidade de visitar esta unidade de conservação em dois momentos distintos, inclusive em um momento em que se comemorava 10 anos de sua criação, facilitou a coleta de dados, e, ao contrário do que aconteceu na realidade galega, obteve-se entrevista com maior número de moradores não pertencentes ao quadro administrativo da associação.

A partir da realização deste trabalho propõe-se uma agenda de pesquisa. Em relação aos MVMC é necessário estender o trabalho realizado à outras regiões da Galícia, devido ao fato de existirem Comunidades de Montes inseridas em outras dinâmicas territoriais tanto galegas quanto de outras comunidades espanhola. Esta questão também deve ser trabalhada no caso brasileiro, ou seja, estender esta mesma abordagem a outras categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Resex Marinhas, Florestas Nacionais (Flonas) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Outra possibilidade de pesquisa seria uma análise pormenorizada das potencialidades econômicas dos produtos florestais em Unidades de

Conservação de Uso Sustentável. Existe também a necessidade de uma análise mais aprofundada em relação às tipologias de conflitos envolvendo os MVMC e em relação aos novos usos, tais como, os ambientais, ou ainda, os vinculados ao lazer que começam a emergir nas áreas mais povoadas da Galícia.

Considerando as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, existe uma carência de estudos relacionados ao entendimento das cadeias produtivas e aos pagamentos por serviços ambientais.

Existem também outras experiências de arranjos coletivos, a exemplo, os “Baldios” em Portugal e os “Faxinais” localizados regiões do Sul do Estado do Paraná-Brasil, que poderiam ser estudados com intuito de evidenciar aspectos positivos, negativos, estratégias adotadas na gestão para subsidiar novos modelos a serem implementados tanto no âmbito brasileiro, quanto galego.

É preciso salientar que o termo desenvolvimento aparece no trabalho com diferentes nomenclaturas, tais como Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial, dentre outras. Isso se dá pelo fato deste estudo considerar o conceito de forma evolutiva, sendo estas novas denominações visões contemporâneas do conceito. Outra questão que deve ser considerada é que a criação e implementação das políticas de desenvolvimento brasileira muito se espelham no contexto europeu.

As questões retratadas neste trabalho corroboram as análises das perspectivas de desenvolvimento rural ao evidenciar as relações sociais e os conflitos existentes entre os grupos de usuários. Isso porque, as questões que envolvem o desenvolvimento passam por uma necessidade de integração de diversas variáveis territoriais (relação sociedade e natureza) e pressupõe a fusão entre a evolução das configurações sociais e a sua relação de interdependência com o meio ambiente, instituições e as estruturas sociais. Entender as relações ente os grupos é fundamental no debate contemporâneo de desenvolvimento.

Considerando tanto os MVMC galegos, quanto das Resex brasileiras, buscou-se demonstrar neste trabalho a importância da garantia do acesso à terra para liberdade e autonomia do grupo de usuários. Ou seja, os dois formatos possibilitam a ampliação das liberdades na concepção de Amartya Sen. Argumenta-se que os arranjos tanto normativos quanto práticos encontrados nos MVMC e na Resex são boas estratégias para o Desenvolvimento Rural, tendo em vista as relações construídas entre os grupos de usuários e a forma de organização e gestão do território com foco na gestão compartilhada. Ou seja, as novas perspectivas de desenvolvimento são observadas nas duas realidades.

O trabalho demonstrou que existe uma importância econômica dos recursos naturais. Isto é, os recursos naturais são percebidos como elementos econômicos, sendo que, tal consideração influencia diretamente na interação cotidiana do grupo de usuários. Considerando especificamente nas regiões estudadas na Galícia, pode-se concluir que a falta de dinamismo socioeconômico é a principal dificuldade a ser enfrentada na busca de revitalização dos MVMC. O envelhecimento da população, conjugado com o baixo número de residentes nas áreas rurais implicam na dificuldade de dar continuidade aos projetos produtivos e à condução das associações dos Comunheiros.

De acordo com as tipologias utilizadas na classificação dos MVMC quais sejam, montes de gestão direta, indireta e abandonado, percebeu-se que em A Pastoriza, apesar deste território possuir baixa demografia, existe uma gestão mínima em relação a estas áreas, ainda que muitas vezes, seja mediada pela intervenção do Estado. Este fato pode ser justificado por esta localidade possuir uma agricultura mais dinâmica que em Folgoso do Courel. O caso de Viveiro é completamente diferente, dada a existência de uma sociedade dinâmica tanto no âmbito demográfico quanto social, sendo atribuídas a suas áreas de MVMC maior variedade de usos e maior envolvimento da comunidade.

O isolamento, ou seja, a distância física da comunidade em relação ao núcleo do município implica na construção de laços mais fortes entre os usuários. Nesse sentido, perceberam-se maiores dificuldades em relação à integração de novos Comunheiros nas comunidades com essas características. As dificuldades de aceitação de novos membros nas comunidades de montes se dão muitas vezes pelas implicações econômicas, no sentido o qual o maior número de comunheiro, representa uma menor quantidade nos ganhos financeiros. O que significa dizer que os de “fora” são tratados como novos Comunheiros que ameaçam a divisão dos recursos financeiros e a ordem moral. Vale ressaltar que no processo de interação cotidiana entre antigos e novos Comunheiros os limites de separação vão se diluindo aos poucos e as próprias identidades desses dois grupos acabam se dialogando. Assim, essas relações não são estanques, mas propensas à resignificação com o passar do tempo. Sendo assim, as representações negativas são reavaliadas a partir da presença permanente dos “recém-chegados” com os quais se estabelece algum tipo de relação sendo retomado o equilíbrio anterior à sua chegada.

O drama social vivenciado por estes grupos de usuários dos MVMC se dá em virtude da mudança do uso do território e também da coesão social, com mudanças na forma dos meios de vida dessa sociedade rural. As comunidades de MVMC mais ativas estão

vinculadas à industrialização e áreas mais urbanizadas e possuem uma gestão direta e maior volume de negócios.

Quando se considerada a realidade brasileira, a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC deve ser considerada um avanço em relação à questão de áreas protegidas do Brasil por se tratar de instrumento único que formaliza a criação e gestão das diferentes tipologias de Unidades de Conservação existentes no país. As trajetórias de ocupação do território que antecedem a constituição da Resex Riozinho da Liberdade vão ao encontro com a perspectiva argumentativa de Favareto (2007), no sentido de que, estão condicionadas aos paradigmas anteriores: de crescimento econômico, de difusão de tecnologias, de exploração dos recursos naturais no qual se estimulou a imigração com o objetivo de monetarizar os recursos florestais. Assim, as famílias que ali residem convivem com os resíduos desse processo macro e se encontram com desafios principais à ampliação das liberdades, como, renda, inserção no mercado, melhorias sociais, etc.

Percebe-se que, a ausência da regulação fundiária é entrave ao processo de consolidação da Unidade de Conservação, devido à falta de documentos que comprovem a posse legal da terra, fazendo com que o processo seja demasiadamente lento. Após 10 anos da criação da Resex Riozinho da Liberdade, ainda existem alguns desafios para sua consolidação, entre os quais regularização fundiária. Assim, as terras da Riozinho da Liberdade ainda não foram incorporadas ao patrimônio público, processo que ainda demanda da desapropriação e indenização dos antigos proprietários. Além disso, o caminho para consolidação das Unidades de Conservação de Uso sustentável, em especial as reservas extrativistas, perpassa pela na solução coletiva dos conflitos locais, sobretudo, parcerias entre os órgãos estatais e as organizações da sociedade civil.

Na experiência brasileira, verificou-se que as relações construídas entre os usuários da Reserva Extrativista são de laços fortes ancoradas nas relações de parentesco, e também na própria dinâmica formal que restringe a entrada de novos usuários. É necessário investimento no fortalecimento das organizações e consolidação das cadeias produtivas. E para isso também se ressalta a importância da assistência técnica de forma continuada e não eventual.

As mudanças nas práticas produtivas e os desafios da gestão compartilhada são fatores que ainda estão sendo incorporados pelos moradores da Resex Riozinho da Liberdade. Contudo, notou-se que os usuários já possuem certa familiaridade com as novas regras e aparatos institucionais introduzidos. A condição de usuário de uma Resex já está internalizada pelos moradores.

Espera-se que este trabalho, além de contribuir no debate contemporâneo acerca do desenvolvimento, possa colaborar também na discussão de mecanismos e estratégias no âmbito da gestão destas áreas de uso coletivo, uma vez que demonstrou as fragilidades e potencialidades no que concerne a gestão destas áreas em diferentes contextos. Desta forma, este tipo de estudo pode contribuir com reflexões para que os formuladores de políticas públicas sejam capazes de pensar na ampliação das liberdades no meio rural, de modo a considerar variáveis econômicas, sociais e ambientais de maneira articuladas, a fim de que a permanência no rural não seja vista como falta de oportunidade e sim uma escolha livre pelos atores sociais.

6. REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, R. Inovações para que se democratize o acesso à energia, sem ampliar as emissões. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n.3, p. 01-18, Sept. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M. (orgs.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. Disponível em <http://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1363090150abramovay_2006_teoría_estudios_territoriales_1_RIMISP_CARDUMEN.pdf>: Acesso em: 12 ago. p 51-70. 2013
- ARNALTE ALEGRE, E.;. PAC y Desarrollo Rural: Una Relación de Amor-Odio. Departamento de Economía y Ciencias Sociales. Universidad Politécnica de Valencia. **Globalización y Mundo Rural**. n.803, p-45-60, 2002.
- ARNALTE ALEGRE, E.; OLIVEIRA BAPTISTA, F.; ALVES DE SOUSA LOURENÇO, F.; MUÑOZ ZAMORA, C.; GOMES RODRIGO, I. El desarrollo rural: políticas aplicadas situación actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo. (**AGRI-106**). Estrasburgo: Parlamento Europeo, Dirección General de Estudios, 1998.
- ALMEIDA J. A. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 41-71, 1997.
- ALMEIDA, M. B. W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, RBCS v. 19, n. 55, jun/2004. p.33-52
- ALONSO LOGROÑO, PILAR , MARÍA, LOIS GONZÁLEZ. R. C. Proceso de industrialización y organización del espacio en un territorio periférico: Galicia. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, , n. 24, p. 147-168. 1997.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 79, p. 151-167, Nov. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Set. 2016.
- ARAÚJO, M. G. J. Cipó e Imaginário entre Seringueiros do Alto Juruá. **Revista de Estudos da Religião**. n. 1, p. 41-59. 2004
- ARTIAGA, A.; BALBOA, X. La individualización de la propiedad colectiva: aproximación e interpretación del proceso en los montes vecinales de Galicia. **Agricultura y Sociedad**, n.65, p. 101-120, 1992.

BALBOA LÓPEZ, XESÚS, L. **O monte en Galicia**. Xerais, Vigo. 1990.

BORGE, J. "El envejecimiento demográfico de Galicia." *Humanitas: estudios en homenaxe ó Prof. Dr. Carlos Alonso del Real*. **Servicio de Publicaciones**, 1996.

BOUHIER, A. Galicia: ensaio xeográfico de análise e interpretación dun vello complexo agrario, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2001

BRUMER, H. A ideia de desenvolvemento social. In: DURAND, J.C.G; MACHADO, L.P. (orgs), **Sociologia do Desenvolvemento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BRUÑA, X. Xornada Técnica Informativa: Os Nossos Montes Comunais. Lugo, p. 1-5. 10/maio.

CABABA A., GEADA, A. D., TÁBOAS, D. L., CASTELEIRO, A. T., & ARIAS, V. M. S. (2012). Dinámicas políticas de la sociedad rural gallega: entre la agonía de la dictadura y la implantación de la democracia (1970-1978). **Historia del Presente**, (21).

CABADO, L. V. **O monte comunal como factor de desenvolvemento rural**, o caso do concello de viveiro. Traballo De Investigación Fin De Carreira Enxeñería Técnica Forestal. Universidad de Santiago de Compostela. Lugo, 2012.

CABANA, A. I. et al. El monte comunal como factor de desarrollo rural. Propiedad, gestión y usos de los montes en Folgoso do Courel. **Centro de Estudios sobre La Despoblación y Desarrollo de Áreas Rurales (CEDDAR)**. Lugo, n. 35, 2011.

CABANA, A., GARCÍA ÁRIAS, A, PÉREZ FRA, M.M e Rodríguez López, A .El común de unos pocos. La infrautilización del monte vecinal en la Montaña Oriental Gallega, **Ager**. Lugo, 2012. pp13.

CAVALCANTE, O. P. A polémica em torno do concepto de Reserva Extrativista enquanto atividade econômica sustentável. 1993. 61f. Monografía (Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 1993.

CERNEA, M.E.L. Conocimiento de las ciencias sociales y las políticas y proyectos de desarrollo. In: CERNEA, M. E.L. (Coord.) **Primero la gente**: variables sociológicas en el desarrollo rural. México D.F: Fondo de Cultura Económica/ Economía Contemporánea, 1995.

CHAMBERS, R., For our future – Responsible well-being: a personal agenda for development. In: CHAMBERS, R. **Ideas for development**. **London**, 2010, p.184 -220.

CHANDA, N. Globalização: de chavão a maldição. In: CHANDA, N. **Sem Fronteira**: os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. p. 347-379.

CHANDA, N. **Sem Fronteira**: os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização, Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 347-424.

CUNHA, C.C; LOUREIRO, C.F. B; FREDERICO, C. Reservas Extrativistas: limites e

contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista THEOMAI/THEOMAI Journal. Estudios sobre Sociedad y Desarrollo/ Development Studies.** n. 20, 169-185, 2009.

CUNHA, L. H. O. **Reservas Extrativistas em Áreas Úmidas:** uma alternativa de produção e conservação da natureza. São Paulo. NUPAUB/ USP. 1992. mimeo. (texto apresentado como subsídio para o Seminário sobre “El Extractivismo em America Latina, Amacaycú – Colômbia).

CUNHA, L. H.; M., M. **Reservas Extrativistas para região de mangue:** uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape (PB). São Paulo: NUPAUB/ USP, 1992 (Estudo de Caso, 4).

DIAGNOSTICO SOCIECONOMICO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE. UNIVESIDADE FEDERAL DE VICOSA. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL **Relatório.** Viçosa, 2016. Relatório. Mimeografado.

DIAS, M.M, FREITAS, A.F. **Desenvolvimento Rural, enfoque territorial e inovações recentes nas políticas públicas brasileiras,** In: FERREIRA NETO, José Ambrósio; EINLOFT, Carlos Joaquim; GONÇALVES, Renato Luís. **Desenvolvimento Rural, Sustentabilidade e Ordenamento Territorial,** Visconde do Rio Branco, MG: Suprema, 2011.

DIEGUES, A. C As populações humanas em áreas naturais protegidas da mata atlântica. Disponível em:
<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/ConflitosnaMataAtlantica.pdf>>. Acesso em: 03 de nov.,1996

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 140.

FADIGAS A. B. M.; GARCIA L. G. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da reserva extrativista acaú-goiana. **Science.** v.29, n. 10, p 1623-1648. 2001

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão,** São Paulo: Inglu: FAPESP, 2007.

_____. Do Território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil. XLV SOBER “Conhecimento para agricultura do futuro”, Londrina, 25/jul, 2007. pp. 299–319.

_____. Tendências contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. Série desenvolvimento Rural Sustentável. São Paulo, 2009. p. 15-40. Disponível em

<<http://http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/293>>. Acesso em 17 set

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"?. **Estud. av.**, São Paulo , v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Set.

_____. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento Rural – lições para uma nova geração de políticas públicas.** Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública (Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.), v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez. /2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010.

FEARNSIDE. P. M. Serviços ambientais como uso sustentável de recursos naturais na Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) C.P. 478 9011-970 Manaus-Amazonas, junho de 2002. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/E-SER-inpa-4.pdf. Acesso em 16 de Set de 2016

FERNANDES, D, A. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia.** 2011, 313f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Curitiba, 2011.

FERNÁNDEZ LEICEAGA, X., LÓPEZ IGLESIAS, E. As transformacións socioeconómicas de Galicia. Balance de cinco décadas. **Revista Galega de Cultura Grial.**, 200, p. 40 – 49. 2013

FERNANDEZ PRIETO, L. Labregos con ciencia: Estado, sociedade e innovación tecnolóxica na agricultura galega, 1850-1939.. **Xerais**, Vigo, 1992.

FIÚZA, A. L. *et al* A construção de acordos coletivos em torno dos recursos em torno dos recursos ambientais: uma abordagem a partir da Nova Economia Institucional. In: I **Seminário Internacional Brasil, Espanha e Portugal.** Viçosa: Suprema, v. 1, p. 175-194, 2010.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione. Populações tradicionais e conservação ambiental: um a contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia.** 3-19 , 2007.

FRANK, A.G. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In: DURAND, J.C.G; MACHADO, L.P. (orgs), **Sociologia do Desenvolvimento II.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.111- 182.

GARCÍA QUIROGA, F. Desde la desarticulación al presente de los montes vecinales en mano común en Galicia. **Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales,** 10(1), 155-176. Madrid, 2013.

GONZÁLEZ, C. **A produción tradicional do Ferro en Galicia.** Ed. Deputación de Lugo, Lugo, 1996.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**. São Paulo, v.6, n.1, jan./jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167656482007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 maio 2012.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. Chicago: University Chicago Press, v. 78, Issue 6, p.1930-1938, 1973.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: **Sociological Theory**. San Francisco, Califórnia: Ed. Randall Collins, série Jossey-Bass, v.1, 1983, p. 2001-2233.

GRUPO DE ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COMUNAL. La devolución de la propiedad vecinal en Galicia (1960-1985). Modos de uso y conflicto de propiedad. **Historia Agraria**, nº33, pp 107-130. 2004

GUERRA, R. M. N. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal?** O caso do PDS São Salvador no estado do Acre. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

HAGEN, E. O processo de mudança. In: DURAND, J. C. G. (org) **Sociologia do Desenvolvimento II**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

IGLESIA, A. C. Los incendios en el monte comunal gallego: Lugo durante el primer franquismo. *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural*, (43), 555-580, 2007.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) **Homepage**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 02 nov. 2014.

INSTITUTO Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Homepage**. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em 22 maio 2013.

INSTITUTO Galego de Estadística (IGE). **Homepage**. Disponível em: < <http://www.ige.eu> >. Acesso em: 10 nov.2014

INSTITUTO Nacional Estatística (INE). **Homepage**. Disponível em <<http://www.ine.es>>. Acesso em 04 de jun.2016

INSTITUTO Socioambiental (ISA). **Homepage**. Disponível<<http://www.socioambiental.org/>>. Acesso em 17 nov.2014 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S004459672010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jun 2016.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (Org.) Publicado em Patrimônio Ambiental. São Paulo: EDUSP. 2003.

KLEIN, D.S. **A borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)**. 2013. 347 f. Tese em História Social .Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento

de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. Tradução: Mary Amazonas. Revisão A. C. de Oliveira e E. Landowski. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. Ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LEICEAGA, X. F, et al. **Os Montes Veciñais en Mano Común: patrimonio silente Natureza, economía, identidade e democracia en la Galicia Rural**. Vigo/ES: Edición Xerais de Galicia, S.S, 2006. Dr. Marañón, 12.

LOPES J. R. Commonlands and Local Development in Northern Iberian Peninsula.

Disponível em

<<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/7194/719.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 jun/2016.

LÓPEZ IGLESIAS, E. PÉREZ-FRA, M. M. **Acciones y políticas para el fomento del desarrollo rural integrado en el marco de la Unión Europea**. In: MARTINEZ PUCHE et AL. *Sostenibilidad en los espacios rurales*, (Ed), Universidad de Alicante, p. 51-63. 2008

LÓPEZ IGLESIAS, E. A gobernanza e xestión do medio rural galego a comezos do século XXI; reflexións e propostas para o debate. In: *Galicia um mundo rural vivo*. GONZÁLEZ, Román Rodríguez (coord.). EDITA: Universidade Internacional Menéndez Pelayo - Concello de Lalín, p.130-146, 2012.

LÓPEZ IGLESIAS, E.; PÉREZ FRA, M. Axuste agrario e despoboación rural: as tendencias recentes en Galicia, Grial. **Revista Galega de Cultura**, nº 162, pp. 36-43, 2004.

LÓPEZ, A. R. **El monte comunal como factor de desarrollo rural**. Propiedad, gestión y usos de los montes en Folgoso do Courel. 30 f. Tese (**Estudios Avanzados (DEA)**), Universidade de Santiago de Compostela, Lugo, Espanha, 2011.

LOPÉZ, X. B. et al. O Monte en Galicia. Edición Xerais de Galicia, S.S. Dr. Marañón, 12, Vigo – ES, 1990.

LOPÉZ, X. B. *et al.* **O Monte en Galicia**. Vigo – ES: Edición Xerais de Galicia, S.S. Dr. Marañón, 12, 1990.

LÓPEZ, X. B. La historia de los montes públicos españoles (1812-1936): Un balance y algunas propuestas. **Historia Agraria**. V.18, p, 95-128, 1999.

LÓPEZ, X. B., & REGO, M. A. ALa individualización de la propiedad colectiva: aproximación e interpretación del proceso en los montes vecinales de Galicia. **Agricultura y Sociedad**, (65), 101-120. 1992.

MACHADO, L.P. Alcance e limites das teorías da modernización. In: DURAND, J.C.G.; MACHADO, L. P. (org). **Sociología do Desenvolvemento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MACIEL, R. C. G. et al. Pagando pelos serviços ambientais: uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes. **Acta Amaz.** Manaus, v. 40, n. 3, p. 489-498, Sept. 2010.

MAREY-PÉREZ, M. F., I. Gómez-Vázquez and E. Díaz-Varela. Different approaches to the social vision of communal land management: the case of Galicia (Spain). **Spanish Journal of Agricultural Research**. p.848-863. 2010

MARTINELLO, P. A Batalha da Borracha na II Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico. São Paulo, **Tese Mimeog.**, FFLCH/USP, 1985.

MENEZES, D.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. **Revista O&S**, 2010.

MIELITZ NETO, C. G. A. Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil . / Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto, Lenivaldo Manoel de Melo [e] Cláudio Machado Maia; coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MIRANDA, V. C. A concessão de direito real de uso (CDRU) e a concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) como instrumentos de regularização fundiária em áreas públicas no Brasil. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48642/a-concessao-de-direito-real-de-uso-cdru-e-a-concessao-de-uso-especial-para-fins-de-moradia-cuem-como-instrumentos-de-regularizacao-fundiaria-em-areas-publicas-no-brasil>. Acessado em 18 de set

MOURA, R. A. “Imagem de Nós”: relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados rurais de reforma agrária do Sul do Espírito Santo. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

MOURA, R. A.; FERREIRA NETO, J. A.; OLIVEIRA, P. C.; FERREIRA, M. A. M.. Desempenho dos municípios de Minas gerais (Brasil) nos indicadores de desenvolvimento rural (IDR). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 2, p. 119-152, 2013.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista de Fomento Social**, Madrid, n. 221 pp. 35-63, enero/marzo. 2001.

MURDOCH, J., Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, 16, p 407 – 419. 2000.

OLIVEIRA, W.P; TRINDADE, J.R.B;MACHADO,N.M. Borracha, Nordeste e Floresta: a economia e a sociedade Amazônica nos dois ciclos gomíferos. **Cadernos CEPEC** Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, v1.n1 fevereiro. 2012.

OSTROM, E. **Comprender la diversidad institucional**. España: Editorial: KRK Ediciones, 2013.

_____. **Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAULA, J. Desenvolvimento local : como fazer? / Juarez de Paula. -- Brasília : SEBRAE, 2008. 59 p.

PÉREZ FRA, M. M. Estudio da xestión pública dos montes veciñais en man común, período 1940-1995. Congreso de **Montes Veciñais** (Ponencias e comunicacións do Congreso de **Montes Veciñais** : Mondariz-Balneario e Pontearreas, 14, 15 e 16 de decembro, 1995.— Galicia : Xunta, Dirección Xeral de **Montes** e Medio Ambiente Natural : Asociación Forestal de Galicia, D.L. 1996. P. 305-317

PÉREZ FRA, M. M. Políticas de Desarrollo de Áreas Rurales: Análisis de la Experiencia Europea. In: FERREIRA NETO, José Ambrósio; SOUSA, Diego Neves de; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. Recursos Naturais, Sistema de Informação Geográfica e Processos Sociais I. Visconde do Rio Branco, MG: Suprema, 2010. p. 144-162

PÉREZ-FRA, M. M. Presente Y Futuro de Las Áreas Rurales Gallegas. Una Contribución Desde La Economía. Segundo Congreso Territorial del Noroeste Ibérico. 2014.

PÉREZ-FRA, M. M.. O espaço rural, recurso ou problema? O caso das áreas rurais galegas. In: MOREIRA, Diego Camelo; ARAGÃO, Natalia de Figueiredo; MOURA, Roseni Aparecida de Moura (orgs.). **Planejamento Territorial e Desenvolvimento Rural Sustentável: Tendências e Desafios** .Viçosa. 2016.

PERROUX, F., O desenvolvimento. In: DURAND, J.C.G.(org), **Sociologia do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PINHEIRO MACHADO, L., Alcance e limites das teorias da modernização. In: DURAND, J.C.G e MACHADO, L.P. (orgs), **Sociologia do Desenvolvimento II**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PLOEG, J. D. van der; Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, maio/ago. 2011, p. 114-140.

_____. Rural Development: From Practices and Policies towards Theorya. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, october 2000.

POLANY, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

PRIETO, L. F. Represión franquista y desarticulación social en Galicia. La destrucción de la organización societaria campesina. 1936-1942. **Historia Social**. p. 49-65. Vaência, 1993

QUIROGA, F. G. Desde la desarticulación al presente de los montes vecinales en mano común en Galicia. **Revista Teknokultura**. v.10, n.1, 2013, p.155-176. Madrid

REGO X. F. et al. La individualización de la propiedad colectiva: aproximación y interpretación del proceso en los montes Vecinales de Galicia. **Agricultura y Sociedad**, n. 65, oct.-dic., 1992. p.101-120.

RICO, B. E. **Política forestal e repoboacions en Galicia (1941-1971)**, USC, Santiago, 1995.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SABOURIN, E. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Revista Sustentabilidade em Debate**. v. 1, n.2, 2010, p.144-188.

SANTOS, W.G dos, Primeiro, Terceiro e Outros Mundos Possíveis ou como se tornar um país mais pobre e predar o planeta. In: SANTOS, W. G. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SAWYER, D. Dramas of the Commons in Brazil. **Sustentabilidade em Debate** Brasília, v. 3, n. 2, p. 257-274, jul/dez 2012

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 180-219 mai./ago. 2011,

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit. [online]**. 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531. ISSN 0101-3157. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>>. Acesso em 20 de agosto de 2016

SEN, A. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução: Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMINSKI, A.; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 37, n. 3, p. 690-696, June 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384782007000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Ago. 2016.

SILVA, S. S. O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XXI. **Revista Nera** - Ano 7, N. 4 – janeiro/julho de 2004.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Homepage**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em 10 nov. 2014.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A. ; FIÚZA, A. L. C. Pólos Agroflorestais como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável: o caso do Acre.. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER., 2007, Londrina-PR. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER., 2007.

SOUZA, G. E. A. B. **Reserva Extrativista Chico Mendes (AC): os desafios de gestão (com) partilhada**. 2010. 218 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

STAVENHAGEM, R. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURAND, J.C. G. e MACHADO, L. P. (org) **Sociologia do Desenvolvimento II**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. pp.121-134

SUMPSI, J.M. Experiencias de desarrollo rural con enfoque territorial en la UE y América Latina. **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, n. 209, 2006. pp. 41-71.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 51-66, Oct. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jun 2016.

TORRE LUNA, P. E LOIS, R. Claves para la interpretación del mundo urbano gallego. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, n. 15, p. 731—240, 1995.

TORRES LUNA, P., Lois, R e Pérez Alberti. A montaña galega. O home e o medio. **Servicio de Publicación da USC**, Santiago, 1993.

VACHON, B.; COALLIER, F. **El desarrollo local: teoría y práctica. Reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo**. Gijón, Ediciones Trea. 302 p, 2002

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Series Estudos Rurais. Editora UFRGS. 328 p. Porto Alegre, 2009

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, p.151-208, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n1/>>. Acesso em 20 de ago de 2016.

APÊNDICE 1. DADOS DOS ENTREVISTADOS

Quadro 18. Entrevistados dos MVMC do Concello de Folgoso do Courel, 2014.

MVMC Froxán			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 1	Comunheiro (ex-presidente)	79	Aposentado
Entrevistado 2	Comunheiro (foi secretário)	73	Aposentado
Entrevistada 3	Secretária	43	Administradora
Entrevistado 4	Comunheiro (Até o ano passado como tesoureiro)	63	Trabalha no ramo da construção civil
Entrevistado 5	Atual presidente	44	Hoteleiro
Entrevistado 6	Tesoureiro, ex presidente	79	Aposentado
Entrevistado 7	Comunheiro (neo-rural)	51	Trabalha no ramo da construção civil
Entrevistado 8	Comunheiro (neo-rural)	37	Arquiteto
Entrevistadas 9 e 10	Comunheiras	81	Aposentada e dona de supermercado
MVMC Seceda			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 11	Comunheiro (sua mulher é presidente)	52	Pecuarista
Entrevistado 12	Secretário	Não declarado	Agricultor e dono da casa de turismo
Entrevistada 13	Comunheira	79	Aposentada
Entrevistado 14	Comunheiro	83	Aposentado
Entrevistada 15	Comunheira	52	Pecuarista
MVMC Sobredo			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistada 16	Não existe formalmente a comunidade de montes	65	Agricultora
Entrevistado 17	Não existe formalmente a comunidade	Não declarado	Aposentado
Entrevistado 18	Não existe formalmente a comunidade de montes	68	Aposentado
Entrevistado 19	Não existe formalmente a comunidade de montes	74	Aposentado

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 19. Entrevistados dos MVMC do Concello de A Pastoriza, 2014.

MVMC Saldanxe			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 20	Secretário	57	Aposentado/Ex bancário
Entrevistado 21	Ex-presidente	75	Aposentado/Trabalhava como motorista
Entrevistado 22	Comunheiro	80	Agricultor
Entrevistado 23	Presidente	68	Aposentado
Entrevistado 24	Comunheiro	75	Aposentado
Entrevistado 25	Comunheiro	80	Aposentado
Entrevistada 26	Comunheira	44	Agricultora
Entrevistado 27	Comunheiro	40	Pecuarista
Entrevistada 28	Comunheiro	Não declarado	Aposentada
MVMC Corbelle			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 29	Presidente	66	Pecuarista
Entrevistado 30	Vocal	27	Pecuarista
Entrevistada 31	Comunheira	49	Pecuarista
Entrevistado 32	Secretário	Não declarado	Trabalha na Junta de Galicia

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quadro 20. Entrevistados dos MVMC do Concello de Viveiro, 2014.

MVMC Buio			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 33	Presidente	48	Pecuarista
Entrevistado 34	Secretário	56	Aposentado e pecuarista
Entrevistado 35	Tesoureiro	Não declarado	Aposentado
Entrevistado 36	Comunheiro	67	Aposentado
Entrevistado 37	Comunheiro	66	Aposentado
Entrevistado 38	Suplente	70	Aposentado
Entrevistado 39	Comunheiro	86	Aposentado
MVMC San Roque			
Entrevistado	Cargo na comunidade	Idade	Profissão
Entrevistado 40	Presidente	70	Aposentado
Entrevistado 41	Secretário	50	Funcionário do Estado
Entrevistado 42	Suplente	76	Aposentado
Entrevistado 43	Comunheiro (Técnico florestal)	Não declarado	Funcionário do Estado
Entrevistado 45	Comunheiro	24 anos	Pintor/ Pecuarista

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 21. Representantes institucionais entrevistados no contexto galego, 2014.

Instituições	Entrevistado	Cargo
Xunta Florestal	Entrevistado 46	Técnico Florestal de Courel
Organização Galega de comunidades de Montes – ORGACCMM	Entrevistado 47	Presidente
Organização Galega de Comunidades de Montes – ORGACCMM	Entrevistada 48	Secretaria
Organização Galega de Comunidades de Montes – ORGACCMM	Entrevistado 49	Coord. Geral
Xunta Florestal	Entrevistado 50	Técnico Florestal de A Pastoriza
Universidade de Santiago de Compostela	Entrevistada 51	Professora de história
Xunta de Galicia (setor agrário)	Entrevistado 52	Técnico
Distrito florestal	Entrevistado 53,54,55	Agentes florestais

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 22. Locais de realização das oficinas de DRP na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, AC, 2013.

Local	Comunidades	Data da oficina	Participantes
Igarapé grande	Igarapé Grande, Porto Rico, Novo Acre, Nova Olinda e Tristeza.	21/05/2013	38 adultos e 39 crianças
Boca do Igarapé Forquilha	União, Boca do Forquilha, Seringal Ceará.	22/05/2013	50 adultos e 24 crianças
Periquito/São Pedro	Periquito/São Pedro, Jurupari, São Francisco e Itajubá	23/05/2013	60 adultos e 30 crianças
Maurício Mappes/Ponte	Maurício Mappes, Morro da Pedra, Bom Futuro, Vai e Vem, Cavanhaque, Guarani, Monteiro, Porto Alegre, Esperança e Extrema	24/05/2013	75 adultos

Fonte: Copilado do relatório oficial dos resultados do DRP, Pesquisa de Campo, 2013.

Quadro 23. Entrevistados de acordo com as diferentes comunidades existentes na Resex Riozinho da Liberdade, AC, 2015.

ENTREVISTADO	IDADE	COMUNIDADE
Entrevistada 01	25	Forquilla
Entrevistado 02	39	Bom Futuro
Entrevistado 03	32	Esperança
Entrevistada 04	29	Bom Futuro
Entrevistado 05	55	Cavanhaque
Entrevistado 06	37	Esperança
Entrevistado 07	52	Periquito
Entrevistada 08	41	Morro da Pedra
Entrevistado 09	38	Guarani (Igarape Miolo)
Entrevistada 10	34	Perequito
Entrevistada 11	64	Bom Futuro
Entrevistada 12	52	União
Entrevistado 13	30	Esperança
Entrevistada 14	25	Gurupi
Entrevistado 15	27	Passo da Pata
Entrevistada 16	35	Perequito
Entrevistada 17		São Francisco
Entrevistado 18	56	Miolo
Entrevistado 19	33	União
Entrevistado 20		Alegria
Entrevistada 21	30	Maurício Mappes/Ponte
Entrevistada 22		Maurício Mappes/Ponte
Entrevistado 23	18	Maurício Mappes/Ponte
Entrevistado 24	37	Maurício Mappes/Ponte
Entrevistada 25		
Entrevistada 26	56	Maurício Mappes/Ponte
REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS		
Entrevistada 27		ICMBio
Entrevistado 28		ICMBio
Entrevistado 29		Vereador
Entrevistado 30		IBAMA

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.